

CORONEL QOPM MARCOS AURÉLIO DE ARAÚJO CARVALHO

**PROPOSTA DE INCLUSÃO NO CURRÍCULO DO CURSO DE
FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA DA
DISCIPLINA DE DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Estratégia de Doutorado em Segurança Pública.

Orientadora Metodológica: Professora Doutora Helena Nunes Silva

Orientador de Conteúdo: Coronel QOPM José Jorge da Silva

CURITIBA

2008

*Em tudo dai graças, porque esta é a
vontade de Deus em Cristo Jesus para
convosco.(1 Ts 5:18)*

Bíblia Sagrada

DEDICO

Aos Meus pais Antenor Navarro de Carvalho (*in memorian*) e Severina de Araújo Carvalho, pela lição de vida e educação que me proporcionaram.

A Minha esposa Lourdinha e aos meus filhos Júnior, Carlinho e Karlinha, pelo amor, apoio, carinho e compreensão sempre demonstrados ao longo deste curso e da minha vida.

AGRADECIMENTOS

O mérito não está em receber honrarias, mas, sim, merecê-las.
Aristóteles

A Deus por conceder a este humilde servo a possibilidade de cursar o Curso de Estratégias de Doutorado em Segurança Pública/PMPR/UFPR no Estado do Paraná e de laborar este trabalho, suportando todas as dificuldades, da distância do lar e do estudo.

À Professora Doutora Helena Nunes Silva, orientadora metodológica, que de maneira simpática, sobretudo didática e paciente, utilizou seus conhecimentos teóricos e práticos para que este trabalho, apesar de árduo, fosse tratado de uma forma simples e objetiva.

Ao Coronel QOPM Hilton Almeida Guimarães, que, com os seus conhecimentos nas áreas do Direito e do ensino na Polícia Militar do Estado da Paraíba, em muito colaborou para a consecução deste trabalho.

Ao Coronel José Jorge da Silva, pela orientação dada para a concretização deste trabalho.

Aos nobres membros da Banca de Avaliação, pela leitura atenciosa e pelas, sempre construtivas, críticas e sugestões.

Ao ex-comandante Geral da PMPB, Coronel Lima Irmão, pela indicação deste Oficial para cursar o Curso de Estratégias de Doutorado em Segurança Pública/PMPR/UFPR no Estado do Paraná.

Ao Comandante Geral da PMPB, Coronel Kelson de Assis Chaves, pelo apoio pessoal prestado a este Oficial durante a realização do Curso.

Ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, Coronel QOPM Anselmo José de Oliveira, pela amizade pessoal e apoio dado ao Curso de Estratégias de Doutorado em Segurança Pública, bem como pelos ensinamentos ministrados durante a sua disciplina.

Ao Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê, Coronel QOPM Joacyr José da Silva, e ao seu Subcomandante, Ten.-Cel. QOPM Carlos Henrique Dias Bozza, pela recepção calorosa e afável, quando do nosso retorno a esta Casa formadora de Líderes, na qual fui forjado Oficial da PMPB na década de oitenta, bem como pela atenção dispensada durante nossa estadia na APMG.

Aos Oficiais e Praças da PMPR e civis, pelo tratamento sempre cortês a este Oficial dispensado.

À turma do Curso Doutorado em Estratégias de Segurança Pública de 2008 da PMPR/UFPR, pelo apoio e momentos juntos.

Aos demais colaboradores, tanto do presente estudo, quanto do Curso em si, cada um com seu labor, cada qual da sua maneira, pela colaboração e orientações profissionais.

Por fim, agradeço à minha prestimosa esposa Maria de Lourdes e aos meus filhos Marcos, Carlinhos e Karlinha com muito amor e carinho, pelo apoio, paciência e compreensão que demonstraram, suportando os dias distante do lar, privados de minha atenção e cuidados.

RESUMO

Pesquisa qualitativa e exploratória sobre uma proposta de inclusão no currículo do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Paraíba da disciplina de Direito Administrativo Militar. A proposta foi sistematizada por meio da análise das informações obtidas na leitura e interpretação dos documentos de organização do ensino na PMPB e em dados documentais e pessoais. Descreve o ensino militar até os dias atuais, demonstrando a importância da agregação das novas tecnologias no seu processo ensino-aprendizagem, evidenciando a sua utilização como ferramenta político-ideológica na formação militar. Aborda a relação entre a formação escolar militar e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Expõe os objetivos da SENASP com o ensino militar nas polícias militares. Explana sobre o Direito Administrativo Comum e o Direito Administrativo Militar e a relação entre os dois. Demonstra a importância do DAM por meio de alguns elementos motivadores, com ênfase para as garantias constitucionais destinadas ao cidadão acusado em processo administrativo militar e aos princípios aplicáveis a este. Aponta que se faz necessária uma revisão e atualização dos currículos formativos da APMP, visando uma melhor qualificação, permitindo aos futuros Oficiais maior autonomia, capacidade crítica e reflexiva, possibilitando o pleno desenvolvimento das suas aptidões. Afirma que o seu conhecimento favorece a hierarquia e a disciplina e a sua inserção como disciplina formativa atende aos propósitos da SENASP com relação à identificação de propostas que visem aprimorar o processo ensino-aprendizagem nas instituições de ensino policial-militar. Aponta que o crescimento do número de ocorrências policiais, aliado ao crescimento do efetivo policial-militar dá margem ao crescimento das relações interpessoais, gerando situações e conflitos que demandam o conhecimento do Direito Administrativo Militar. Apresenta os resultados da pesquisa efetuada com 30 (Oficiais) formados na referida Academia, dos quais 96,7% afirmam que não estudaram a referida disciplina; 86,7% atestam que já tinham participado de processos administrativos na qualidade de membro. Destes, 88,4% afirmaram que tiveram dificuldades em termos de conhecimento teórico e prático sobre DAM. Apresenta, ainda, os resultados da pesquisa realizada com Corregedor da PMPB que revelou, também, a dificuldade por parte de alguns Oficiais na elaboração de processos administrativos. Pelos resultados obtidos na pesquisa é possível afirmar que a proposta deste trabalho contribuirá para a resolução dos problemas de natureza jurídica que os oficiais venham a enfrentar.

Palavras-chaves: Direito Administrativo Militar; Currículo; Ensino Policial Militar.

ABSTRACT

Qualitative and exploratory research about an inclusion proposal of the Military Administrative Law discipline in the curriculum of the Officials' Formation Course of the Military Police of Paraíba. The proposal was systematized through the analysis of the information obtained through the reading and interpretation of the organization documents of education in the Military Police of Paraíba and through documental and personal data. It describes the military education until the current days, demonstrating the importance of the new technologies aggregation in its teaching-learning process, evidencing its use as ideological political tool in the military formation. It approaches the relationship between the military scholar formation and the Law of Guidelines and Bases of the National Education (Law 9.394/96). It exposes the objectives of SENASP with the military teaching in the military police. It explains about the Civil Administrative Law and the Military Administrative Law and the relationship between them. Demonstrating the importance of the referred law through some motivated elements, with emphasis for the constitutional guaranties destined to the citizen accused in military administrative proceeding and to the applicable principles to them. It Concludes that it is necessary a revision and updating of the formative curricula of the Military Police Academy of Paraíba, seeking a better qualification and allowing to the future officials a larger autonomy and critical and reflexive capacity, making possible the full development of their aptitudes. It affirms that its knowledge favors the hierarchy and the discipline and its insert as formative discipline assists to the purposes of the National Department of Public Security regarding through the identification of proposals that seek to perfect the teaching-learning process in the institutions of military education. It appears that the increase of the number of police occurrences, allied to the growth of the cash, makes the growth of the inter-personal relationships possible, generating situations and conflicts that dispute of the knowledge of the Military Administrative Law. It presents the results of the made research made with 30 officials formed in the referred Academy, with 96,7% of them affirming that didn't study the referred discipline during their formation periods, and 86,7% affirming that had already participated in administrative proceedings in the member quality; among these, 88,4% affirmed that had difficulties in terms of theoretical and practical knowledge on Military Administrative Law. It presents, still, the results of the research to the Corregidor of the Military Police of Paraíba also revealed the difficulty of some officiate in the elaboration of administrative proceedings. For the results obtained in the research is possible to affirm that the proposal of this work will contribute to the resolution of the problems of juridical nature that the officials come to face.

Keywords: Military Administrative Law; Curriculum; Military Police Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMCB	ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO CABO BRANCO POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA (APMP)
APMP	ACADEMIA POLICIAL MILITAR DA PARAÍBA (APMCB)
AP	APELAÇÃO
AGRRE	AGRAVO RETIDO
BPMs	BATALHÕES DE POLÍCIA MILITAR
CF/88	CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
CAO	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
CEE	CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO DA PARAÍBA
CFAP	CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS
CHO	CURSO DE HABILITAÇÃO PARA OFICIAIS
CE	CENTRO DE ENSINO
CPTRAN	COMPANHIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO
CFO	CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS
COPERVE	COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR
DAM	DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR
DJ	DIÁRIO DA JUSTIÇA
DAC	DIREITO ADMINISTRATIVO COMUM
DES.	DESEMBARGADOR
EC	EMENDA CONSTITUCIONAL
IP	INTERNET PROTOCOL - PROTOCOLO DE INTERCONEXÃO
IES	INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
IFES	INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
ITA	INSTITUTO TECNOLÓGICO DA AERONÁUTICA
INFOSEG	REDE DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA
LDBEN	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MJ	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
PMPB	POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

PM	POLICIAL MILITAR ou POLÍCIA MILITAR
PSS	PROCESSO SELETIVO SERIADO
PRONASCI	PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA SECRETARIA NACIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA
QOPM	QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS-MILITARES
QCG	QUARTEL DO COMANDO GERAL
RDPM	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR
RE	RECURSO ESPECIAL
SUSP	SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA
SENASP	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
TCP	TRANSMISSION CONTROL PROTOCOL - PROTOCOLO DE CONTROLE DE TRANSMISSÃO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	15
1.2 JUSTIFICATIVA.....	17
1.3 OBJETIVOS.....	19
1.3.1 Geral.....	19
1.3.2 Específicos	19
2 LITERATURA PERTINENTE	20
2.1 EDUCAÇÃO MILITAR	20
2.1.1 No Império	21
2.1.2 Hodiernamente.....	22
2.1.3 Modernização do ensino policial militar	24
2.1.4 Ensino Policial Militar – Ferramenta política ideológica de libertação ou alienação	28
2.2 CURRÍCULO / FORMAÇÃO ESCOLAR MILITAR.....	30
2.2.1 Formação escolar militar e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).....	30
2.2.2 Formação escolar militar e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).....	32
2.2.2.1 Plano Nacional de Segurança.....	33
2.2.2.2 Sistema Único de Segurança (SUSP).....	34
2.2.2.3 Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).....	35
2.2.2.4 A Matriz Curricular Nacional	36
2.2.2.4.1 Princípios da Matriz.....	38
2.2.2.4.2 Objetivos gerais	39
2.2.2.4.3 Eixos articuladores.....	40
2.2.2.4.4 Áreas temáticas	40
2.2.2.4.5 Orientações metodológicas.....	42
2.2.2.4.6 Sistema de avaliação e monitoramento	47
2.2.3 Formação escolar militar na Academia Policial Militar da Paraíba	53
2.3 IMPORTÂNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR.....	55
2.3.1 O Direito Administrativo Comum	56
2.3.1.1 Conceito.....	56
2.3.1.2 Fontes.....	57

2.3.1.3 Objeto	58
2.3.1.4 Princípios básicos da administração pública.....	59
2.3.1.5 Interpretação do Direito Administrativo	62
2.3.1.6 Relação com outros ramos do Direito	62
2.3.2 O Direito Administrativo Militar	63
2.3.2.1 Conceito.....	63
2.3.2.2 Fontes	64
2.3.2.3 Objeto	65
2.3.2.4 Princípios básicos da administração pública militar	66
2.3.2.5 Interpretação do Direito Administrativo Militar.....	66
2.3.2.6 Relação com outros ramos do Direito	67
2.3.2.7 Elementos motivadores da importância do Direito Administrativo Militar	67
2.3.2.7.1 Princípio da legalidade.....	68
2.3.2.7.2 Princípio do contraditório e da ampla defesa	70
2.3.2.7.3 Princípio da acessibilidade ao Poder Judiciário	73
2.3.2.7.4 Princípio da presunção da inocência	75
2.3.2.7.5 Princípio da eficiência	77
2.3.2.7.6 Princípio do non bis in idem	77
2.3.2.7.7 Outros aspectos a serem considerados.....	78
3 METODOLOGIA.....	84
3.1 TIPO DA PESQUISA	84
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	84
3.3 COLETA DE DADOS	85
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	87
4.1 ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E DA DOUTRINA	87
4.2 RELATÓRIO DOS QUESTIONÁRIOS.....	95
5 PROPOSTA DE PROGRAMA PARA A DISCIPLINA DE DIREITO ADMINISTRATIVO PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA PMPB	102
5.1 PROGRAMA DA DISCIPLINA	103
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICES	122
ANEXOS.....	127

O que eu espero senhores, é que depois de um razoável período de discussão, todo mundo concorde comigo.
Winston Churchill

1 INTRODUÇÃO

O título do trabalho foi esculpido com o objetivo de se inserir uma nova disciplina, o Direito Administrativo Militar¹, no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), aperfeiçoando o currículo daquela entidade formadora de líderes, adequando-o aos pressupostos constitucionais, à necessidade prática dos Oficiais egressos daquela Academia, bem como aos ditames preconizados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), ajustando o ensino acadêmico à necessidade da sociedade que anseia que os novos comandantes sejam cômicos e preparados para a nobre missão constitucional para a qual foram preparados, ou seja, a promoção da segurança pública.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã, instalou-se no Brasil nova situação político-administrativa, com reflexos até mesmo na formação dos Oficiais da Polícia Militar da Paraíba que têm, a sua formação concretizada na Academia Policial Militar do Cabo Branco.

Essa nova situação gerada ensejou mudanças nos mais variados aspectos do Direito, inclusive, no que diz respeito aos militares (federais e estaduais), dando margem à criação de novos direitos, entendidos estes como ramos da grande árvore do Direito.

Dentre os direitos que sofreram modificações substanciais, encontra-se o Direito Administrativo, que é conceituado, segundo José dos Santos Carvalho Filho em seu "Manual de Direito Administrativo" como: *conjunto de normas e princípios que, visando sempre ao interesse público, regem as relações jurídicas entre as pessoas e órgãos do Estado e entre este e as coletividades a que devem servir* (FILHO, 2005).

É sabido que em um estado de direito as forças armadas e as forças auxiliares são as grandes responsáveis pela preservação dos direitos e garantias fundamentais; tais organizações possuem em seus quadros servidores que são

¹ Por alguns, também, denominado de Direito Disciplinar Militar.

denominados pela própria Constituição de militares e, como tais, sujeitam-se a normas especiais.

Como consequência das alterações ocorridas na seara do Direito Administrativo, as relações interpessoais ocorridas nas instituições militares e destas com a sociedade sofreram alterações significativas.

Por isso, hodiernamente, vem assumindo importância um dos ramos do Direito Administrativo, que até pouco tempo não era muito conhecido, mas nem por isso tinha menos relevância que os demais ramos do Direito, que é o Direito Administrativo Militar, ou como preferem alguns, Direito Disciplinar Militar, que tem em sua área de abrangência diversas normas especiais atinentes aos militares, destacando-se dentre elas as normas disciplinares.

Essa importância ficou ainda mais ressaltada com a adição ao texto constitucional da Emenda nº 45/2004, que alterou a competência da justiça militar estadual e da justiça militar da União.

A estas foram atribuídas, além do julgamento das infrações criminais praticadas pelos integrantes de suas respectivas organizações, competências para processar e julgar os atos administrativos disciplinares praticados pelas autoridades militares, estaduais ou federais, cabendo, ainda, aos juízes militares julgarem também as ações de reintegração dos militares excluídos de suas corporações por ato administrativo militar praticado pelo seu Comandante Geral ou autoridade competente.

Portanto, a correta compreensão e o conhecimento específico deste ramo especializado do direito por parte dos futuros Oficiais da Polícia Militar da Paraíba (durante o período de formação na Academia Policial Militar do Cabo Branco, embora exista atualmente no Curso de Formação de Oficiais a disciplina de Direito Administrativo) são imprescindíveis para o início da carreira do Oficial.

Este, após sair da Academia, logo se vê envolvido com os mais diversos procedimentos administrativos, e, principalmente, os de natureza disciplinar, *interna corporis*, sem nunca tê-los vistos de forma mais esclarecida, que lhes permitissem enxergar a natureza jurídica que os encerra de acordo com a Carta Magna vigente, sob a forma de uma disciplina destinada exclusivamente a eles.

Dessa forma, a partir do próprio Direito Administrativo, com base nos preceitos constitucionais vigentes e nas dúvidas que estes tendem a encerrar quando não tratados e assimilados de forma clara, principalmente, no período de formação dos

futuros Oficiais, tenciona-se verificar a existência ou não do Direito Administrativo Militar no atual currículo do Curso de Formação de Oficiais da APMCB, demonstrar a sua importância como disciplina autônoma e fundamental, por meio de estudos teóricos e de campo, a sua inclusão no referido curso.

Tal intento objetiva uma melhor prestação de serviços à sociedade que sempre é destinatária final dos serviços prestados pelos agentes da segurança pública, mesmo quando estes estão desempenhando atividades estritamente administrativas e voltadas para a administração interna, procurando, ao final deste trabalho, apresentar uma proposta consoante com a Matriz Curricular Nacional da SENASP (Secretaria Nacional da Segurança Pública), para a inclusão no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Paraíba da disciplina de Direito Administrativo Militar.

No capítulo 1 será feita uma introdução apresentando o tema objeto deste trabalho, uma abordagem ao seu problema, justificativa e aos objetivos. O capítulo 2 discorrerá sobre a educação militar. O capítulo 3 traçará um paralelo entre o currículo e a formação escolar militar. O capítulo 4 demonstrará a importância do Direito Administrativo Militar como disciplina autônoma, por meio de respaldo teórico e prático. O capítulo 5 apresentará uma proposta de programa para a disciplina de Direito Administrativo Militar para o CFO da PMPB, encerrando com o capítulo 6 no qual será feita uma análise dos dados coletados durante toda a pesquisa, seguido das considerações finais.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Com o surgimento da Constituição Federal de 1988, todas as organizações militares e, principalmente, as instituições policiais tiveram que se adequar aos novos ditames que apontavam para uma nova situação político-administrativa que se instaurava no país, com reflexos, inclusive nos relacionamentos vivenciados pelos militares entre si, bem como destes com a sociedade de maneira geral, pois era o que se esperava em um estado democrático.

Infelizmente, passados quase vinte anos da promulgação da Carta Constitucional, persistem em algumas instituições militares, e em especial na PMPB,

normas e procedimentos que estão em desacordo com os princípios democráticos apregoados na Carta-Mor, principalmente, no que se refere aos direitos e garantias individuais no campo do Direito Disciplinar Militar, especificamente com relação à aplicação de sanções disciplinares.

Dessa forma, urge que se promova uma adequação dessas normas e procedimentos que estão em choque frontal com os ditames constitucionais, com objetivo de atualizar a instituição em relação aos horizontes democráticos que devem nortear a administração da Polícia Militar da Paraíba.

Em que pese o ensino acadêmico militar ter melhorado bastante, procurando se adaptar aos novos princípios preconizados pela Constituição, ainda existem áreas específicas do ensino acadêmico Militar a serem preenchidas ou adequadas a esta nova realidade constitucional.

O ensino é uma dinâmica. A atividade acadêmica deve ser um incessante buscar para se aperfeiçoar, e diferente não poderia ser em relação ao ensino praticado na academia de polícia militar do Estado da Paraíba.

Assim como o ensino é dinâmico, dinâmico também é o direito que vai se alterando com o passar dos tempos em virtude das necessidades da sociedade e do constante processo de alteração da cultura no tempo e a elaboração de uma nova constituição nada mais é do que uma consequência dessas mudanças verificadas na sociedade.

Desse modo, faz-se necessário um constante aperfeiçoamento do currículo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB, com objetivo de adequar os ensinamentos e necessidades da instituição com os princípios constitucionais e, especificamente, com os do Direito Administrativo Militar.

Portanto, a presente monografia se dispõe a responder à seguinte questão - É importante a inclusão da disciplina de Direito Administrativo Militar no currículo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB?

1.2 JUSTIFICATIVA

Com a Constituição Federal de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”, estabeleceu-se o Estado Democrático de Direito no país.

Nela, diversos aspectos do direito são tratados de forma diferenciada, inclusive, o direito que diz respeito aos militares, sejam estes federais ou estaduais.

O direito, de forma geral, é o responsável pela regulação das relações interpessoais nos diversos aspectos da vida em sociedade e é tradicionalmente dividido em ramos, tais como: o Direito Civil, Direito Penal Comum, Direito Penal Militar, Direito Comercial, Direito Constitucional, Direito Administrativo e outros.

A citada Constituição não só ensejou mudanças nos mais variados aspectos do direito, com também deu margem à criação de novos direitos, entendidos estes como ramos da “grande árvore do direito”.

Dentre os direitos que sofreram modificações substanciais, encontra-se o Direito Administrativo, que é conceituado, segundo Hely Lopes Meirelles em seu *Direito Administrativo Brasileiro* como: *conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado*².

É sabido que em um estado de direito as forças armadas e as forças auxiliares são as grandes responsáveis pela preservação dos direitos e garantias fundamentais; tais organizações possuem em seus quadros servidores que são denominados pela própria Constituição de militares e, como tais, sujeitam-se a normas especiais.

Como consequência das alterações ocorridas na área do Direito Administrativo as relações interpessoais ocorridas nas instituições militares e destas com a sociedade sofreram alterações significativas.

Por isso que, hodiernamente, vem assumindo importância um dos ramos do Direito Administrativo, que até pouco tempo não era muito conhecido, mas nem por isso tinha menos relevância que os demais ramos do direito, que é o Direito Administrativo Militar, ou como preferem alguns, Direito Disciplinar Militar, que tem

² (Malheiros Editores - 33ª Ed. 2007)

em sua área de abrangência diversas normas especiais atinentes aos militares, destacando-se dentre elas as normas disciplinares.

Esta Importância ficou ainda mais ressaltada com a adição ao texto constitucional da Emenda nº 45/2004, que alterou a competência da justiça militar estadual e da justiça militar da união.

A estas foram atribuídas, além do julgamento das infrações criminais praticadas pelos integrantes de suas respectivas organizações, competências para processar e julgar os atos administrativos disciplinares praticados pelas autoridades militares, estaduais ou federais, cabendo, ainda, aos juízes militares julgarem também as ações de reintegração dos militares excluídos de suas corporações por ato administrativo militar praticado pelo seu Comandante Geral ou autoridade competente.

Portanto, a correta compreensão e o conhecimento específico deste ramo especializado do direito por parte dos futuros Oficiais da Polícia Militar da Paraíba (durante o período de formação na Academia Policial Militar do Cabo Branco, embora exista atualmente no Curso de Formação de Oficiais a disciplina de Direito Administrativo) é imprescindível para o início da carreira do Oficial.

Este, após sair da Academia, logo se vê envolvido com os mais diversos procedimentos administrativos, e, principalmente, os de natureza disciplinar, *interna corporis*, sem nunca tê-los vistos, de forma mais esclarecida, que lhes permitissem enxergar a natureza jurídica que os encerra de acordo com a Carta Magna vigente, sob a forma de uma disciplina destinada exclusivamente a eles.

Dessa forma, a partir do próprio Direito Administrativo, com base nos preceitos constitucionais vigentes e nas dúvidas que estes tendem a encerrar quando não tratados e assimilados de forma clara, principalmente no período de formação dos futuros Oficiais, tenciona-se demonstrar a importância do Direito Administrativo Militar para a formação do Oficial da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

Tal intento objetiva uma melhor prestação de serviços à sociedade que sempre é destinatária final dos serviços prestados pelos agentes da segurança pública, mesmo quando estes estão desempenhando atividades estritamente administrativas e voltadas para a administração interna, procurando, ao final deste trabalho, apresentar uma proposta consoante a Matriz Curricular Nacional da SENASP (Secretaria Nacional da Segurança Pública), para a inclusão no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Paraíba da disciplina de Direito Administrativo Militar.

1.3 OBJETIVOS

Neste item, são apresentados o objetivo geral e os específicos do presente trabalho.

1.3.1 Geral

Apresentar uma proposta de programa da disciplina de Direito Administrativo Militar para o Curso de Formação de Oficiais da PMPB.

1.3.2 Específicos

a) Verificar a existência ou não da disciplina de Direito Administrativo Militar no Currículo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB.

b) Demonstrar a importância do Direito Administrativo Militar como disciplina autônoma.

c) Apresentar respaldo teórico e prático para embasar a proposição da referida disciplina no Currículo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB.

d) Fundamentar, a partir dos estudos teóricos, e de campo, a importância da inclusão da disciplina de Direito Administrativo Militar no currículo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB.

2 LITERATURA PERTINENTE

Este capítulo é composto de uma breve exposição da educação militar ao longo do tempo, principalmente, no que tange ao seu ensino no Brasil e influência que sofreu de outros países, iniciando-se pelas características que assumiu no Império até os dias de hoje, demonstrando a relevância da sua modernização com a agregação das novas tecnologias no seu processo ensino-aprendizagem no meio militar, evidenciando a sua utilização como ferramenta político-ideológica na formação militar.

2.1 EDUCAÇÃO MILITAR

De forma geral, a educação militar, que é calcada no Direito Militar, pouco a pouco foi deixada de lado pela comunidade acadêmica, passando a ser estudada apenas nas academias militares.

Mas nem sempre foi assim. Na obra: *Justiça Militar e as Peculiaridades do Juiz Militar na Atuação Jurisdicional*, de Ronaldo João Roth (*Apud* FREUA, 2008) o referido autor cita que o ensino do Direito Militar era obrigatório nos cursos de direito entre os anos de 1925 e 1930.

O Direito Militar, que é um dos ramos mais antigos do direito, teve a sua importância reduzida ao longo do tempo no País, conseqüentemente o seu ensinamento, mesmo diante da importância que possui no cenário interno e externo. Os seus destinatários primeiros possuem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, como responsáveis diretos pela defesa da Pátria e da ordem pública, encontrando-se presentes até em outros países (missões de paz).

2.1.1 No Império

No Brasil Colônia, o Direito Militar teve seu início com os donatários que exerciam o poder militar, conseqüentemente, possuíam controle total sobre a educação do mencionado direito ministrada dentro da possessão portuguesa.

Para se ter uma idéia da rigorosidade da educação militar daquela época, vigoraram no Brasil as Ordenações Filipinas e os Artigos de Guerra do Conde de Lippi até a entrada em vigor do Código Penal da Armada e que eram aplicados aos militares infratores, contendo em seus bojos penas severas como a de pancadas de espada de prancha, trabalho nas fortificações, penas de morte por enforcamento ou por arcabuzamento (efetuada por arcabuz, antiga arma de fogo de cano curto e largo).

Como o Brasil era um importante esteio comercial da Coroa Portuguesa e eram constantes as atividades militares no país, esta se viu obrigada a criar uma estrutura militar mais forte, surgindo assim o ensino militar obrigatório, em que nenhum Oficial poderia ser promovido caso não aprovado na aula de artilharia, segundo J. Silva (2008).

Assim, conforme o citado autor:

...em 13 de maio de 1808, surge o decreto que manda organizar o Corpo da Brigada Real do Brasil, o Arsenal Real da Marinha, a Intendência e a Contadoria da Marinha, a Real Academia dos Guardas Marinha e a Real Fábrica de Pólvora da Marinha, foi criado, também na cidade do Rio de Janeiro, o Conselho Supremo Militar e de Justiça, pelo Alvará de 1º de abril de 1808, com força de lei. Posteriormente, em 1814 cria-se a Academia Real Militar, sendo que neste mesmo ano, finalmente se estabelecia o foro especial para julgamento dos militares.

Assevera R. Silva, com relação à história da educação militar nos quartéis, (disponível em: www.ufpi.br/mesteduc/eventos/iiencontro/GT-13/GT-13-03.htm), que ela apresenta indícios de recenticidade, porém, vem tomando vulto no campo da historiografia da educação brasileira, por meio de diversas publicações em diferentes regiões do país.

Preocupações com respostas a perguntas do tipo: onde existe uma história das escolas militares? História do que se ensina e como se ensina? Como foram educados os militares brasileiros? estão se tornando constantes no seio da literatura nacional com o objetivo de se traçar um perfil historiográfico do militar brasileiro.

Alves (*apud* R. SILVA, 2008) dá uma rápida compreensão da educação militar da época do Império com relação às Forças Armadas:

Com o método de aprisionamento de recrutas, obrigados a servir durante vários anos, ao fim dos quais freqüentemente eram obrigados a permanecer nas fileiras por falta de homens que os substituíssem, o exército preenchia seus quadros com as camadas sociais mais baixas da sociedade imperial. A revolta daqueles indivíduos com o serviço militar a que foram literalmente arrastados confundia-se com a ausência de qualquer instrução que os habilitasse a lidar com as ordenanças ou com os novos armamentos (p.152).

Tanto a classe rica como a mais pobre tinham aversão à educação militar uma vez que reinava a crueldade das capturas (servir às armas de forma obrigatória), dos castigos corporais aliados à total falta de conforto, mesmo em situação de paz.

No entanto, existia à época uma intelectualidade imperial, inclusive dentro dos quartéis que defendia um modelo de educação militar capaz de sedimentar virtudes para formar o cidadão, estimulando este a colocar o amor à Pátria acima de seus desejos e exigências.

Para esta intelectualidade a educação tinha como função o ajustamento do indivíduo ao sentimento de patriotismo, reconhecendo o serviço militar como um tributo à nação.

A concepção de educação estava fundada no sentimento de patriotismo e no amor à nação que eram colocados acima de qualquer coisa.

A educação militar no Império era destinada à pobreza.

2.1.2 Hodiernamente

A louvável intenção de se traçar um perfil historiográfico do militar brasileiro jamais deve ser esvaziada, principalmente, quando a finalidade da busca reside no fato de se traçar o citado perfil com o fito e se aperfeiçoar a educação militar contemporaneamente.

Transportando tais preocupações para o contexto atual das polícias militares, as indagações, em tese, deveriam ser: Quais são as escolas de formação policial-militar existentes no país? Quais suas histórias? O que ensinam? Como ensinam?

Quem são os seus alunos? O que ensinam está de acordo com os ideais democráticos e com a política de direitos humanos do Estado? Quem são os seus professores e instrutores? Existe uniformidade com relação aos seus currículos?

São questionamentos importantes e que interessam não apenas aos operadores da segurança pública, mas, principalmente, à sociedade que é a destinatária final dos serviços prestados pelas instituições policiais militares.

É fato que devido ao grande número de militares existentes no Brasil (federais e estaduais da ativa, da reserva e reformados), bem como a conseqüente relação *interna corporis* entre eles, entre as forças e destas com a comunidade civil tem crescido o interesse pela educação militar nas unidades de ensino superior e, principalmente, nas academias militares.

Para exemplificar, no ano de 2006 tinha-se cerca 288.500 militares pertencentes às Forças Armadas e atualmente cerca 140.000 policiais militares só no Estado de São Paulo, sem contar com os outros efetivos das outras instituições policiais-militares dos demais Estados da Federação, bem como com os militares da reserva e inativos de todas as forças militares e que estão atrelados à legislação militar.

Embora nesta categoria de servidor público (militar) prevaleça a hierarquia e a disciplina, o grande efetivo existente no país proporciona também um número considerável de transgressões disciplinares e crimes militares, bem como crimes comuns envolvendo tais componentes e que requerem um conhecimento abalizado de quem, militar ou civil (advogado, juiz, etc.), venha a intervir no processo (penal ou administrativo).

Conhecimento este que só se adquire por meio do ensino militar a ser patrocinado pelas academias militares e entidades civis de ensino superior, a exemplo das universidades.

Além do grande efetivo militar que permeia toda a sociedade brasileira, um outro ponto está a corroborar a importância da educação militar, que é o fato de o civil ser sujeito ativo de crime militar, quando este é praticado na esfera federal.

Infelizmente, o Direito Militar tornou-se um ramo do direito estudado apenas nas instituições de ensino militar e o estudioso que se propuser a enveredar por ele terá que, muitas das vezes, valer-se do autodidatismo, além de encontrar inúmeras dificuldades em virtude da escassez de livros voltados para esta área específica do ensino jurídico.

Ecoa no seio acadêmico e mesmo na sociedade como um todo, talvez por desconhecimento da importância desse ramo jurídico, ou mesmo por preconceito, uma máxima de que o Direito Militar é um ramo exclusivo dos militares, como se o civil não pudesse adquirir conhecimentos nessa área.

Talvez resida neste fato a quase inexistência de cursos de direito que possuem em suas grades curriculares a disciplina de Direito Militar.

Inaceitável a restrição do Direito Militar apenas aos militares, uma vez que tal entendimento prejudica o desenvolvimento da Ciência do Direito. Portanto, deve ser promovida a educação militar no que tange aos conhecimentos dessa disciplina jurídica, assim como com as suas subdivisões: Direito Penal Militar, Direito Processual Penal Militar, Direito Administrativo Militar e o Direito Previdenciário Militar, não apenas nas academias militares, mas, também, nas instituições civis de ensino superior.

Como bem assinala Freua (2008):

Quanto mais escassos os estudiosos do Direito Militar, mais o Direito perde, pois a falta de maior diversidade de juristas especializados e dedicados ao ramo acaba de forma negativa sedimentando os entendimentos, seja na jurisprudência ou na doutrina, levando à perda da peculiar dinâmica do Direito.

2.1.3 Modernização do ensino policial-militar

O ensino, em virtude dos constantes avanços do conhecimento no século passado e no início do presente, deve ser qualificado, organizado e sempre atual, em virtude da exigência do mercado de trabalho, seja ele civil ou militar.

O mercado de trabalho vem exigindo, a cada dia, a figura de um profissional capaz de se adaptar às mais diversas situações com as quais se depare durante o desempenho do seu mister profissional.

No ambiente policial-militar a situação não é diversa da do meio civil, especificamente, no que concerne à educação.

Grupos de trabalhos com o objetivo de modernizar o ensino policial-militar, visando aprimorar os conteúdos a serem ministrados e avaliá-los, devem ser organizados nas academias de formação, com vistas a uma melhor formação dos

futuros Oficiais, considerando a aceleração e evolução científica e tecnológica, da informática, da velocidade de difusão da informação, das transformações do ambiente (político, econômico, social e militar), das novas formas das estruturas (institucionais, não-institucionais e organizacionais) e dos efeitos da globalização.

Os futuros Oficiais, quando ainda nos bancos escolares das Academias, devem ocupar a posição central e mais importante no processo pedagógico. Em virtude disso deve ser dada ênfase à sua formação, aperfeiçoando-se os currículos escolares com o intuito de adequá-los à nova realidade social.

Nesta política de modernização do ensino militar, alguns aspectos devem ser revistos e paradigmas devem ser quebrados: o professor não deve parecer como se fosse detentor de todo o conhecimento, mas sim como mediador, facilitador do processo ensino-aprendizagem, procurando direcionar o aluno para o caminho certo, estimulá-lo a superar desafios. A sala de aula deve ser um ambiente de interação, com ênfase, também, na área afetiva: comunicabilidade, iniciativa, adaptabilidade e cooperação.

No campo da avaliação, as provas que dão ênfase à memorização devem ser substituídas por provas que exigem dos alunos mais esforço na sua solução, facilitando-lhe o trabalho na equação das dificuldades que irá encontrar no seu dia-a-dia nas organizações policiais-militares.

Novas tecnologias devem ser agregadas a esse processo de ensino-aprendizagem, a exemplo da prova virtual, ensino à distância, propiciando ao aluno um ensino moderno, de fácil acesso, deixando-o permanentemente atualizado com os novos conhecimentos que surgem diariamente.

Portanto, a criação de bibliotecas virtuais e não virtuais, bancos de dados, acesso à Internet, são recursos importantes para a manutenção de um ensino atualizado e eficiente.

O termo *novas tecnologias* emprega-se às novas tecnologias da informação e da comunicação, ou sejam, às tecnologias de redes informáticas, aos dispositivos que interagem com elas e a seus recursos.

Televisões; rádios; reprodutores de vídeo; materiais impressos, bem como outras tecnologias *convencionais* não são consideradas *novos*, em grande medida, devido ao fato de que esses recursos, ou sua operacionalidade, estão convergindo em redes e em aplicações que utilizam o TCP/IP, protocolo da Internet.

A cultura organizacional das polícias militares do Brasil foi herdada do modelo do Exército Brasileiro com reflexos no ensino e na formação do ensino policial-militar, que durante muito tempo direcionou o ensino militar das academias de polícia para a *doutrina da guerra* e não para a doutrina da segurança do cidadão.

Tal situação aos poucos vem se modificando com as corporações policiais procurando adequarem-se à nova realidade constitucional e ao seu real papel na sociedade, que é promover a segurança pública, isto é, garantindo a proteção dos direitos individuais e assegurando o pleno exercício da cidadania.

As novas tecnologias devem ser absorvidas complementando-se às que já existem, buscando tornar mais eficaz o processo de ensino e aprendizagem.

Todos os recursos tecnológicos são viáveis. Cada um possui características próprias que serão avaliadas pelo professor/instrutor, escolhendo aquele (s) mais apropriado (s) aos objetivos educacionais visados. De acordo com Sousa e Fino, *apud* Souza:

vivemos numa forma de sociedade que, por ser pós-industrial, requer forma de educação pós-industrial, em que a tecnologia será, como pouca hipótese de dúvida, um das chaves da concretização de um novo paradigma educativo, capaz de fazer incrementar os vínculos entre os alunos e a comunidade, enfatizar a descoberta e a aprendizagem, e de fazer caducar a distinção entre aprender dentro e fora da escola (2001, p. 87).

A educação, hoje em dia, acha-se mergulhada em uma sociedade cheia de novas relações, e estas geram nova cultura. É evidente nesta nova sociedade a demanda crescente e acelerada por novos conhecimentos que faz com que a capacidade de armazenamento, processamento e universalização do saber seja agressiva, eficiente e eficaz. A educação se encontra mergulhada neste contexto.

A questão crucial com relação ao uso das novas tecnologias é saber usá-las de forma crítica e consciente no processo educativo e não ter medo de inovar nas práticas pedagógicas.

Souza tem uma explicação prática, por parte de alguns professores/Instrutores, para a questão do medo de inovar na prática pedagógica na educação militar:

O positivismo, até os dias de hoje, influencia a prática docente da grande maioria dos professores e outros profissionais da educação. Nos centros de ensino militar, tem-se observado esta influência através da divisão hierárquica de conteúdos, da resistência do sistema paternalista,

autoritário, dogmático, que exige uma aprendizagem baseada em memorização, da ênfase nos conteúdos, da punição de erros e do tolhimento à criatividade e liberdade de expressão.

O positivismo que teve fortes influências no Brasil, tendo como sua representação máxima, o emprego da frase positivista *Ordem e Progresso*, extraída da fórmula máxima do Positivismo: *O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim*, em plena bandeira brasileira. A frase tenta passar a imagem de que cada coisa em seu devido lugar conduziria para a perfeita orientação ética da vida social.

Isto leva a concluir que as Academias de Polícia Militar precisam rever os seus papéis na sociedade atual, na qual o conhecimento é dinâmico e precisa ser produzido, transformado, atualizado e aplicado no pensamento.

As idéias e práticas da compartimentação de conteúdos, do autoritarismo do professor/instrutor, da passividade do aluno (apenas receptor) precisam ser apagadas do mundo escolar militar.

É necessário e oportuno desapegar-se dessa abordagem ultrapassada, que gera uma prática pedagógica acrítica, para uma que exija mudança no pensar e agir de instrutores e alunos, levando a uma real democratização do processo ensino-aprendizagem no meio militar.

Segundo Souza, as tecnologias da informação, mais produção de conhecimento, mais a integração com todos os componentes do processo educativo remetem a uma reflexão pedagógica inovadora cujo principal objetivo é unir a teoria à prática atendendo às necessidades básicas de formação tanto do docente quanto na formação dos oficiais. Estes, ao concluírem o Curso de Formação, tornar-se-ão instrutores em potencial, realizando assim o ciclo do processo educativo nos centros de ensinos militares.

2.1.4 Ensino Policial-Militar – Ferramenta política ideológica de libertação ou alienação

Faz-se necessária a ocorrência de uma nova conscientização no ensino policial-militar nas academias, procurando focar a importância da reformulação, adaptação e aperfeiçoamento dos currículos escolares militares.

A educação é uma ferramenta muito importante no desenvolvimento do cidadão, utilizada como ferramenta político-ideológica, prestando-se tanto para libertar como para alienar, de acordo com os interesses em jogo.

Por isso que o ensino policial-militar pode reproduzir diferenças sociais quando não comprometido com as quebras de paradigmas.

O processo ensino-aprendizagem no seio das corporações policiais-militares, quando não aberto à quebra de modelos ultrapassados pode produzir policiais engessados na capacidade de questionar, analisar e decidir, características essas que compõem o processo decisório, que será uma constante na sua vida profissional.

O aluno militar aprendiz quando doutrinado por meio desse processo pedagógico ultrapassado, arcaico, que não estimula as capacidades inerentes ao ser humano para buscar uma solução adequada e eficaz para uma problemática com a qual se depare, passa a compreender que não há necessidade de questionar e avaliar para decidir, bastando simplesmente *cumprir*. É o que o sociólogo francês Bordieu (*apud* SOUZA, 2008) denominou de *violência simbólica*, ou seja, aquela que *se expressa na imposição legítima e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo do trabalho, em nosso caso na vida militar*.

O ensino policial não deve desprezar a capacidade do aluno, sua história e aspirações. Para Paulo Freire (*apud* SOUSA, 2008) *a aprendizagem da assunção do sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado*.

A prática do ensino militar nas academias, com poucas ressalvas, busca o adestramento puro e simples, em que o *pensar* cabe apenas ao comandante e aos demais resta somente o *cumprir*.

São paradigmas, resquícios de anos e anos de uma educação na qual se procura imprimir uma obediência cega do aluno em detrimento das suas capacidades individuais.

Situação essa agravada pela ditadura militar, em que a educação militar pragmática, a violência simbólica era acentuada não só nos quartéis, mas também nos bancos escolares civis.

Uma prova dessa violência simbólica que é impressa, se não em todas, mas pelo menos em parte das academias de polícia militar, encontra-se em um estudo realizado por Albuquerque e Machado, intitulado, *Sob o Signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial* (disponível em :<http://www.scielo.br/scielo>), acerca da formação dos Oficiais da Polícia Militar da Bahia, discorrendo sobre a JIM (Jornada de Instrução Militar).

Nessa atividade, que é uma jornada na selva, e que se insere no currículo do curso de formação dos futuros Oficiais, os autores discorrem sobre métodos de ensino que na prática se conflitam com as novas exigências democráticas do ensino na atualidade, ou seja, a polícia militar tenta diluir seu caráter, numa tentativa de se amoldar às exigências democráticas, mas, ao mesmo tempo resiste em perder os vínculos profundos com o militarismo, cultivando, segundo o autor: *ritos contrários a essas intenções*.

Segundo os referenciados autores, são diversas as etapas pelas quais passam os futuros Oficiais no processo de ensino arcaico: *O Currículo da Selva; Rito de Militarização; A Descoberta da Identidade Selvática; Um Rito de Militarização; A Marcação dos Corpos; As Artes da Submissão; A Sacralização da Hierarquia; A Produção da Eficácia; A Cicatrização dos Traumas*.

Tendo eles chegado à seguinte conclusão:

Através da mortificação do eu e da submissão, a equipe dirigente celebra a passagem do sujeito civil à sua nova condição de oficial da polícia militar. Os conteúdos vividos se opõem e complementam o novo programa de formação de oficiais porque: (1) a corporação se recusa a acreditar na capacidade formadora deste programa renovado; (2) o treinamento na selva preenche definições quanto ao uso da força, que não foram especificadas pelos regulamentos e programas de ensino policiais; (3) a instrução se apresenta como um rito de pertencimento a uma polícia, cuja gestão do uso da força mantém características fortemente hierárquicas, centralizadas e autoritárias. O rito/treinamento da selva revela os impasses da assimilação do controle social democrático e a necessidade de debater o papel da cultura policial na transformação ou reprodução das organizações policiais. (ALBUQUERQUE e MACHADO, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>).

A educação militar deve possibilitar a construção de policiais, antes de mais nada, cidadãos, cômicos de suas responsabilidades sociais, em que o estímulo ao questionamento, ao diálogo deve ser uma constante no processo ensino-aprendizagem visando ao amadurecimento intelectual, possibilitando a construção de uma realidade cidadã, na qual o policial não seja apenas um mero espectador.

2.2 CURRÍCULO / FORMAÇÃO ESCOLAR MILITAR

Esta Seção aborda os seguintes aspectos: relação entre a formação escolar militar e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), demonstrando o que a referida lei comenta sobre o ensino objeto deste trabalho, vinculação e objetivos da Secretaria Nacional da Segurança Pública com o ensino militar nas polícias militares, com uma abordagem ao Plano Nacional de Segurança Pública, ao Sistema Único de Segurança Pública e à Matriz Curricular Nacional, demonstrando as peculiaridades desta para com o ensino militar e uma rápida abordagem sobre o processamento do ensino na Academia Policial Militar da Paraíba.

2.2.1 Formação escolar militar e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96)

Graduação é a formação em nível superior, que possibilita ao aluno a obtenção dos títulos de Bacharel, Licenciado e Tecnólogo. É aberta a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, desde que classificados em processo seletivo.

O Bacharelado é a modalidade de oferta de curso superior de graduação que confere ao diplomado habilidades e competências num determinado campo do saber.

O Ministério da Educação (MEC) é o órgão do poder público federal responsável pela área da educação, tendo como atribuições: formular e avaliar a

política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino superior e velar pelo cumprimento das leis que o regem. Suas áreas de competência são a política nacional de educação; a educação infantil; educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino supletivo, educação tecnológica, educação superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; a avaliação, informação e pesquisa educacional; a pesquisa e extensão universitárias; o magistério e a coordenação de programas de atenção integral a crianças e adolescentes.

No tocante ao sistema de ensino superior, o MEC é o organismo responsável pela sua coordenação, cabendo-lhe o controle normativo do sistema, o financiamento das instituições de ensino superior públicas federais (IFES) e a fiscalização e avaliação tanto destas últimas quanto das IES privadas. Essa forma de coordenação centralizada em um único órgão estatal persiste desde a criação das primeiras faculdades no país, em detrimento das mudanças ocorridas na organização e atribuição dos seus órgãos assessores e nas relações estabelecidas com a comunidade acadêmica e o mercado, decorrentes de uma maior complexificação do sistema.

A estrutura e o funcionamento do ensino superior são definidos e regidos por um conjunto de normas e dispositivos legais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), como também pela Lei nº 9.135/95, que criou o Conselho Nacional de Educação, além de vários outros Decretos, Portarias e Resoluções.

Na Constituição Federal de 1988, a educação superior é tratada na seção 1 do capítulo 3 do Título VIII – Da Ordem Social, nos artigos 206 até 214.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trata da educação superior no capítulo IV, nos artigos 43º a 57º. Estabelece, por finalidade do ensino superior, estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos; suscitar o desejo de aperfeiçoamento cultural e profissional; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular, os nacionais e regionais; promover a extensão, dentre outros.

A LDBEN, ao mesmo tempo, fixou as regras de funcionamento do ensino superior, tais como: a frequência obrigatória de alunos e professores nos cursos,

salvo nos programas de educação a distância; a deliberação das universidades quanto às normas de seleção, devendo levar em conta os efeitos dos critérios por ela estabelecidos sobre a orientação do ensino médio; a obrigatoriedade da oferta de cursos noturnos nas IES públicas; o estabelecimento do período letivo de 200 dias; o fornecimento das informações obrigatórias que devem ser disponibilizadas aos alunos antes de cada período letivo; a definição da carga horária mínima de 8 horas semanais de aula para os docentes das IES públicas; e a exigência de que os professores do ensino superior devam ter pós-graduação, prioritariamente o mestrado e o doutorado.

Com relação aos militares: não existem universidades militares no Brasil. No entanto, poder-se-ia mencionar, aqui, os institutos ligados ao exército brasileiro (Instituto Militar de Engenharia/IME) e à aeronáutica - (Instituto Tecnológico da Aeronáutica/ITA) – que formam recursos humanos em diferentes especialidades no campo da engenharia.

Sobre o ensino militar, assim se posiciona a LDBEN: *Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.*

Depreende-se pela leitura do referido artigo que o ensino militar por possuir características próprias não se inseriu na normatização da LDBEN, admitindo a citada lei, no entanto que, em caso de equivalência, o aproveitamento dos cursos militares na área de ensino civil e vice-versa.

2.2.2 Formação escolar militar e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) tem assumido um papel ativo na articulação e na implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) provocando importantes mudanças no que diz respeito à formulação das políticas orientadoras da formação, do desenvolvimento profissional e da educação permanente de seus profissionais.

Nesse cenário de mudanças, surgiu, em 2004, a Matriz Curricular Nacional com o propósito de ser um referencial para a formação dos profissionais de segurança pública em todo o país, contribuindo para o fortalecimento do SUSP.

Mais recentemente veio a lume o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), criado recentemente pelo governo brasileiro, pautado no projeto nacional de desenvolvimento, batizado como PAC da segurança (Plano de Aceleração do Crescimento), contemplando as políticas orientadoras da formação, do desenvolvimento profissional e da educação dos profissionais do sistema de segurança pública.

2.2.2.1 Plano Nacional de Segurança

O objetivo do Plano Nacional de Segurança Pública é aperfeiçoar o sistema de segurança pública brasileiro, por meio de propostas que integrem políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias, de forma a reprimir e prevenir o crime e reduzir a impunidade, aumentando a segurança e a tranquilidade do cidadão brasileiro.

A solução para a complexa e desafiadora questão da segurança exige o efetivo envolvimento de diferentes órgãos governamentais em todos os níveis, entidades privadas e sociedade civil. Busca-se, com o estabelecimento de medidas integradas, aperfeiçoar a atuação dos órgãos e instituições voltadas à segurança pública no Brasil, permitindo-lhes trabalhar segundo um enfoque de mútua colaboração. Somente com essa participação conjunta, este programa terá efetividade e criará condições para o desenvolvimento de ações mais eficazes. Tal panorama funda-se nos seguintes princípios: Interdisciplinaridade, Pluralismo organizacional e gerencial, Legalidade, Descentralização, Imparcialidade, Transparência das ações, Participação comunitária, Profissionalismo, Atendimento das peculiaridades regionais e no estrito Respeito aos direitos humanos.

2.2.2.2 Sistema Único de Segurança (SUSP)

É um sistema criado para articular as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública e da Justiça Criminal, hoje totalmente dispersas. Essa articulação não vai ferir a autonomia dos estados ou da Polícia Civil ou Militar. Não se trata de unificação, mas de integração prática. O sistema é único, mas as instituições que farão parte dele são diversas e autônomas, cada uma cumprindo suas responsabilidades. Servem de modelo para o SUSP as experiências de missões especiais e forças-tarefa, em que órgãos diferentes trabalham integrados, com pessoal qualificado e objetivos, metas e metodologia bem definidos.

O novo estilo de conduzir a segurança pretende evitar que as ações sejam pautadas apenas por tragédias, sem planejamento nem tempo para pensar em medidas estratégicas. O objetivo do SUSP é prevenir, criar meios para que seja possível analisar a realidade de cada episódio, planejar estratégias, identificar quais os métodos e mecanismos que serão usados. Sistemas de avaliação e monitoramento das ações também serão introduzidos para garantir transparência e controle externo das ações de segurança.

O governador do estado assina um protocolo de intenções com o Ministério da Justiça. Então, é criado no estado um Comitê de Gestão Integrada, do qual fazem parte o secretário estadual de Segurança Pública, como coordenador, e mais representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e guardas municipais. A intenção é contar também com a cooperação ativa do Ministério Público e do Poder Judiciário. Caberá a esse comitê definir de forma consensual as ações, principalmente no combate ao crime organizado (tráfico de drogas e de armas, contrabando, lavagem de dinheiro, pirataria). Todas as decisões do comitê estadual serão repassadas a um comitê gestor nacional. Com isso, experiências bem sucedidas em um lugar poderão ser implantadas em outro. O comitê, também, definirá as prioridades para investimentos federais na área de segurança pública no estado.

O sistema tenciona que Policiais civis e militares freqüentem a mesma academia e tenham acesso à formação prática e teórica idêntica, estimulando a criação de unidades policiais integradas, reunindo, em um mesmo local, forças das polícias civil e militar.

O SUSP possui como eixos as seguintes indicações:

a) Gestão unificada da informação: Uma central vai receber todas as demandas na área de segurança pública. A coleta de informações deverá auxiliar na redução da violência e na prevenção ao crime;

b) Gestão do sistema de segurança: Delegacias com perícia, polícia civil e polícia militar deverão ser implantadas para cuidar de determinadas áreas geográficas das cidades;

c) Formação e aperfeiçoamento de policiais: Os policiais civis e militares serão treinados em academias integradas. A Secretaria Nacional de Segurança Pública tem um setor de formação e aperfeiçoamento que já está trabalhando nos currículos das academias para definir o conteúdo desses cursos de formação, que levarão em conta sempre a valorização do profissional;

d) Valorização das perícias: Essa fase da investigação dos crimes receberá atenção especial; Prevenção: Ações concretas para a prevenção e redução da violência nos estados serão prioritárias. A Polícia Comunitária terá papel fundamental nesse processo;

e) Ouvidorias independentes e corregedorias unificadas: Serão criados órgãos para receber as reclamações da população e identificar possíveis abusos da ação policial. A corregedoria vai fiscalizar os atos dos policiais civis e militares. O objetivo é realizar o controle externo sobre a ação da segurança pública nos estados.

2.2.2.3 Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)

Em 1997, foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, órgão de assessoramento do Ministério da Justiça na definição e implementação da Política Nacional de Segurança Pública, em especial no desenvolvimento de ações de modernização do aparelho policial e estímulo à capacitação dos profissionais da área de segurança pública e que de acordo com o art. 12 do Decreto nº 6.061 de 15 de março de 2007 (Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências), possui a seguinte competência:

Art. 12. À Secretaria Nacional de Segurança Pública compete:

- I - assessorar o Ministro de Estado na definição, implementação e acompanhamento da Política Nacional de Segurança Pública e dos Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade;
- II - planejar, acompanhar e avaliar a implementação de programas do Governo Federal para a área de segurança pública;
- III - elaborar propostas de legislação e regulamentação em assuntos de segurança pública, referentes ao setor público e ao setor privado;
- IV - promover a integração dos órgãos de segurança pública;
- V - estimular a modernização e o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública;
- VI - promover a interface de ações com organismos governamentais e não-governamentais, de âmbito nacional e internacional;
- VII - realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e da violência;
- VIII - estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência, bem como estimular ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade;
- IX - exercer, por seu titular, as funções de Ouvidor-Geral das Polícias Federais;
- X - implementar, manter, modernizar e dirigir a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - Rede Infoseg;
- XI - promover e coordenar as reuniões do Conselho Nacional de Segurança Pública;
- XII - incentivar e acompanhar a atuação dos Conselhos Regionais de Segurança Pública; e
- XIII - coordenar as atividades da Força Nacional de Segurança Pública.

2.2.2.4 A Matriz Curricular Nacional

A referida Matriz visa a dialogar com as diversas realidades relacionadas com a segurança pública em cada unidade federativa, levando em consideração as particularidades de cada uma.

Para a elaboração deste documento participaram representantes de diversas instituições ligados à área da segurança pública.

Na verdade, a Matriz Curricular Nacional é um proposta da SENASP às polícias brasileiras que se propõe a orientar o desenvolvimento das ações normativas dos profissionais da segurança pública em virtude da realidade social e profissional, que está cada vez mais a exigir uma demanda maior de novas informações, saberes e habilidades e requerem uma integração de conhecimentos entre todas as polícias.

A formação policial exige atualmente um compromisso e um esforço nacional para com a cidadania e a educação para paz em constante articulação com os avanços científicos e o saber acumulado.

A palavra “matriz” remete às idéias de “criação” e “geração” que norteiam uma concepção mais abrangente e dinâmica de currículo, o que significa propor instrumentos que permitam orientar as práticas formativas e as situações de trabalho em Segurança Pública, propiciando a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre Eixos Articuladores e Áreas Temáticas (<http://www.mj.gov.br/Senasp/>).

A Matriz procura combinar diferentes variáveis, de forma não linear, na elaboração de currículos específicos, a partir de eixos articuladores e áreas temáticas, associados às orientações para o desenvolvimento de capacidades gerais adquiridas progressivamente e de competências específicas necessárias para responder aos desafios sem precedentes das ações concretas do mundo do trabalho, ao tempo em que procura respeitar as diversidades regionais, sejam elas culturais, políticas, econômicas ou sociais.

Para os idealizadores da matriz, o termo currículo deve expressar os princípios e metas do projeto educativo que deve ser flexível, promover debates e reelaboração em sala de aula, a partir da interação entre os sujeitos, do processo educativo.

Os currículos traduzem as intenções pedagógicas das ações de formação. Entende-se por currículo interdisciplinar um currículo orientado para a integração, para o desenvolvimento de relações entre as disciplinas e também dos conteúdos que se encontram nas fronteiras entre elas, aqueles que são objeto de atenção em várias disciplinas e que possibilitam tratar de questões mais vitais e conflituosas, que normalmente não podem ser tratadas dentro dos limites de uma única disciplina (<http://www.mj.gov.br/Senasp/>).

É sabido que o Brasil possui uma diversidade regional acentuada, em virtude da sua grande extensão territorial, marcada por características regionais: sociais, culturais, econômicas e políticas, determinando diferentes necessidades de aprendizagem; porém, em termos de educação para a formação na área da segurança pública há as similitudes de aprendizagem que são comuns a todas as polícias militares estaduais, e é exatamente aí que a matriz vem, por meio dos seus eixos articuladores, das áreas temáticas, nas capacidades gerais e competências

específicas, tentar conciliar uma unidade de conhecimentos mínimos por parte dos profissionais que lidam com a segurança pública.

Por isso que a Matriz Curricular Nacional foi construída a partir da reflexão sobre currículos estaduais e municipais voltados à Segurança Pública, visando a orientar e garantir a coerência das políticas de melhoria da qualidade do ensino, bem como do desempenho profissional e institucional, socializando o produto de discussões, pesquisas e recomendações, apoiando a prática docente, especialmente dos profissionais que se encontram mais isolados do contato com a produção científica e as técnicas atualizadas.

A Matriz deverá ser efetivada e conformada regionalmente e localmente sobre currículos e programas formativos elaborados pelas Instituições de Ensino, inclusive em parceria com Universidades, ampliando a interação das ações em Segurança Pública, configurando-se de maneira aberta e flexível.

Ela deve perpassar os currículos, aponta caminhos para enfrentar as situações cotidianas concretas encontradas pelos profissionais de Segurança Pública, adotando como ponto principal o desenvolvimento de capacidades gerais e competências específicas e a visibilidade dos valores envolvidos, passando o aluno a ser sujeito de sua própria formação, tornando-se responsável, como participante, de uma Instituição de Segurança Pública, consciente de seu papel na sociedade.

Por meio da Matriz Curricular, tenta-se uma integração nacional do ensino, das políticas e das ações de segurança pública, proporcionando a todos os profissionais meios, pelos quais, de maneira autônoma e responsável, consigam refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho.

2.2.2.4.1 Princípios da Matriz

Os princípios que norteiam a formação profissional apregoada SENASP/MJ e que pautam a construção da Matriz Curricular Nacional, são:

a) Compreensão e valorização das diferenças; b) Formação e qualificação profissional continuada; c) Flexibilidade, diversificação e transformação; d) Interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes; e) Valorização do conhecimento anterior; f) Valorização do conhecimento da realidade;

g) Integração; h) Abrangência e capilaridade; i) Universalidade; j) Articulação, continuidade e regularidade; l) Qualidade e atualização permanente: princípio que trata da garantia e do reconhecimento da excelência das ações formativas submetidas a processos de avaliação e monitoramento sistemático realizados segundo modalidades diferentes e o compromisso com a sociedade.

Cada um desses princípios são explicitados, minudeados na Matriz.

Associados a estes princípios encontra-se o entendimento de que a formação é um processo de aquisição e de reconstrução de saberes necessários à atividade policial no meio social, a necessidade e a oportunidade para repensar o próprio posicionamento ético e político e de analisar e aprimorar a prática, constituindo espaço para partilha e debate de abordagens diferentes, e ocasião privilegiada para gerar discussão sobre questões complexas das situações enfrentadas no trabalho.

2.2.2.4.2 Objetivos gerais

A matriz possui objetivos Gerais que denotam que o profissional da segurança pública deve entender o seu mister como prática da cidadania, participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito; devendo posicionar-se de maneira crítica, ética, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, sempre com a utilização do diálogo; perceber-se como agentes transformadores da realidade social e histórica do país; conhecer e valorizar a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira; conhecer e dominar diversas técnicas, inclusive as relativas ao uso da força, para desempenho do serviço e da política de Segurança Pública; intuição ponderada pelo conhecimento, além dos preceitos legais aplicáveis; desenvolver o auto-conhecimento e o sentimento de confiança em suas capacidades técnicas, cognitiva, emocional, física, ética e de inter-relações; favorecer a busca da solução pacífica dos conflitos no exercício da cidadania e na aplicação da lei; utilizar diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos para reconstruir e afirmar conhecimentos sobre a realidade e as situações que requerem a atuação das Instituições e dos profissionais de Segurança Pública.

2.2.2.4.3 Eixos articuladores

Os Eixos Articuladores da Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública, são assim chamados na medida em que conduzem para a reflexão sobre o papel individual, social, histórico e político do profissional e das instituições de Segurança Pública. Têm um caráter orientado para o desenvolvimento pessoal e a conduta moral e ética, referindo-se às finalidades gerais da formação policial, estimulando o questionamento permanente e reflexivo sobre as práticas profissionais e institucionais no contexto social e político em que elas se dão.

Os Eixos Articuladores têm como função básica orientar a formulação, a implementação e a avaliação das atividades da formação e do ensino em Segurança Pública.

Os eixos são quatro e pela suas amplitudes permitem definir a orientação geral dos processos formativos e os conteúdos a serem tratados para a estruturação dos diversos processos pedagógicos:

- Sujeito e as interações no contexto da Segurança Pública;
- Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública;
- Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública;
- Diversidade, Conflitos e Segurança Pública.

2.2.2.4.4 Áreas temáticas

As Áreas Temáticas devem contemplar os conteúdos indispensáveis à formação do profissional de Segurança Pública e que capacitam para o exercício de sua função. Na elaboração da Matriz Curricular Nacional foram elencadas oito Áreas Temáticas destinadas a acolher um conjunto de conhecimentos que serão tratados nos currículos dos cursos de formação policial.

Designam os espaços específicos da construção dos currículos a serem elaborados pelas instituições de Ensino, em conformidade com seus interesses, peculiaridades e especificidades locais.

Tais Áreas Temáticas permitem enriquecer os currículos já existentes a partir de novos conteúdos propostos, não por simples acréscimo, mas pela integração de problemáticas emergentes da realidade. Há possibilidade de utilizar as áreas propostas como títulos de componentes curriculares; o intuito principal é que por meio delas se garanta o tratamento dos conteúdos para os quais elas apontam.

Cada Área Temática define um espaço de conteúdos, possibilitando complementações que atendam às expectativas das diversas corporações, carreiras, demandas da sociedade e peculiaridades locais e/ou regionais estando diretamente vinculadas aos Eixos Articuladores e integradas entre si, podendo um determinado conteúdo ser tratado em mais de uma Área Temática desde que examinado sob diferentes pontos de vista ou dimensões.

As Áreas Temáticas propostas pela Matriz Curricular Nacional são:

- Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública;
- Violência, Crime e Controle Social;
- Cultura e Conhecimentos Jurídicos;
- Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos;
- Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador;
- Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública;
- Cotidiano e Prática Policial Reflexiva;
- Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

A Área Temática Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública, corresponde à concretização final de todo o processo de formação destinado a instrumentalizar o profissional de Segurança Pública para desempenho de sua função. A qualidade deste desempenho está, contudo, vinculada aos conhecimentos, competências, habilidades e atitudes contemplados pelas demais áreas temáticas.

2.2.2.4.5 Orientações metodológicas

Referencial para o ensino e a aprendizagem dos conteúdos fundamentais à formação profissional em Segurança Pública, garantindo a coerência com as políticas da SENASP/MJ.

Funciona como uma declaração de intenções, princípios norteadores e movimentos metodológicos; foi elaborado num contexto nacional em reconstrução; é sustentado por um paradigma que concebe a formação como processo complexo e contínuo de crescimento e aperfeiçoamento, visando à preparação de profissionais responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento profissional e pelo cumprimento das determinações da área em que atuam, tornando-os competentes, comprometidos com aquilo que está no campo de ação de seu poder e com a melhoria do bem público e das instituições políticas.

Cada sociedade, cada cultura institucional possui suas próprias formas de aprendizagem, o que significa dizer que as aprendizagens são diferentes, portanto, deve-se buscar nas diferentes culturas organizacionais e sociais a necessidade de atenção às singularidades que permeiam as instituições de formação policial.

Apoiada nestas concepções, a Matriz Curricular Nacional oferece um referencial pedagógico que tem em vista a promoção efetiva de uma competência coletiva profissional em Segurança Pública com base na aplicação prática e na adaptação de competências, numa íntima relação com o desenvolvimento das capacidades de análise e gestão situacional, a partir de aprendizagens que não se resumem a um conjunto de rotinas recicladas, mas referem-se à reconstrução do conhecimento envolvendo:

- memorização associada à reflexão e à decisão;
- busca de significado para interpretação;
- processo interpretativo para a compreensão da realidade;
- estratégias que implicam na utilização de distintas formas de aprender em função das metas motivacionais concretas dos aprendentes, evitando a aplicação apenas rotineira e automática de técnicas habituais;
- controle e reflexão construtiva incentivando, de forma progressiva, que o aprendente avalie as próprias aprendizagens.

Tal proposta educativa apresenta um delineamento pedagógico diferenciado, apoiando-se nas interações enriquecedoras entre os diferentes componentes curriculares, garantindo a unidade, preservando as singularidades e a autonomia com a consciência da relação de dependência entre si e com aspectos históricos e culturais.

A transversalidade que emana da Matriz Curricular Nacional, apoiada nos eixos articuladores, associa-se às transversalidades emergentes dos objetivos definidos a partir das áreas temáticas e dos perfis exigidos pelas diferentes carreiras que integram a Segurança Pública. A transversalidade curricular dá coerência interna e integra as ações formativas à filosofia da política vigente.

Representa, ainda, uma relação necessária de subordinação resultante do comprometimento assumido face à autoridade que emana da proposta governamental em Segurança Pública, conferindo a necessidade de contextualização e de abrangência.

No mundo profissional é preciso aprender conteúdos distintos, com finalidades diferentes e em condições de constante mudança o que exige a adoção de estratégias diferentes. Importa desenvolver a aprendizagem sobre recursos alternativos e a capacidade estratégica de saber, quando e como utilizá-los.

Isso torna imprescindível que estratégias de aprendizagem integrem os currículos de formação, permitindo ao aprendiz controlar e selecionar as informações, dar sentido a saberes informais relacionando-os.

Uma aprendizagem desorganizada costuma levar a formas de aprendizagem repetitivas sem a compreensão do que se está aprendendo. A aprendizagem é um sistema complexo composto pelos subsistemas que interagem entre si: o que se aprende (resultados da aprendizagem), como se aprende (processos e estratégias) e em que se aprende (condições práticas). Para a efetivação da transversalidade pretendida, as Instituições de Ensino precisam planejar as ações educativas a partir da análise crítica de suas ações pedagógicas e de sua cultura organizacional, das contradições constatadas em relação à problemática do mundo profissional e sócio-cultural (entre teoria e prática, entre formação e demandas da sociedade). Para tanto, a construção curricular amparada no referencial comum nacional de Segurança Pública, passa a exigir uma articulação com os referenciais das diferentes instituições de ensino e o investimento em práticas educativas que propiciem uma formação que se caracterize por meio da (o):

- coerência com as diretrizes nacionais e a filosofia institucional;
- criação de estratégias para um ensino comprometido com a transformação social e profissional;
- articulação entre Eixos Articuladores e destes com as Áreas Temáticas por meio de percursos interdisciplinares;
- desenvolvimento e transformação progressiva de capacidades intelectuais e afetivas para o domínio de conhecimentos, habilidades, hábitos e atitudes pertinentes com os perfis profissionais;
- compreensão da complexidade das situações de trabalho e das práticas de Segurança Pública, identificando riscos das decisões tomadas;
- ampliação de competências profissionais;
- curiosidade intelectual e responsabilidade pelo próprio desenvolvimento pessoal;
- articulação entre teoria e prática;
- avaliação continuada das práticas e da aprendizagem.

O planejamento curricular precisa apoiar-se em opção metodológica que favoreça a construção da competência coletiva/profissional pretendida, de forma crítica e reflexiva, e na criação de espaço para a realização periódica de atividades de mobilização do corpo docente e discente, de reuniões de estudo e de análise/reconstrução coletiva dos planos educativos.

Competência profissional é entendida na área da Segurança Pública, como o conjunto formado por saberes, competências específicas, esquemas de ação, posicionamentos assumidos, habilidades, hábitos e atitudes necessários ao exercício das funções a serem desempenhadas. Assim, o conjunto de competências que forma a competência profissional é de natureza cognitiva, afetiva e prática e de ordem técnica e didática, incluindo diferentes saberes.

O esquema a seguir apresenta a integração entre os saberes presentes na construção da competência e da inteligência profissional.

Os saberes teóricos contidos nas áreas temáticas, inseridos no contexto mais amplo e nas diferentes disciplinas e na cultura de Segurança Pública, são indissociáveis dos saberes práticos.

Os saberes práticos, originados das experiências cotidianas da profissão, são adquiridos e reconstruídos em situações de trabalho. Entre os saberes práticos distinguem-se os saberes sobre a prática (saberes procedimentais sobre o *como*

fazer) e os saberes da prática (produto das ações que tiveram êxito e o saber *quando* e *onde* os saberes podem ser aplicados). Este *saber situacional* articula os diferentes saberes na ação, gerando práticas profissionais que se desenvolvem no decorrer de experiências, o que permite ao profissional adaptar-se às situações e alcançar a competência na ação, consciente das limitações e da complexidade situacional; desenvolver hábitos que possibilitarão discernir o impossível do possível, e elaborar cenários com consciência do inevitável e do desejável.

O saber instrumental permite o desenvolvimento da competência *saber analisar criticamente*.

A articulação entre os saberes, as habilidades, hábitos, atitudes e os esquemas de ação geram a competência.

As competências específicas envolvem um conjunto de saberes integrados que precisam ser identificados nos planos das disciplinas de forma avaliável e em nível adequado, oportunizando a compreensão do que se espera do aprendente. Entre estes saberes destaca-se:

- a) Saber redizer textualmente, repetindo tal como foi dito;
- b) Saber redizer, dizendo o que foi dito com as próprias palavras ou na forma de um gráfico, desenho ou imagem;
- c) Saber refazer, reproduzindo o que foi aprendido em situações semelhantes, adaptando rapidamente situações rotineiras;
- d) Saber fazer, aplicando conhecimento em situações não semelhantes que serviu de aprendizagem o que exige análise, ordenação, combinação e diferenciação entre o que é essencial e o que é superficial, síntese, solução de problemas, avaliação, saber escutar e comunicar;
- e) Saber fazer gestual, envolvendo a precisão em manobras, no uso de equipamentos e no uso da tecnologia;
- f) Saber ser, incluindo o autoconhecimento, conhecimento dos outros e a vida em geral, remetendo a sistemas de valores, opiniões e crenças usados nas avaliações e julgamentos. Este saber integra o saber redizer, o saber refazer e o saber fazer;
- g) Saber transformar-se, implicando no engajamento em projetos, ajustes e antecipação do futuro;
- h) Saber fazer relacional, incluindo o estabelecimento de relações entre conceitos, teoria e prática, contexto mais próximo e contexto mais amplo.

A integração de saberes é um processo em que um novo saber se liga a saberes anteriores na aplicação de conteúdos específicos em situações concretas, necessitando ser proporcionada no desenvolvimento de atividades de variadas naturezas na formação na área da Segurança Pública.

Os esquemas de ação, que permitem mobilizar e efetivar os demais componentes da competência, constituem o cenário que se mantém de uma situação para a outra (rotinas) ou o cenário que passa por ajustes e recombinações de informações para adaptação a situações estratégicas.

As principais metas pedagógicas dizem respeito à aplicação dos saberes, à aquisição progressiva de técnicas, habilidades e esquemas de ação (saber fazer), ao saber da experiência teorizada (saber refletir).

Para assegurar uma formação profissional em Segurança Pública com qualidade, a configuração de estratégias diferenciadas constitui desafio pela necessidade de combinação entre procedimentos, saberes, técnicas, recursos e atividades, distanciando-se de um ensino meramente transmissor, vinculando-se a aspectos básicos da educação (filosóficos, psicológicos e sociológicos).

O profissionalismo a ser alcançado pela formação pretendida é uma construção pessoal/coletiva que se apóia na reflexão teórica sobre as experiências vividas, com a ajuda de um mediador (docente), gerando conhecimento e competência a partir de, por meio de e para a prática de Segurança Pública.

Torna-se necessária a discussão e a reconstrução das ementas das disciplinas, ou de outra forma de organização curricular adotada por percurso interdisciplinar, explicitando a consciência de que existem responsabilidades que precisam ser assumidas coletivamente para uma maior integração curricular (transdisciplinar).

Para realizar a integração pretendida, mudanças na metodologia de ensino são decisivas, incluindo o rompimento com práticas docentes conservadoras e autoritárias, o que propicia condições para o desenvolvimento de uma competência coletiva interdisciplinar na evolução curricular: o estabelecimento de uma rede de comunicação e de linguagem e objetivos comuns viabilizam gradualmente a mobilização para a integração, contribuindo para a identidade grupal. Entretanto, urge que se faça uma reflexão crítica sobre a realidade pedagógica passada e atual, para detecção dos pontos fortes e das fragilidades.

A partir da reflexão crítica sobre as possibilidades e limitações, surge a demanda por uma metodologia de ensino diferenciada, o que exige criação de espaço para que os docentes discutam a Matriz Curricular Nacional e participem de processo de desenvolvimento docente.

A metodologia de ensino proposta traz como exigência básica os seguintes movimentos interdependentes:

a) mobilização para a aprendizagem, pelo interesse e a busca de conhecimento e pela articulação com a realidade, tendo como referência necessidades e interesses institucionais e pessoais, e a análise do conhecimento anterior para a reformulação de conceitos, ações e atitudes;

b) desconstrução/reconstrução do conhecimento pelo desenvolvimento a aptidão para análise, síntese, crítica e criação, a partir da exploração de diferentes interpretações da realidade;

c) avaliação da própria produção (pelo discente), a partir da reflexão sobre as ações e os resultados atingidos (sínteses integradoras que são manifestações da interdisciplinaridade), identificando avanços, reproduções e retrocessos.

Numa metodologia desta natureza, a interdisciplinaridade manifesta a qualidade dos resultados alcançados, a partir do aprofundamento da aprendizagem e do potencial de desenvolvimento das atividades de natureza cognitiva e afetiva que traduzam intenções educativas.

2.2.2.4.6 Sistema de avaliação e monitoramento

O referido sistema de avaliação proposto na Matriz Curricular Nacional inclui critérios gerais constituídos por indicadores de diferentes naturezas, estratégias, procedimentos, técnicas e instrumentos, visando à reorganização permanente dos processos de ensino e de aprendizagem. Nesta abordagem, o sistema não se reduz a critérios de aprovação e reprovação. Muito mais constitui a base para um monitoramento permanente da qualidade e da eficácia das práticas formativas, a partir de critérios claramente definidos e divulgados.

Os critérios de avaliação da aprendizagem têm como referência básica os objetivos definidos, o perfil profissional desejado e novos conhecimentos, saberes e habilidades exigidos pela necessidade de constante atualização.

O aprendente em formação tem consciência da qualidade da própria aprendizagem e de sua produção se, além de observar e analisar situações concretas e hipotéticas, desenvolver a capacidade de conceber com o auxílio docente, um projeto pessoal de formação. Para tanto, é preciso que o discente observe a si mesmo e ao seu grupo de trabalho em situações pedagógicas diversificadas, experienciando procedimentos de reflexão teórica e de análise das distâncias entre a própria percepção e as dos docentes a seu respeito, o que o auxilia na análise de atitudes, de valores e de papéis sociais. Isto propicia esclarecimento e revisão, oportunizando ao discente a possibilidade de tomar consciência de suas carências e do que influencia suas ações e, a partir daí, conceber um projeto pessoal de formação, transitando de uma simples aquisição de saber-fazer para uma formação que leve a uma identidade profissional.

Na avaliação da aprendizagem convém que o docente tenha a consciência de que trata as informações, analisa as situações e toma decisões com a ajuda de esquemas de pensamento e esquemas de ação (repetições de uma mesma ação) que devem ser objeto de reflexão crítica e, para que se introduzam inovações: o discente inova a partir do momento em que compreende aquilo que torna uma situação diferente, enriquecendo e diversificando os hábitos, ao reconhecer a novidade. Entretanto, só isto não basta. É preciso oportunizar situações de avaliação em que o discente possa tomar consciência de seus esquemas de percepção, pensamento, avaliação, decisão e ação para que possa reconsiderar suas próprias idéias numa visão de aprendizagem como processo de reconstrução permanente, favorecendo esquemas de percepção que permitam opções inteligentes para o enfrentamento de incidentes críticos, a partir da elaboração de cenários, formando um novo conjunto de hábitos. Portanto, é preciso desenvolver uma avaliação da aprendizagem que favoreça a tomada da consciência em relação ao conjunto de esquemas de ação para que estes possam ser transformados.

A avaliação da aprendizagem vai além da constatação de competências, habilidades e atitudes que compõem a caracterização do profissional a ser formado, das normas regimentais e dos critérios específicos estabelecidos com base nos eixos articuladores, nas áreas temáticas e nos conteúdos específicos das disciplinas.

O objetivo essencial da avaliação é auxiliar docentes e discentes a visualizarem a qualidade do ensino e da aprendizagem, a partir de critérios definidos e transparentes, para uma aplicação deste componente curricular de forma desapaixonada e desvinculada de posições autoritárias, preservando, porém, a autoridade contextual do professor.

Os problemas atuais referentes às práticas avaliativas não estão necessariamente associados ao tipo de instrumentos utilizados, mas, possivelmente, na forma como eles são construídos, nos procedimentos utilizados, nas intenções e como são usados os resultados. Exige-se a preparação de docentes e discentes para uma avaliação desta natureza.

A avaliação pretendida não tem a intenção de romper abruptamente com a história avaliativa dos Cursos de Segurança Pública, mas de reformular aspectos essencialmente conservadores e autoritários, orientando para uma transição consciente e compromissada para uma forma de avaliar que não abandone a exigência em relação à qualidade e à precisão, que incorpore uma visão de avaliação como fenômeno complexo, cujos resultados não pertencem somente ao professor, mas também ao discente. Isto é indispensável para que o discente desenvolva a consciência sobre a qualidade de sua produção e, a partir disto, busque novos conhecimentos, que possibilitem uma formação coerente com os objetivos institucionais e as demandas da realidade em Segurança Pública.

Além da orientação já consagrada pelos Regimentos das Instituições de Ensino, o sistema de avaliação precisa projetar outras técnicas para a coleta de dados - observação participante, entrevistas individuais e coletivas, autoavaliação - o que demanda a associação de procedimentos de natureza qualitativa a procedimentos quantitativos.

Uma educação profissional em Segurança Pública, que se mantenha atenta à complexidade do mundo contemporâneo, possibilita a implantação e o desenvolvimento de um processo avaliativo com condições de orientar na criação de perspectivas e estratégias, que contribua para a melhoria da qualidade do ensino, com base no auto-conhecimento e no reconhecimento das potencialidades, dos resultados e das limitações dos cursos oferecidos.

Entre os critérios que podem guiar a constante avaliação dos cursos encontram-se a (o):

- a) repercussão educacional alcançada em função do custo/benefício;

- b) inovação e a possibilidade de impacto no mercado de trabalho;
- c) relevância da contribuição científica e social;
- d) adequação metodológica;
- e) coerência e a adequação à Matriz e ao marco referencial da Instituição de Ensino;
- f) consolidação de parcerias externas e a consolidação da interdisciplinaridade/transdisciplinaridade;
- g) consistência teórico-prática;
- h) integração entre conhecimentos gerais, essenciais, conteúdos complementares, conteúdos transversais e conteúdos de natureza profissional;
- i) flexibilidade curricular em atendimento a interesses específicos e atualizados;
- j) desenvolvimento de conteúdos de forma contextualizada;
- l) desenvolvimento da aptidão geral para delimitar e tratar problemas;
- m) encorajamento à aptidão interrogativa sobre problemas fundamentais da própria condição e da época;
- n) reconhecimento do elo indissolúvel entre unidade e diversidade;
- o) consolidação da ética e da cidadania;

Uma avaliação sob estes critérios representa um incentivo ao corpo docente, discente e administrativo para práticas avaliativas numa visão sistêmica, na qual a administração, os recursos humanos, a metodologia de ensino se pautam também por tendências sociais em constante transformação e por uma concepção de conhecimento como recurso flexível, fluido, em processo de expansão e mudança incessante.

Para que reais modificações aconteçam no sistema de avaliação, é vital que os docentes se envolvam na reflexão crítica das práticas cotidianas para que possam construir uma inteligência profissional coletiva o que implica na transformação da forma como pensam e desenvolvem as capacidades humanas de considerar riscos, lidar com as mudanças e desenvolver investigações em parceria, quando novas demandas e problemas de avaliação os desafiem.

A reformulação curricular, a partir das orientações teórico-metodológicas contidas na Matriz Curricular Nacional, precisa oferecer, ampliar e associar novas formas de trabalho integrado, a partir de um planejamento cuidadoso que propicie uma evolução nas propostas dos cursos, numa concepção que privilegie a

convergência entre eixos articuladores e áreas temáticas para o atendimento de demandas locais, estaduais e nacionais.

A partir de diferentes formas de integração curricular podem ser criadas condições para o alcance dos perfis profissionais. Estes perfis, que se caracterizam por uma profissionalidade (uma questão de competência/inteligência/profissional coletiva), emergida a partir da cooperação, sinergia e combinações entre competências/inteligências individuais são potencialmente geradores de uma identidade profissional, desempenhando um papel integrador.

Embora os cursos de formação venham alcançando resultados que podem ser considerados significativos, suas trajetórias vêm encaminhando para a necessidade de mudança a partir do entendimento de Segurança Pública como fenômeno interdimensional e complexo. Para o alcance da formação pretendida convém trabalhar construtivamente, desconstruindo a diversidade de saberes científicos e não científicos, que permeiem os cursos, e consolidar o comprometimento com ações que favoreçam a consecução dos eixos transversais. E isto exige a reflexão crítica sobre as próprias práticas para a descoberta do que carece ser modificado, tendo como referências o contexto, os parceiros, as idéias dos teóricos e as políticas de Segurança Pública e educacionais.

Entre as principais formas de integração que podem contribuir para a evolução dos processos formativos na área de Segurança Pública em direção à interdisciplinaridade/transdisciplinaridade encontram-se:

a) integração, correlacionando os Eixos Articuladores, Áreas Temáticas e disciplinas em diferentes momentos, respeitando as características singulares;

b) integração em torno de questões cotidianas intimamente relacionadas aos eixos articuladores como as questões sociais e morais associadas à problemática da Segurança Pública, cuja compreensão não está ligada somente no âmbito de uma determinada disciplina;

c) integração com outras instituições;

d) integração epistemológica, o que exige tomar emprestado de outras áreas marcos teóricos, métodos, procedimentos ou conceitos que, ao incorporarem-se ao corpo tradicional do conteúdo específico, auxiliam a resolver problemas específicos;

e) integração entre áreas temáticas, agrupando disciplinas que conservam semelhanças importantes ou mantêm um pretenso antagonismo.

Estas formas de integração precisam ser permanentemente reoxigenadas pela oferta de possibilidades extracurriculares, de parcerias e de relações com a comunidade para que apresentem uma maior apropriação à configuração de um perfil diferenciado e contemplem a consolidação das linhas norteadoras que emanam da Matriz Curricular Nacional. Para tanto, as atividades desenvolvidas necessariamente apresentam conexão com os objetivos pretendidos e exige-se que o corpo docente esteja preparado para trabalhar interdisciplinarmente.

Para uma evolução neste sentido, a partir dos avanços verificados, o corpo docente precisa desenvolver a compreensão de que é possível e necessário transformar práticas em espaços de reflexão e leitura crítica. Para tornar viável esta conquista pedagógica incumbe que haja uma transformação nos papéis docentes e discentes, encaminhando-se de:

a) uma abordagem que enfatiza produtos para uma abordagem que considera pontos de partida, processos e produtos tanto parciais como finais;

b) uma visão em que a busca de interação significa invasão de território para uma visão de interação como oportunidade de enriquecimento mútuo e coletivo;

c) uma compreensão de instituição educacional como espaço de treinamento mecanicista para um espaço genuíno de reflexão e análise de diferentes pontos de vista, perpassado por clima de cooperação e pluralismo, associando-se aspectos qualitativos e quantitativos;

d) uma docência com características de autoritarismo para uma docência alicerçada numa autoridade docente que partilha um compromisso de transformação de práticas e de pensamento curricular.

Sendo assim, a efetivação dos propósitos formativos, propiciadores de integração às dinâmicas sociais, pressupõe a discussão crítica sobre o significado tradicional da formação, dos grandes dilemas originados no novo marco da sociedade e das exigências do desenvolvimento do compromisso com uma formação entendida como processo contínuo de crescimento e aperfeiçoamento pessoal/profissional e social.

É imperioso que se revisem as práticas formativas integrando-se com outras instituições e com a comunidade, buscando alternativas que permitam uma maior integração no âmbito pedagógico e político, ampliando-se os benefícios recíprocos.

A inclusão de estágios na estruturação curricular oportunizará aos docentes a reflexão na e sobre sua ação e aos discentes a reflexão na e sobre a ação profissional, sensibilizando para a:

a) criação de sistemas criativos de ensino que auxiliem a incorporar uma cultura de mudança, baseados em descobertas que facilitem no desenvolvimento da capacidade de adaptação a diversos contextos e problemas e a construção da autonomia na aprendizagem;

b) incorporação de novas tecnologias no desenvolvimento de aprendizagens autônomas;

c) desenvoltura para agir em contextos de fontes múltiplas de informação e vivência da atitude de constante busca e de comparação entre diferentes abordagens, posicionando-se criticamente.

A Matriz Curricular Nacional é um referencial para análise e reconstrução dos programas de formação oferecidos e da história educacional das instituições de ensino policial, a partir do reconhecimento da relevância das tensões geradas nas ambivalências e nos antagonismos sociais, tornando possível a coerência dos percursos pedagógicos com as políticas nacionais.

2.2.3 Formação escolar militar na Academia Policial Militar da Paraíba

O Centro de Ensino da Polícia Militar foi criado para funcionar como Unidade Escola em substituição ao antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), que não tinha estrutura física suficiente para comportar os alunos dos inúmeros cursos oferecidos pela Corporação.

Efetuando uma síntese histórica do ensino na PMPB, tem-se que em 2 de abril de 1956 surgiu o primeiro órgão de ensino da Polícia Militar da Paraíba, inicialmente chamado de Centro de Instrução. Era localizado no bairro do Róger, onde funciona atualmente a Companhia de Policiamento de Trânsito (CPTran). Devido à falta de estrutura, só era possível formar 40 policiais por curso, chegando a 120 por ano.

Em outubro de 1975, o antigo Centro de Instrução mudou-se para o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), no bairro de Marés, por trás do atual Corpo de Bombeiros. No entanto, após alguns anos, a estrutura do CFAP não

podia mais conter o número de alunos que freqüentavam os cursos daquela Unidade, em virtude do aumento de efetivo da PM.

Em 1988, o CFAP foi transferido para as instalações atuais, que tinham como finalidade sediar o 1º Batalhão de Polícia Militar, porém, passou a servir definitivamente como centro de treinamento dos policiais.

A nova Unidade Escola recebeu o nome de CFAP Novo, já que existiam apenas alguns blocos. Após a conclusão das edificações, o Centro de Ensino foi inaugurado no dia 18 de abril de 1990. Além dos cursos tradicionais, outros cursos foram criados, a exemplo do Curso de Formação de Oficiais (CFO) e o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO).

O Centro de Ensino da Polícia Militar tem buscado, ao longo de mais de uma década de existência, atender de forma eficaz às necessidades de formação, capacitação e aperfeiçoamento dos oficiais e praças, não só da Paraíba, como também de outros estados, sendo considerada uma instituição de ensino modelo para todo o Brasil.

O CE compreende as seguintes subdivisões: Academia de Polícia Militar do Cabo Branco (APMCB); Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP); Colégio da Polícia Militar.

A Academia de Polícia Militar do Cabo Branco (APMCB) é a unidade de educação profissional de nível Superior; é responsável pela formação e aperfeiçoamento dos Oficiais da Polícia Militar. A academia passou a funcionar um ano após a fundação do Centro de Ensino, no ano de 1991, com a turma pioneira do Curso de Formação de Oficiais (CFO), composta por 30 cadetes do sexo masculino e 5 cadetes do sexo feminino.

Além do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) - criado pelo Decreto nº 16.144, de 9 de março de 1994, com carga horária de 790 horas aulas, o qual destina-se ao aperfeiçoamento a nível de pós-graduação dos oficiais, com base no Inciso IV do Art. 86 da Constituição do Estado da Paraíba (transcrito do Boletim Nº 044, de 10/03/1994, páginas 564 e 565) e do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), a Academia conta com o Curso de Formação de Oficiais (CFO) - reconhecido como de nível superior, intitulado de *Bacharelado em Segurança Pública*, tendo duração de três anos seriados, divididos em seis períodos, perfazendo um total de 4.270 horas/aulas. O curso funciona em regime de semi-internato. É reconhecido como curso de nível superior pelo Conselho Estadual de

Ensino, em que o cadete (aluno do CFO) é admitido por meio do Processo Seletivo Seriado (PSS) da COPERVE. Também são oferecidas vagas aos cadetes de outras instituições policiais de outros estados, a exemplo de Piauí, Sergipe, Amapá e Roraima.

2.3 IMPORTÂNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR

Antes de adentrar aos focos principais do presente capítulo, necessário efetuar algumas considerações acerca da denominação que se dá ao direito que rege as instituições militares, seus integrantes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado e fixados na Constituição Federal: a defesa da Pátria e a preservação da ordem pública, seguindo a linha conceitual de Meirelles (2007, p. 40).

Nota-se que há uma certa confusão em relação à denominação dada por alguns operadores do direito a esse ramo jurídico. Alguns o denominam de *Direito Militar*, outros de *Direito Administrativo Militar*, ou ainda de *Direito Administrativo Disciplinar Militar*, ou de *Direito Disciplinar Militar*, causando uma certa confusão naqueles que se deparam com ele.

A denominação dada deve estar referenciada ao assunto a ser tratado, ou seja, será de acordo com a área de abrangência e a natureza do direito que se quer tratar.

Por conseguinte, o Direito Militar é mais abrangente em seu objeto, enquanto que o Direito Administrativo Militar é mais específico e se insere no contexto do anterior; no que tange ao Direito Disciplinar Militar (ou Direito Administrativo Disciplinar Militar) o mesmo se refere ao direito preconizado nos regulamentos disciplinares militares, encontrando-se inserido nos anteriores.

Cumprir trazer a lume a brilhante divisão efetuada por Assis (2007, p. 67) com relação aos ramos do direito que se relacionam mais diretamente com a atividade militar na qual o insigne autor assinala os marcos fronteiros entre o Direito Militar, o Direito Administrativo Militar e o Direito Disciplinar Militar. Veja-se:

DIREITO MILITAR, composto por toda a legislação material que se refere à organização e ao funcionamento das Forças Armadas e das Forças Auxiliares, seja de natureza administrativa, civil ou penal militar;

DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR, que pode ser definido como o conjunto harmônico de princípios jurídicos próprios e peculiares que regem as instituições militares, seus integrantes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado e fixados na Constituição Federal: a defesa da Pátria e a preservação da ordem pública; e

DIREITO DISCIPLINAR MILITAR, que é aquele que se ocupa com as relações decorrentes do sistema jurídico militar vigente no Brasil, o qual pressupõe uma indissociável relação entre o poder de mando dos Comandantes, Chefes e Diretores militares (conferido por lei e delimitado por esta) e o dever de obediência de todos os que lhes são subordinados, relação essa tutelada pelos regulamentos disciplinares quando prevê as infrações disciplinares e suas respectivas punições, e controlada pelo Poder Judiciário quando julga as ações judiciais propostas contra atos disciplinares militares.

2.3.1 O Direito Administrativo Comum

Diferentemente do Direito Administrativo destinado e praticado na área militar, são muitos os autores nacionais e estrangeiros que se debruçam sobre o Direito Administrativo Comum, ou seja, aquele que está a reger os órgãos, os agentes e as atividades públicas civis, discutindo seu conceito, campo de aplicação, relação com os demais ramos do direito, fontes do Direito Administrativo, estabelecendo o que seja a administração pública, regime Jurídico-Administrativo, princípios constitucionais aplicados ao Direito Administrativo Comum, poderes administrativos, organização administrativa, órgãos administrativos, atos administrativos, noções gerais sobre procedimento administrativo, licitação, contratos administrativos, bem como outros aspectos desse importante ramo do direito.

2.3.1.1 Conceito

Tal é a importância desse ramo jurídico que a sua relação com o Direito Constitucional é muito íntima. Fazendo-se uma analogia com o corpo humano, pode-se afirmar que, enquanto o Direito Constitucional, pela sua característica estrutural, constitutiva, estrutura o Estado Brasileiro, o Direito Administrativo, devido a sua

peculiaridade impulsionadora, dinâmica, funcional se responsabiliza pela sua atividade vital, ou seja, enquanto o Direito Constitucional se encarrega da anatomia do Estado, o Direito Administrativo se preocupa com a sua fisiologia.

Diversos são os conceitos apresentados pelos doutrinadores pátrios a respeito do Direito Administrativo. Meirelles (2007, p. 40) o conceituou da seguinte forma: *conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado*.

Para Pietro (2007, p. 43), é:

o ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a administração pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.

O Estado moderno para completo atendimento de seus fins atua em três sentidos - administração, legislação e jurisdição - e em todos eles pede orientação ao Direito Administrativo, no que concerne à organização e funcionamento de seus serviços, à administração de seus bens, à regência de seu pessoal e à formação de seus atos de administração. Do funcionamento estatal, só se afasta o Direito Administrativo quando em presença de atividades especificamente legislativas (feitura da lei) ou caracteristicamente judiciárias (decisões judiciais típicas).

2.3.1.2 Fontes

a. A Lei: normas postas pelo Estado (desde a Constituição Federal, até os Regulamentos Executivos). Pode-se definir a *lei* como: *norma escrita, geral e abstrata e permanente, garantida pelo poder público, aplicável por órgãos do Estado enquanto não revogada*.

b. A Doutrina: é a lição dos mestres e estudiosos do direito (livros, monografias, etc.).

c. A Jurisprudência: é a interpretação da lei dada pelos tribunais reiteradamente, importantes, principalmente no Direito Administrativo que se ressam de sistematização doutrinária e codificação legal.

d. Os Costumes: são práticas habituais, tidas com obrigatórias, que o juiz pode aplicar na falta da lei, e desde que não a contrarie, sobre determinado assunto.

e. Os Princípios Gerais do Direito: são critérios maiores, até não escritos, percebidos pela lógica (coerência de raciocínio, de idéias para a resolução de um problema) ou por indução (premissas menores que levam a uma conclusão; levar alguém a uma conclusão). Exemplos: *in dubio pro reu*; da economia processual; do enriquecimento ilícito; da liberdade e iniciativa individual (Direito Civil); o trabalhador é a parte mais frágil na relação trabalhista (Direito do Trabalho); da ampla defesa, do contraditório, do devido processo legal, da acessibilidade ao Poder Judiciário, etc.

Os princípios jurídicos têm sua fundamentação básica no Direito Natural, pois sua vigência independe da existência de qualquer documento ou preceito escrito.

2.3.1.3 Objeto

Se o direito é norma jurídica, então o objeto de qualquer direito só pode ser a regulação posta pelas suas próprias normas. As definições acima permitem extrair o objeto do Direito Administrativo. Portanto, o objeto é a própria administração pública.

Assim também entende Pietro (2007, p. 43):

o ramo do direito público que tem por **objeto** os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a administração pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública. (**grifo nosso**).

Este também é o pensamento de Gasparini (2004. p. 42), para quem: *O Direito Administrativo tem, entre outros, por objeto a Administração Pública.*

2.3.1.4 Princípios básicos da administração pública

Princípios de uma ciência são as proposições básicas, fundamentais, típicas que condicionam todas as estruturas subseqüentes. Princípios são os alicerces da disciplina estudada.

A função administrativa é exercida pelos agentes públicos dos três poderes, com vista à satisfação do *interesse coletivo primário*, que se sobrepõe ao *interesse público secundário* da organização estatal, bem como aos *interesses privados*, também secundários. Essa noção corresponde à doutrina, de tendência liberal e democrática.

No exercício da função administrativa, o agente público deve observar princípios que são elencados basicamente no art. 37 da Constituição: a) legalidade; b) impessoalidade; c) moralidade; d) publicidade; e e) eficiência.

Além desses, a Constituição, ainda, prevê os princípios da isonomia (art. 5º e inciso I) e da economicidade (art. 70).

Concomitante com os princípios já citados, outros princípios devem ser aplicados à função administrativa:

a) Interesse Público: O ato administrativo não tem legalidade se o administrador agiu no interesse próprio, e não no interesse público, ainda que obedecida formalmente a letra da lei. O interesse que deve ser atendido é o interesse público primário, referente ao bem-estar coletivo, da sociedade como um todo, que nem sempre coincide com o interesse público secundário, referente a órgãos estatais ou governantes do momento;

b) Supremacia do Interesse Público: O interesse público prevalece sobre o interesse individual, respeitadas as garantias constitucionais e pagas as indenizações devidas, quando for o caso;

c) Legalidade: O administrador não pode agir, nem deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. No Direito Administrativo, o conceito de legalidade contém em si não só a lei, mas, também, o interesse público e a moralidade.

d) Moralidade: Reafirmando o conceito do item anterior, tanto a moralidade como o interesse público fazem parte da legalidade administrativa.

Trata-se não da moral comum, mas da moral administrativa ou ética profissional, que consiste no “conjunto de princípios morais que se devem observar no exercício de uma profissão”.

Para anular um ato administrativo, o judiciário pode examinar não só a legalidade estrita, mas também a moralidade do ato, bem como a sua conformidade com o interesse público.

OBS.: Legalidade comum = a lei.

Legalidade administrativa = lei + interesse público + moralidade.

e) Impessoalidade: A Administração deve servir a todos sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias.

O mérito dos atos pertence à Administração, e não às autoridades que os executam. A publicidade dos órgãos públicos deve ser impessoal, não podendo conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, CF).

f) Publicidade: Os atos públicos devem ter divulgação oficial como requisito de sua eficácia, salvo as exceções previstas em lei. Entre as exceções estão a segurança nacional (art. 5º, XXVIII, CF), certas investigações policiais (art.20 do CPP), processos cíveis em segredo de justiça (art. 155, CPC), etc.

g) Finalidade: A Administração deve agir com a finalidade de atender ao interesse público visado pela lei. Caso contrário dar-se-á o desvio de finalidade, que é uma forma de abuso do poder, acarretando a nulidade do ato;

h) Indisponibilidade: A Administração não pode transigir ou deixar de aplicar a lei, senão nos casos expressamente permitidos. Nem dispor de bens, verbas ou interesses fora dos estritos limites legais.

i) Continuidade: Os serviços públicos não podem parar, devendo manter-se sempre em funcionamento, dentro das formas e períodos próprios de prestação. Não deveria haver greve sem limites no serviço público. Mas o assunto ainda aguarda regulamentação por lei, como manda o art. 37, VII, CF/88. Para o militar, há proibição expressa de greve (Arts. 42, § 5º; 142, § 3º, IV, CF/88).

j) Autotutela: Administração pode corrigir seus atos, revogando os irregulares ou inoportunos e anulando os ilegais, respeitados os direitos adquiridos e indenizando os prejudicados, se for o caso (Súmulas 346 “A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos - D. Civil; Dir. Adm.” e 473 “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os

tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial - D.C.; D. Adm., do STF).

l) Motivação: Os atos administrativos devem ser justificados expressamente, com a indicação de seus fundamentos de fato e de direito.

m) Razoabilidade: A Administração deve agir com bom senso, de modo razoável e proporcional.

n) Proporcionalidade: este princípio já está inserido no anterior. Mas alguns autores o colocam em separado, para realçar esse aspecto.

o) Igualdade: Dentro das mesmas condições, todos devem ser tratados de modo igual (Art. 5º, CF/88).

p) Controle Judicial: Todos os atos administrativos estão sujeitos ao crivo judicial. “A lei não excluíra da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” (Art. 5º XXXV, CF/88).

q) Hierarquia: Os Órgãos e agentes de nível superior podem rever, delegar ou avocar atos e atribuições. A hierarquia limita-se à esfera do Poder Executivo, não se aplicando a funções típicas judiciais ou legislativas.

r) Poder-Dever: a Administração, em regra, tem não só o poder, mas também o dever de agir, dentro de sua competência, de acordo com o determinado em lei.

s) Eficiência: Foi introduzido pela EC 19, de 04/06/98. Não basta a instalação do serviço público. Exige-se que esse serviço seja eficaz e que atenda plenamente à necessidade para a qual foi criado.

t) Especialidade: O princípio da especialidade aplica-se mais às autarquias. Não podem elas ter outras funções além daquelas para as quais foram criadas, salvo alteração legal posterior.

u) Economicidade: O princípio da economicidade analisa os atos administrativos sob o ponto de vista econômico e tem por objetivo verificar se, por ocasião de sua realização, o administrador observou a relação custo-benefício, para que os recursos públicos tenham sido empregados da forma mais econômica, eficiente e vantajosa para o Poder Público. Esse princípio está intrinsecamente ligado ao da eficiência.

2.3.1.5 Interpretação do Direito Administrativo

Interpretar é desvendar o significado de uma norma jurídica. O Direito Administrativo não é, em geral, refratário à aplicação das regras de interpretação do Direito Privado. Porém, sua interpretação deve contar necessariamente com três pressupostos peculiares:

a) a desigualdade jurídica entre a Administração e o administrado, decorrente da prevalência do interesse público sobre o particular, ao contrário do Direito Privado.

b) a presunção de legitimidade dos atos da Administração, isto é, a Administração está dispensada da prova de legitimidade de seus atos, cabendo ao particular provar o contrário.

c) a necessidade de poderes discricionários para a Administração atender ao interesse público na prática rotineira de suas atividades. Esses poderes não podem ser recusados ao administrador, mas devem ser interpretados restritivamente quando colidem com interesses individuais dos administrados.

2.3.1.6 Relação com outros ramos do Direito

Inicialmente, a grande árvore do Direito divide-se em Direito Natural e Direito Positivo; este divide-se em Internacional e Nacional, por sua vez, este, em Privado e Público, este esgalhando-se em diversos ramos, dentre os quais encontram-se o Direito Administrativo, o Direito Constitucional, o Direito Tributário, o Direito Penal, entre outros.

Embora ramo do Direito Público, o Direito Administrativo se relaciona com todos os demais ramos do direito, sejam eles públicos ou privados, de modo que não há ramo que não possa ter alguma conexão de sentido com o Direito Administrativo. Sendo assim, veja-se, relaciona-se com o Direito Civil por meio dos contratos empresariais que são regidos pelo Código Civil; com o Direito Internacional Público, pela execução das Convenções e Tratados internacionais em que o País seja signatário ou participante, mediante políticas públicas afirmativas; com o Direito

Tributário, Direito Financeiro, Direito Municipal, Direito Processual (Civil, Penal, Tributário, Trabalhista, Eleitoral, etc.), Direito Penal, Direito Eleitoral, Direito Econômico, Direito Trabalhista, Direito Previdenciário, Direito do Consumidor, etc.

Na verdade, são os fatos concretos e as normas jurídicas que permitem a conexão lógica entre o Direito Administrativo e os demais ramos do Direito nacional e internacional, pois, sempre que um órgão prestar um serviço ao público, sendo ele pertencente ao Estado, apresenta-se, desde já, o vínculo com outras áreas.

2.3.2 O Direito Administrativo Militar

O referido ramo do direito vem assumindo importância no mundo jurídico, apesar de ainda escassos os seus autores e obras, ultimamente, vem atraindo cada vez mais estudiosos e profissionais.

2.3.2.1 Conceito

Embora seja um direito especialíssimo pelo fato de aplicar-se a uma categoria especial de servidores (militares); o seu conceito não se choca com o conceito do Direito Administrativo Comum, vez que trata, seguindo a linha de raciocínio do saudoso Meirelles (2007, p. 40), do direito que está a reger os órgãos, os agentes e as atividades públicas militares tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado.

Assim também entende Duarte (1996, p. 3), para quem o Direito Administrativo Militar enfoca:

o tema pertinente à relação do servidor militar federal (integrantes das Forças Armadas) e do servidor militar estadual (integrantes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros de cada Estado, Distrito Federal e dos Territórios) com a respectiva Força ou Corporação.

O Direito Administrativo Militar se relaciona aos direitos e obrigações dessa categoria especial de servidores, sejam eles da ativa ou pertencentes à inatividade, sempre apoiado na Carta-Mor, bem como nas demais normas infraconstitucionais que estão, de alguma forma, a reger os militares (leis, decretos, regulamentos, portarias, etc.) abordando os mais diversos aspectos: inclusão, promoção, direitos, deveres, passagem para a inatividade, prerrogativas, etc.

Sob essa ótica, Duarte (1996, p. 4) nos oferece um conceito do referido direito assim elaborado:

O Direito Administrativo Militar pode ser entendido como sub-ramo do Direito Administrativo Comum, que, através de um conjunto de princípios jurídicos entrelaçados, disciplina e regula a atuação dos órgãos militares, dos agentes/servidores militares, objetivando atingir a função constitucional reservada às forças militarizadas.

2.3.2.2 Fontes

a. A Lei: normas postas pelo Estado (desde a Constituição Federal, até os Regulamentos Executivos).

Duarte (1996, p. 5) faz uma lapidar observação em relação aos atos ordinatórios praticados internamente nas corporações militares:

é muito comum, no âmbito de cada força singular e até nas corporações militares, a edição de instruções normativas, circulares, boletins, e outros meios de disciplinação das atividades administrativas. A publicação dos expedientes, as paradas, as comemorações, as licenças, os prêmios e condecorações, tudo isso é divulgado internamente através de Boletins.

b. A Doutrina: é a lição dos mestres e estudiosos do direito (livros, monografias, etc.), que apesar de reduzida, tem apresentado um sensível aumento nos últimos anos, com uma melhora visível no aspecto dos conhecimentos doutrinários militares abordados, favorecendo o desenvolvimento desse ramo jurídico.

c. A Jurisprudência: é a interpretação da lei dada pelos tribunais militares reiteradamente; importante também no referido direito pelo fato de, a exemplo do

Direito Administrativo Comum, também se ressentir de uma sistematização doutrinária e de uma codificação legal.

d. Os Costumes: que são práticas habituais tidas como obrigatórias, principalmente, dentre os militares, profissionais sujeitos a uma hierarquia e disciplina que perpassam os tempos mais distantes da história da humanidade e que o julgador quase sempre a eles recorrem para, na lacuna da lei, na falta de uma jurisprudência assentada, resolver pendengas judiciais militares. Sobre o assunto, assim se pronunciou Duarte (1996, p. 5):

os usos e costumes têm papel de destaque, visto que a vida castrense se rege por princípios peculiares, estando envolta por um atmosfera social própria, onde paulatinamente vão se sedimentando tradições e comportamentos, que tendem a se formalizar em normas de direito (exemplo disso é o chavão “antiguidade é posto”, visto que nas próprias leis que regulam as promoções dos militares está assente a promoção por antiguidade).

e. Os Princípios Gerais do Direito: Valem aqui as mesmas observações efetuadas para o Direito Administrativo Comum.

2.3.2.3 Objeto

Com base no que foi afirmado anteriormente em relação ao Direito Administrativo Comum, pode-se afirmar que o objeto do DAM é a própria administração militar, *sinalizando para esta seus princípios estruturais e os balizamentos que dão substrato à atuação dos diversos órgãos administrativos militares e seus agentes.* (DUARTE, 1996, p. 4).

2.3.2.4 Princípios básicos da administração pública militar

Também aqui, as mesmas observações efetuadas para o Direito Administrativo Comum se aplicam ao direito em referência, com algumas ressalvas: o fato de o servidor militar pertencer a uma categoria que se sujeita a uma dupla legislação (civil e militar); sobre ele recaem obrigações maiores, quando em comparação com o servidor civil, que chegam, inclusive, a comprometer a sua vida no desempenho do seu mister, sendo-lhe impostas sanções mais rigorosas quando viola seus deveres como guardião da sociedade.

2.3.2.5 Interpretação do Direito Administrativo Militar

É notório que aqueles que têm efetivamente conhecimento da vida da caserna, sentem-se mais à vontade para interpretar o Direito Administrativo Militar com o cuidado de não fragilizar as pilastras angulares da corporação militarizada e que a fez, apesar de todas as dificuldades e deficiências, uma das mais antigas instituições existentes no mundo, uma vez que vivenciaram de perto as peculiaridades que esta encerra no seu *modus vivendi*.

Logicamente, isso não quer significar que quem nunca teve contato, de forma prática, com a atividade da caserna não tenha condições de interpretar corretamente o direito castrense, porém, com certeza terá mais dificuldades do aquele que já está acostumado com a rotina da vida militar e suas características que se excetua à regra da sociedade civil.

Ademais, valem para esta seção as observações efetuadas com relação ao Direito Administrativo Comum.

2.3.2.6 Relação com outros ramos do Direito

Embora o Direito Administrativo Militar tenha uma relação mais íntima com alguns ramos do direito, a exemplo do Direito Constitucional, do próprio Direito Administrativo Comum, do Direito Penal Militar e do Direito Processual Penal Militar, ele também se relaciona com todos os ramos do direito, alguns de forma mais direta e outros de forma indireta.

À exemplo do Direito Administrativo Comum, ele é um dos ramos do direito público, que apesar de se destinar a uma categoria especial de servidores, estes, no desempenho dos misteres, terminam por se relacionarem com outras esferas do direito. Por exemplo, com o Direito Civil: quando a administração militar efetua contratos com particulares, com o Direito Internacional: quando a referida administração militar se engaja em missões de paz, a exemplo da missão brasileira militar no Haiti, etc.

Cabem aqui as mesmas observações efetuadas para o seu congênere em relação aos fatos concretos e as normas jurídicas que lhe permitem uma conexão lógica com os demais ramos do Direito Nacional e Internacional sempre que um organismo militar (federal ou estadual) prestar um serviço ao público, pois, sendo ele pertencente ao Estado, apresenta-se, desde já, o vínculo com outras áreas.

2.3.2.7 Elementos motivadores da importância do Direito Administrativo Militar

São vários os motivos pelos quais deve ser dada a devida importância ao Direito Administrativo Militar como conhecimento a ser adquirido obrigatoriamente pelos futuros oficiais; dentre eles serão citados alguns que reforçarão a relevância da sua inclusão no currículo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB.

Inicialmente, têm-se os princípios constitucionais, que no dizer lapidar de Oliveira (2005, p. 99) *são normas dotadas de positividade, pois determinam condutas obrigatórias ou impedem a adoção de comportamentos com eles incompatíveis.*

Servem também para orientar a correta interpretação de normas isoladas.

Para Filho (2005, p. 12) *são os postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública. Representam cânones pré-normativos norteando a conduta do Estado quando no exercício de atividades administrativas.*

Inexiste instituto do Direito Administrativo que não esteja informado por princípios.

A Administração Pública Militar para o correto desenvolvimento de suas atividades deve, forçosamente, observar o cumprimento dos referidos princípios estatuídos, inicialmente, no Art. 5º da CF/88, e mais diretamente relacionado com a Administração Pública Militar, no Art. 37, além de outros princípios implícitos ou positivados pelo ordenamento jurídico pátrio.

2.3.2.7.1 Princípio da legalidade

Um dos princípios constitucionais que está previsto na CF/88 e que deve nortear toda a atividade da Administração Pública Militar é o princípio da legalidade (Art. 37, CF/88).

Instaura-se aqui um dos primeiros pontos de divergência na doutrina, uma vez que a maioria dos regulamentos disciplinares em vigor, seja no âmbito das instituições militares federais ou no seio das instituições militares estaduais, datam de antes da promulgação da atual Constituição e que, portanto, em muitos dos seus aspectos não estariam em conformidade com a atual realidade constitucional, e dentre estes aspectos encontra-se a questão da legalidade na transgressão disciplinar.

De acordo com o Art. 1º do Decreto Estadual nº 8.962, de 11 de março de 1981, o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado da Paraíba tem por finalidade especificar e classificar as transgressões disciplinares, estabelecer normas relativas à amplitude e à aplicação das punições disciplinares, à classificação do comportamento policial-militar das praças e à interposição de recursos contra a aplicação das punições.

Sendo a Constituição Federal, Lei-Mor, de acordo com o princípio da hierarquia das leis, no qual todas as demais normas infraconstitucionais a ela devem se conformar, afirma-se que nem todas as normas, que antes da promulgação da

Constituição Cidadã estavam a reger a Administração Policial Militar ou parte delas, foram recepcionadas pelo vigente texto constitucional, por contrariar princípios nele estatuídos.

O RDPM da Polícia Militar da Paraíba é um Decreto Estadual, datado de 11 de março de 1981 e que precisamente nos seus Art. 13 e 14 discorre sobre a legalidade da transgressão disciplinar da seguinte forma:

Art. 13 - Transgressão disciplinar é **qualquer** violação dos princípios da ética, dos deveres e das obrigações policiais-militares, na sua manifestação elementar e simples e qualquer omissão ou ação contrária aos preceitos estatuídos em leis, regulamentos, normas ou disposições, desde que não constituam crime.

Art. 14 - São transgressões disciplinares:

1. Todas as ações ou omissões contrárias à disciplina policial militar, especificadas no Anexo I do presente Regulamento; 2. Todas as ações, omissões ou atos, **não especificados na relação de transgressões do Anexo I**, que afetem a honra pessoal, o pundonor policial-militar, o decoro da classe ou o sentimento do dever e outras prescrições contidas no Estatuto dos Policiais-Militares, leis e regulamentos, bem como aquelas praticadas contra regras e ordens de serviço estabelecidas por autoridades competentes (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar da Paraíba). **(grifos nossos)**.

A Constituição Federal no seu Art. 5º, inc. LIV, dispõe que: *ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal*.

Para alguns doutrinadores, tal princípio se aplica também em questões disciplinares militares, ou seja, o militar transgressor da disciplina só poderia ser penalizado pela sua transgressão se esta estivesse previamente prevista no Regulamento Disciplinar, principalmente quando a punição referir-se ao cerceamento da liberdade, uma vez que a liberdade de quem quer que seja é uma garantia constitucional e jamais poderia contrariar a Lei Maior em um regulamento, de forma de tão geral.

Segundo Rosa, (2005, p. 9) *As normas desta espécie, previstas nos regulamentos disciplinares militares, são inconstitucionais, pois permitem a existência do livre arbítrio, que pode levar ao abuso e ao excesso de poder*. Já José da Silva Loureiro Neto (*apud* ROSA, 2005, p. 9) tem entendimento contrário.

Para o supramencionado autor (2005, p. 10), os princípios e garantias constitucionais, bem como as garantias devem valer para as infrações administrativas militares.

De acordo com tal entendimento, na hierarquia das leis, por obrigação, a Lei Maior (CF/88) encontra-se no ápice da pirâmide e jamais o RDPM da PMPB, que é um Decreto Estadual.

Portanto, a norma infraconstitucional jamais poderia se sobrepor à norma fundamental.

Sob uma outra ótica, outros doutrinadores se debatem sobre o assunto procurando mostrar que a utilização do poder discricionário na aplicação da sanção disciplinar é necessária para a manutenção da hierarquia e disciplina nas instituições militares.

José da Silva Loureiro (*apud* ROSA, 2005, p. 9):

O ilícito disciplinar não está sujeito ao princípio da legalidade, pois seus dispositivos são até imprecisos, flexíveis, permitindo à autoridade militar maior discricionariedade no apreciar o comportamento do subordinado, a fim de atender aos princípios de oportunidade e conveniência da sanção a ser aplicada, inspirada não só no interesse da disciplina, como também administrativo.

Com peculiar clareza, Jorge César de Assis, em seu Curso de Direito Disciplinar Militar, assevera que não se pretende afrontar o dispositivo constitucional (Art. 5º, LXI), mas sim que o Direito Constitucional Brasileiro não contemplou o princípio da legalidade estrita da infração administrativa, no caso específico, da infração administrativa militar.

Conseqüentemente, para a aplicação de uma sanção disciplinar a um militar transgressor não se faz necessário que a transgressão esteja prevista (tipificada) de forma exata no Regulamento Disciplinar Militar, uma vez que o princípio da legalidade estrita aplica-se no Direito Penal e não no Direito Disciplinar Militar.

2.3.2.7.2 Princípio do contraditório e da ampla defesa

O Art. 5º, Inc. LV da CF/88 assegura a todos indistintamente garantias que devem ser observadas aos acusados em processo, seja este judicial ou administrativo.

Logo, a Magna Carta trouxe para o Direito Administrativo Militar, no seu sentido mais geral, a ampla defesa e o contraditório, com todos os recursos inerentes.

Isto significa que tais garantias se aplicam ao policial militar quando acusado em um processo administrativo disciplinar militar.

De acordo com o texto constitucional, para a aplicação de uma sanção disciplinar militar existe a exigência de um procedimento contraditório, sem o qual a sanção disciplinar poderá ser anulada.

Sabe-se que em um Estado de Direito a liberdade é a regra e a prisão uma exceção; portanto, sendo o policial militar, antes de tudo, um cidadão, tal assertiva também se aplica a ele. No entanto, a prática da *caserna* (a exemplo do superior que cerceia a liberdade do subordinado por motivo fútil e pessoal), bem como algumas de suas normas ainda não se formataram à nova exigência constitucional (a exemplo de alguns regulamentos disciplinares e estatutos de algumas polícias que estão em desacordo com os preceitos estabelecidos na CF/88) em relação ao cidadão policial militar, seja ele oficial ou praça.

Ressalte-se que, de acordo com Assis em seu Curso de Direito Disciplinar (2007, p.199), é comum no âmbito das corporações militares o termo *procedimento*, quando o correto deve ser *processo*, uma vez que o processo se caracteriza por ser um conjunto de atos coordenados para a obtenção de uma deliberação sobre uma pendenga no âmbito judicial ou administrativo.

Quando da ocorrência de uma infringência a normas administrativas militares o seu transgressor deve ser punido; no entanto, a ele devem ser asseguradas todas as garantias constitucionais em relação ao contraditório e à ampla defesa, o que exigirá um conhecimento aprofundado dos textos constitucionais e demais normas que estão a reger o assunto.

Com relação à observação de tais princípios nos processos administrativos disciplinares a doutrina é unânime, variando um ou outro autor no que concerne à amplitude que deve ter essa ampla defesa e contraditório. Eis aqui um outro ponto que merece atenção por parte dos administradores militares quando imbuídos de atribuições processuais administrativas disciplinares.

Pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, o acusado em processo administrativo militar tem assegurado, por meio da Magna Carta, o direito de apresentar sua versão dos fatos, contrariar os pontos que não lhe são favoráveis

sob pena de ver cerceado o seu direito de defesa. Com relação a esse aspecto não pairam dúvidas no Direito Administrativo Disciplinar Militar.

Entretanto, em relação ao exercício da ampla defesa ainda persistem algumas divergências doutrinárias: se ela em um processo administrativo disciplinar militar (seja ele qual for) poderá ser exercida em toda a sua plenitude, ou seja, nos moldes que é exercitada no processo penal, com a obrigação da presença do advogado, por exemplo, ou se em relação a esse aspecto e outros, a exemplo dos prazos, poderá ser mitigada, dada a característica peculiar do processo Administrativo Disciplinar Militar e da legislação que o norteia.

Para Rosa, (2005, p. 27) a ampla defesa em processo administrativo disciplinar militar deve ser exercida em toda sua plenitude, mesmo se tratando de um processo mais simples, como é o caso da Sindicância, que segundo o referido autor poderá servir para colheita de elementos que comprovarão os indícios dos fatos atribuídos ao militar acusado, podendo vir a ser submetido a um outro processo administrativo disciplinar mais gravoso (Conselho de Justificação e Conselho de Disciplina), podendo, inclusive, levá-lo à perda do cargo ou da função, ou submetê-lo à aplicação de outras penalidades previstas em lei.

As autoridades administrativas não têm, na maioria das vezes, assegurado aos acusados em sindicância acusatória o direito de exercerem por meio de advogado a ampla defesa e o contraditório, o que fere o texto constitucional. Além disso, a defesa realizada por um agente administrativo designado para o ato também fere o princípio da ampla defesa e do contraditório. A defesa de um acusado somente pode ser considerada técnica quando realizada por um profissional regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados, que deve ter as suas prerrogativas respeitadas, sob pena de praticar crime de abuso de autoridade, art. 3º, alínea j, da Lei nº 4.898/65, que foi acrescentada pela Lei nº 6.657/79.

Assis (2007, p. 208) concorda com relação à unanimidade da doutrina no que concerne à aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa no processo administrativo disciplinar militar. Até porque são princípios que decorrem de um Direito Constitucional o que significa que a Administração Militar, por dever de ofício, deverá observar:

o rito adequado, a cientificação do processo ao acusado, a oportunidade de contestar a acusação, produzindo as provas que entender necessárias e que sejam admitidas em Direito, o acompanhamento dos atos da instrução e a utilização dos recursos cabíveis (ASSIS, 2007, p. 209).

Porém, o supramencionado autor faz algumas considerações a respeito dos citados princípios. Para ele, há que se ter em mente o respeito às peculiaridades específicas do processo administrativo militar, alertando, também, para a observância de um outro princípio constitucional, que é o do devido processo legal:

O servidor militar acusado de ter cometido falta disciplinar, ou submetido a um processo administrativo (Sindicância, Conselho de Disciplina, Conselho de Justificação) exercerá com plenitude a ampla defesa e o contraditório, dentro do que a lei ou regulamento referente a cada processo estabelecer, vale dizer, a ampla defesa na apuração de uma simples falta disciplinar há que ser exercida em um prazo exíguo. (ASSIS, 2007, p. 209).

Convém ressaltar que existe no Direito Administrativo Disciplinar Militar dois tipos de punição, uma mais simples e comum, que se aplica a faltas menos graves, e outra não tão comum e que se aplica a faltas mais graves.

Aquela não enseja a aplicação de processo administrativo disciplinar militar, levando-se em consideração que este se desdobra em Conselho de Justificação e Conselho de Disciplina, enquanto que esta enseja a instauração de processo administrativo disciplinar militar.

Cumprindo ainda ressaltar que alguns autores incluem a sindicância no rol dos processos administrativos disciplinares, ao lado do Conselho de Justificação e do Conselho de Disciplina.

Com relação à aplicação do Código de Processo Penal Militar e da Lei 9.784, de 29.01.1999 (trata do processo administrativo no âmbito da Administração Federal) terão, segundo Assis, (2007, p. 210) apenas incidência subsidiária, e somente.

2.3.2.7.3 Princípio da acessibilidade ao Poder Judiciário

Um outro princípio constitucional de observação obrigatória pelo Direito Administrativo Militar e que está a asseverar a importância da inclusão deste no Curso de Formação de Oficiais da PMPB é o da acessibilidade ao Poder Judiciário ou da inafastabilidade do Poder Judiciário.

O citado Princípio acha-se insculpido no inc. XXXV, do Art. 5º, da CF/88, segundo o qual, a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

No Brasil, vigora o sistema de jurisdição única, aquele no qual o Poder Judiciário (justiça comum federal ou estadual) tem o condão de controlar os atos administrativos.

Com o advento da Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004, o referido sistema sofreu alteração significativa.

Antes da referida Emenda, a competência para julgamento das ações judiciais contra atos disciplinares militares, com relação ao militares estaduais, cabia à justiça civil comum, especificamente, às varas da Fazenda.

A referida Emenda inovou, transferindo a competência para julgamento das ações judiciais contra atos disciplinares militares para a justiça militar estadual, especificamente, para o Juiz de Direito do juízo militar e não para os Conselhos de Justiça, conforme Art. 125, §§ 4º e 5º:

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 5º Compete aos juizes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

Aliás, este era um pensamento já esposado pelo ilustre Antônio Pereira Duarte, em seu *Direito Administrativo Militar*, editado em 1996:

A nosso ver a competência para processar e julgar as ações propostas pelos servidores militares, colimando algum direito previsto nas leis militares ou a anulação de algum ato administrativo que considere ilegal, deveria ser afeta à justiça militar (DUARTE, 1996, p. 23).

A referida inovação do texto constitucional ampliou ao servidor militar estadual um princípio fundamental que se aplicava ao servidor público civil.

A partir da supramencionada Emenda, o servidor público militar passou a ter o direito ao acesso à justiça Militar para o julgamento de ações judiciais contra atos

disciplinares militares, o que significa ter acesso a uma justiça especializada e conhecedora das peculiaridades da vida na caserna, diferentemente de outrora, quando ficava à mercê de uma justiça comum (Vara da Fazenda).

Uma outra ilação advém de forma lógica da aplicação da referida Emenda, que é o fato da desnecessidade de exaurimento das instâncias administrativas, por parte do militar, para ter acesso à justiça. Sobre Tal, convém lembrar a posição deste autor sobre o assunto em artigo publicado na Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado da Paraíba, no ano de 1998:

Essa miscelânea de normas e o temor reverencial que, explicitamente ou implicitamente, está presente nas organizações policiais militares dificultam e até mesmo obstam a ação do policial militar na defesa do seu direito. ... Portanto, o policial militar que se julgar prejudicado ou ofendido por qualquer ato administrativo ou disciplinar de superior hierárquico, poderá recorrer à via judicial, primeiramente, sem a necessidade da prévia comunicação à autoridade a que estiver subordinado e não poderá sofrer nenhuma retaliação em virtude da sua iniciativa, pois, é o que lhe assegura a Carta-Mor. (CARVALHO 1998, p. 89).

Assim como preconiza a Constituição Federal, o acesso ao Poder Judiciário poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que ocorra, efetivamente, lesão ou ameaça a um direito líquido e certo do militar, esteja este respondendo à apuração de uma falta disciplinar ordinária comum (aquelas mais simples e corriqueiras na via castrense) ou em virtude de apuração em processo administrativo.

Além do mais, pode o militar acusado se valer de um outro instituto constitucional, que é o mandado de segurança, como ressalta Assis (2007, p. 214):

É claro - e óbvio que a ofensa a um direito líquido e certo do militar acusado de falta disciplinar (do devido processo legal ou da ampla defesa e contraditório), poderá ser atacada pela via do mandado de segurança, para que a autoridade militar processante assegure os direitos que estão sendo violados, e com isso, a marcha regular do processo.

2.3.2.7.4 Princípio da presunção da inocência

Com relação ao presente princípio, há que se ter cautela na sua aplicação na seara militar, uma vez que a sua utilização de forma irrestrita poderia o ocasionar o

desmoronamento dos pilares angulares das instituições militares: a hierarquia e a disciplina.

Alguns autores defendem que o mesmo seja aplicado irrestritamente aos militares acusados em processo disciplinares militares, como é o caso de Rosa (2005, p. 32): *Não se admite, como querem alguns administradores, que na dúvida seja aplicado o princípio in dubio pro administração.*

Para ele é a Administração Militar que tem que provar a culpabilidade do agente.

Posição diversa assume Assis (2007, p. 215) para quem o princípio constitucional da presunção de inocência, previsto no art. 5º, inc. LVII, segundo o qual: *ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória* é dirigido ao processo penal e não ao processo administrativo.

Afirma ainda o insigne autor que nem mesmo no processo penal o referido princípio dá garantias absolutas ao acusado e para corroborar a sua afirmação cita a jurisprudência criminal que admite medidas coercitivas no processo penal, sem que isso ofenda o princípio em comento: *A exigência da prisão provisória, para apelar, não ofende a garantia constitucional da presunção de inocência* (Súmula 9 do STJ) (ASSIS, 2007, p. 216).

Para este autor, cabe à Administração Militar avaliar, na falta a ser apurada, a conduta do militar, que não é um cidadão comum, mas sim um servidor público diferenciado das outras categorias de servidores, por possuir garantias e prerrogativas, e que está sendo acusado de proceder incorretamente em suas funções, comprometendo a eficiência da Administração Pública Militar:

Pensar em causas supra legais de justificação da transgressão disciplinar será devaneio, repellido pelas peculiaridades do *modus vivendi* castrense. Se o militar faltoso alegar em sua defesa alguma dessas causas de justificação, será ele quem terá que prová-la, e não a Administração Militar provar a sua inocorrência, o que seria um absurdo (ASSIS, 2007, p. 218).

Realmente não há como se presumir a inocência na transgressão disciplinar praticada pelo militar, pois esta se caracteriza por uma má prestação de um serviço público, ferindo, assim, o princípio da eficiência no cumprimento da sua missão de interesse público.

2.3.2.7.5 Princípio da eficiência

O referido princípio foi insculpido no texto constitucional por meio da Emenda Complementar nº 19 de 1988 e se destina a avaliar a eficiência de um servidor público, seja ele civil ou militar, no desempenho de suas funções.

Se um servidor militar estiver sendo acusado da prática de uma transgressão disciplinar, significa dizer que ele, possivelmente, incorreu em uma conduta não compatível com a sua situação de servidor público, cujas ações devem se conformar com os interesses da instituição, que em última análise devem ser os interesses da coletividade, portanto, sua conduta deverá ser objeto de apuração, e se constatada a sua culpabilidade, ficará demonstrado que ele violou o referido princípio.

2.3.2.7.6 Princípio do *non bis in idem*

O referido princípio se refere ao fato de ninguém poder ser punido duas vezes por uma mesma infração penal:

O *bis in idem* é intolerável. Assim, havendo em ambos os processos instaurados contra o Réu identidade de demanda, com as mesmas partes, o mesmo pedido e o mesmo fundamento, verifica-se a coisa julgada, se um dos feitos já houver sido decidido (TACRIM-SP-Rec.-Rel.Xavier Homrich – RT 529/536).

A sua aplicação é indiscutível no processo penal, no entanto, em relação ao processo administrativo algumas considerações devem ser feitas quando se estiver diante de um fato que enseje ao mesmo tempo enquadramento nas esferas disciplinar e penal.

Assis (2007, p. 220) entende que o princípio do *non bis in idem* no Direito Disciplinar Militar pode ser admitido de forma reservada, atentando para duas situações:

1ª) não se admite que um servidor militar seja punido duas vezes pela mesma transgressão disciplinar quando o sujeito, o fato e os fundamentos da punição forem os mesmos, e cita a súmula nº 19 do STF para corroborar seu posicionamento: *o É*

inadmissível segunda punição do servidor público, baseada no mesmo processo em que se fundou a primeira.

2ª) Quando ocorrer concurso de crime com transgressão disciplinar da mesma natureza, devendo ser aplicada somente à pena relativa ao crime. Aliás, com relação ao assunto assim já se pronuncia lei estadual nº 3.909, de 14 de julho de 1977 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Paraíba), no seu art. 40, parágrafo 2º: *No concurso de crime militar e de transgressão disciplinar será aplicada somente à pena relativa ao crime.* Assim, também, o Decreto nº 8.962 de 11 de março de 1981 (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar da Paraíba) no seu art. 35, § 1º: *No concurso de crime e transgressão disciplinar quando forem da mesma natureza, deve prevalecer a aplicação da pena relativa ao crime, se como tal houver capitulação.*

Assevera Assis (2007, p. 221) sobre o tema:

A autoridade competente para aplicar a pena disciplinar deve aguardar o pronunciamento da justiça, para posterior avaliação da questão no âmbito administrativo. Quando por ocasião do julgamento do crime, este for desclassificado para transgressão disciplinar ou, a denúncia for rejeitada pelo mesmo fundamento, a falta cometida deverá ser apreciada, para efeito de punição, pela autoridade a que estiver subordinado o faltoso.

Ressalta o autor que no direito Pátrio (militar e civil) coexistem, sem nenhum problema, as responsabilidades penal, civil e administrativa do servidor público pelo fato das três esferas serem independentes e finaliza seu entendimento salientando que daí decorre a aplicação restrita do citado princípio no Direito Disciplinar Militar, se resumindo a sua aplicação apenas nos dois casos anteriormente relatados, podendo, sem nenhum problema, ser verificada a responsabilidade funcional residual do servidor militar, de acordo com o interesse da Administração Pública Militar e os princípios contidos na CF/88.

2.3.2.7.7 Outros aspectos a serem considerados

Além dos conhecimentos doutrinários acerca dos princípios constitucionais aplicáveis ao Direito Administrativo Militar, que já seriam por demais suficientes para

justificar a sua inclusão no currículo do Curso Formação de Oficiais da PMPB, ressaltam-se ainda outros aspectos que também estão a fundamentar tal proposição, com abaixo se vê.

A referida disciplina vem assumindo importância no mundo jurídico, apesar de ainda se constituir os seus autores e respectivas obras em uma parcela pequena dos demais autores e seus acervos literários de outras áreas do direito, pelo fato de se constituir um campo atrativo e que ultimamente tem se expandido e atraído mais estudiosos e profissionais.

O interesse pelo Direito Militar e por suas subdivisões, dentre elas o Direito Administrativo Militar, vem se acentuando cada vez mais a ponto da própria Ordem dos Advogados do Brasil ter criado a Comissão de Direito Militar. Assim, também, diversas instituições civis de ensino estão proporcionando cursos de pós-graduação e extensão universitária para aqueles que quiserem se aprofundar neste ramo jurídico.

Uma das importâncias do referido ramo reside no fato de ser ele um direito antiquíssimo e que se mantém até hoje no ordenamento jurídico brasileiro, previsto na CF/88 e em normas infraconstitucionais, como também no fato de ser uma oportunidade profissional para o operador do Direito Civil ou Militar.

E, certamente, não deixará de existir, como bem assinalou Veras:

Onde quer que tenham existido exércitos na História, houve também um conjunto de normas às quais seus integrantes estavam sujeitos. Ainda quando não existiam exércitos regulares, ou seja, tropas permanentemente treinadas e reunidas para a guerra, havia deveres de cunho militar, relacionados à defesa de um Rei, da República, da cidade ou de um suserano (VERAS, 2007: 25).

Um fator que se destaca como importante para a inserção do citado direito no currículo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB é a dinâmica que vem assumindo no cenário nacional em virtude de recentes acontecimentos no País, devido ao grande efetivo militar (ativos e inativos) existentes nas instituições militares (federais e estaduais), e, conseqüentemente, o envolvimento destes com situações que se caracterizam transgressões disciplinares ou crimes militares, e que está a exigir do operador do direito, principalmente, do militar, um conhecimento mais detalhado do Direito Administrativo Militar.

Um ponto marcante nesta caracterização da importância do DAM como disciplina autônoma é a dicotomia existente no ordenamento constitucional brasileiro com relação às instituições militares federais e às estaduais, pois, apesar de militares na essência, possuem diferenças com relação à aplicação da legislação militar, a exemplo do julgamento das ações judiciais contra atos disciplinares militares, que nas corporações militares estaduais está afeto ao juiz do juízo militar, enquanto que nas corporações militares federais, ainda é da competência da justiça comum, dentre outras, cujo conhecimento por parte do futuro Oficial é imprescindível.

Merece consideração por parte do futuro Oficial conhecer as nuances do Direito Administrativo Militar, uma vez que este possui suas bases de sustentação nos princípios da hierarquia e da disciplina e sua aplicação visa à preservação da instituição policial-militar. Portanto, possuindo peculiaridades diferenciadas do direito comum.

Com o desenvolvimento do Direito Administrativo Militar, embora ainda acanhado quando comparado com os demais ramos do direito, resguardando, em virtude do texto constitucional, direitos individuais e coletivos, inclusive, dos militares, e seu conseqüente espraiamento dentre os operadores do direito (advogados, juízes, promotores, estudiosos), inúmeras são as situações nas quais o Oficial (Corregedoria, Conselhos) necessita ter um maior conhecimento dele para defender os interesses da instituição ou do acusado.

Diversos são os processos administrativos que exigem acuidade e saber por parte do Oficial ou Oficiais responsáveis por processos administrativos. Ademais, o próprio acusado, para se defender, também necessitará possuir uma melhor noção dos meandros que encerra a disciplina, objeto deste trabalho.

O conhecimento da presente disciplina por parte da comunidade civil propiciará também uma noção dos valores militares e sua fundamentação calcada nos princípios da hierarquia e da disciplina proporcionando-lhe um sopesamento na análise do caso concreto ou na exegese de uma norma de cunho militar.

Reconhecidamente este ramo do direito torna-se cada vez mais presente no dia-a-dia em virtude do aumento do número de incidentes envolvendo policiais militares no combate à criminalidade, uma vez que o confronto direto faz surgir resquícios jurídicos na esfera judicial e/ou administrativa, a exemplo da formação e

uso da Força Nacional em diversos pontos do país, dos diversos casos envolvendo policiais dos Estados do Rio de Janeiro no combate ao tráfico nos morros, etc.

Ressalta-se que a Academia Policial Militar do Rio Grande do Sul, Academia de Polícia Militar Cel Hélio Moro Mariante, entendendo a importância do Direito Administrativo Militar, inseriu no currículo do seu Curso de Formação de Oficiais, hoje denominado de Curso Superior de Polícia Militar, a disciplina de Direito Administrativo Disciplinar, que se insere no contexto do direito objeto deste trabalho, com carga horária equivalente a 30 horas aulas, no terceiro semestre da formação do futuro Oficial Brigadiano, o que proporcionará uma formação mais qualificada neste ramo especializado do direito (Disponível em: http://www.brigadamilitar.rs.gov.br/apm/curriculo-cspm_apm.html).

Sem sombra de dúvida o Direito Administrativo Militar é extremamente importante para a formação do futuro Oficial da Polícia Militar da Paraíba, influenciando substancialmente na sua formação jurídica, pois esse ramo especializado do direito possui particularidades próprias de interpretação e atuação; por consequência, exige uma formação especializada.

O Direito Administrativo Militar não apenas se apresenta nas relações *interna corporis*, ou seja, nas instituições policiais entre os seus integrantes, ou entre estes e a Administração Policial Militar, mas também evidencia-se a sua presença em outras instituições, seja no Poder Executivo, no Poder Judiciário ou no Poder Legislativo.

A autoridade suprema da Polícia Militar da Paraíba é o Governador do Estado, de acordo com o texto Constitucional Estadual: *Art. 86. Compete privativamente ao Governador do Estado: inc. XVIII- exercer o comando supremo da Polícia Militar, promover seus oficiais, expedir carta patente para os mesmos e nomear o Comandante Geral e o Chefe do Estado Maior.*

Cabe, inclusive, ao mencionado chefe do poder Executivo Estadual o condão de praticar atos administrativos disciplinares em relação aos integrantes da corporação policial-militar estadual:

Art. 10 - A competência para aplicar as prescrições contidas neste Regulamento é conferida ao cargo e não ao grau hierárquico. São competes para aplicá-las:

1. O Governador do Estado, a todos os integrantes da Polícia Militar... (RDPM - Regulamento Disciplinar da Polícia Militar da Paraíba (Dec Nº 8.962 DE 11.03.81)).

Além do mais, devido à natureza híbrida da atividade policial no Brasil, algumas ocorrências atendidas pelo policial militar em serviço podem caracterizar-se como sendo da responsabilidade de mais de uma instituição, dando margem ao surgimento de um conflito entre instituições. Do que poderá advir transgressões disciplinares militares a serem apuradas.

O Ministério Público, as Procuradorias e as Defensorias Públicas comumente se deparam com situações que envolvem instituições policiais militares e seus componentes a exemplo de nomeação de defensor público para atuar em processos administrativos disciplinares militares.

O poder Legislativo estadual tem a responsabilidade de elaborar o ordenamento jurídico estadual, no qual acham-se inseridas todas as legislações atinentes à instituição policial-militar do Estado, tendo, portanto, uma relação próxima com o Direito Administrativo Militar.

Na esfera do Poder Judiciário, o não conhecimento da referida disciplina por parte do juiz (civil ou militar) poderá levá-lo a uma decisão errônea em um caso concreto, a exemplo da tipificação de uma simples transgressão disciplinar em crime, por desconhecimento da legislação.

Um outro ponto relevante é a possibilidade de atuação em um processo administrativo disciplinar militar de Oficial designado para efetuar a defesa do acusado, a exemplo do constante na Lei 4.024, de 30 de novembro de 1978, que dispõe sobre o Conselho de Disciplina na Polícia Militar do Estado da Paraíba:

Art. 9º - Ao acusado é assegurada ampla defesa, tendo ele, após o interrogatório, prazo de 5 (cinco) dias para oferecer suas razões por escrito, devendo o Conselho de Disciplina fornecer-lhe libelo acusatório, onde contenha com minúcias o relato dos fatos e a descrição dos atos que lhe são imputados.

...

§ 4º O processo é acompanhado por um Oficial:

- a) Indicado pelo acusado, quando este o desejar, para orientação de sua defesa; ou
- b) Designado pelo Comandante-Geral, nos casos de revelia.

...

Por outro lado, tal ato é combatido por vozes que se levantam sob a alegação de que por mais preparado juridicamente que for o Oficial para efetuar a defesa, ainda assim estaria contrariando o disposto no Art. 133 da CF/88, que afirma caber ao advogado, e apenas a este, a defesa do acusado, seja em processo administrativo ou em processo penal: *Art. 133. O advogado é indispensável à*

administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei (CF/88).

Sobre o assunto, escreveu Assis (2007, p. 287): *Assim, a nomeação de um defensor, embora militar, não implica dizer que houve ofensa ao princípio da ampla defesa. Colacionando em sua obra algumas ementas sobre o assunto:*

Administrativo. Policial Militar. Exclusão. Infração disciplinar. Desnecessidade da presença de advogado. Processo administrativo. Ampla defesa e contraditório. Reexame pelo poder judiciário. Impossibilidade. O Supremo Tribunal Federal possui jurisprudência consolidada de que não há ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório no fato de se considerar dispensável a presença no processo administrativo, de advogado, cuja atuação no âmbito judicial é obrigatória. (Precedentes: AGRRE. 244.027-2/SP, relatora ministra Ellen Gracie; RE 282.176-4/RJ, relator ministro Moreira Alves; AGRAG 207.197 – Rel. Min. Otávio Galloti). (grifos do autor).

Militar. Exclusão disciplinar. Processo Administrativo. Alegação de cerceamento de defesa. A nomeação de um defensor, embora militar, é suficiente para que se possa considerar atendido o princípio da ampla defesa, mesmo porque *não se veda a presença de advogado contratado para auxiliar o acusado que, todavia, assume o ônus da contratação.* (Ap 204.312-3 – Rel. Des. Bady Curi – DJ 28.11.2001). (grifos do autor).

Portanto, mais um importante motivo para a inserção do Direito Administrativo Militar na grade curricular do CFO da PMPB, pois o seu desconhecimento ou sua má aplicação atrasa o desenvolvimento e a manutenção da regularidade da instituição policial-militar do Estado da Paraíba.

Tenha em mente que tudo que você aprende na escola é trabalho de muitas gerações. Receba essa herança, honre-a, acrescente a ela e, um dia, fielmente, deposite-a nas mãos de seus filhos.
Albert Einstein

3 METODOLOGIA

Neste Capítulo indicam-se o tipo da pesquisa, sua linha de abordagem, a amostra que foi consultada e a forma como foram coletados e analisados os dados, bem como a maneira como foram elaborados os questionários e os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar o que se propôs.

3.1 TIPO DA PESQUISA

Caracterizou-se a pesquisa como qualitativa e exploratória, uma vez que foi concentrada, especialmente, na análise das informações obtidas na leitura e interpretação dos documentos referentes à organização do ensino na corporação e nas informações levantados pelos dados documentais e pessoais.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Constitui-se a amostra por 30 (trinta) oficiais formados na Academia de Polícia Militar da Paraíba, pertencentes a Unidades da Capital (QCG, 1º e 2º BPMs) que têm experiência profissional, principalmente, no que tange à execução de processos administrativos *interna corporis*.

3.3 COLETA DE DADOS

Foram pesquisados e analisados documentos relativos ao ensino militar vigente no âmbito federal e estadual que tivessem relação com o ensino militar na PMPB, desde a LDBEN, passando pelas propostas da SENASP, até o currículo formativo da Academia Policial Militar da Paraíba.

Apesar do avanço, nos últimos anos, do referido direito no cenário jurídico, ainda são escassos os autores que se debruçaram sobre ele, no entanto, foram pesquisados os autores mais disponíveis e lidos, e extraídos de suas obras, por meio da interpretação e confrontação, conteúdos que pudessem embasar este trabalho.

Além de bases conceituais, foram extraídos dos citados autores fundamentações teóricas que demonstrassem a importância do DAM no cenário nacional e estadual, estabelecendo um liame entre a sua inclusão como disciplina no currículo do CFO, os anseios da sociedade e a necessidade da qualificação do serviço prestado pela PMPB, constantemente deparada com os desafios impostos pela modernidade e globalização contemporâneas.

Além da fundamentação doutrinária e documental alcançada para a confirmação da proposta deste trabalho, ela foi corroborada por meio de uma pesquisa de campo, em que se buscou informações junto a um grupo de 30 (trinta) Oficiais da PMPB.

Para eles foi aplicado um questionário elaborado com questões abertas e fechadas em que se constatou a inexistência da referida disciplina, objeto desta proposta, no atual currículo formativo da APMPB, a incidência de atuação deles frente a processos administrativos militares, dificuldades enfrentadas e seu grau de intensidade, meios utilizados para superá-las e opinião sobre a proposta deste trabalho.

Um outro questionário foi aplicado, desta feita, ao Corregedor da PMPB, por meio do qual foram recolhidas informações sobre os processos administrativos militares que costumeiramente tramitavam naquele órgão, as deficiências apresentadas pelos Oficiais quando encarregados de processos administrativos militares, com a citação de algumas dessas complicações, bem como sua opinião sobre o proposto por este trabalho e como o mencionado direito poderia contribuir

para a formação profissional do futuro Oficial, principalmente, no que concerne ao seu desempenho frente a processos administrativos militares.

*Fale, e eu esquecerei; Ensina-me, e eu poderei
lembrar; Envolve-me, e eu aprenderei.*
Benjamim Franklin

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo se refere à apresentação e análise dos resultados do presente trabalho, consistindo em um exame da doutrina estudada acerca do assunto, bem como dos questionários aplicados e o debate dos seus resultados.

4.1 ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E DA DOUTRINA

O panorama apresentado buscou demonstrar um panorama da educação militar no Brasil, a partir do Império até os dias atuais, no qual constatou-se que, apesar de ainda não corresponder na sua totalidade aos ditames democráticos da Constituição da República, bem como a valorização que deve ser dada à autonomia do discente do Curso de Formação de Oficiais no processo ensino-aprendizado como forma de prepará-lo para o enfrentamento das mais diversas situações que no desempenho do seu mister, nota-se que houve uma evolução no sistema de ensino militar.

No tempo do Império as legislações que regulavam a vida na caserna eram por demais severas, o que implica dizer que a formação escolar praticada nas corporações militares era um reflexo dessa dura realidade normativa, que levava os homens daquela época a terem verdadeira aversão à carreira das armas, devido à rigurosidade do regime que lhes era imposto, inclusive, com diversas penas de morte em diversas situações, além de diversas outras ocorrências apenas com castigos corporais, etc.

Neste trecho dos *Artigos de Guerra* do Conde de Lippi, de 1800, que vigoraram no Brasil, pode-se constatar a rigidez da atividade militar da época. Seguem alguns artigos, mantida a grafia original:

Artigo 1º - Aquelle que recusar, por palavras, ou discursos, obedecer ás ordens dos seos Superiores, concernentes ao serviço, será condemnado a trabalhar nas Fortificações; porém se se lhe oppozer, servindo-se de qualquer arma, ou ameaça, será arcabuzado.

...

Artigo 11º - Aquelle que faltar a entrar de guarda, ou que fôr á parada tão bebado, que a não possa montar, será castigado no dia sucessivo com 50 pancadas de espada de prancha.

...

Artigo 19º - Todo o soldado, que não tiver cuidado nas suas armas, no seu uniforme, e em tudo o que lhe pertence; que o lançar fóra, que o romper, ou arruinar de propósito, e sem necessidade; e que o vender, empenhar, ou jogar, será pela primeira, e segunda vez preso; porém á terceira punido de morte.

A história do País está intrinsecamente ligada à história da atividade militar, seja desde o tempo da sua descoberta, passando pelo império, até os dias atuais; portanto, como uma consequência lógica dessa ingerência da doutrina militar na história do país, tem-se que as forças policiais-militares, hoje existentes nos diversos Estados da Federação, sofreram e sofrem ainda a influência direta do regime militar praticado nos quartéis das Forças Armadas, embora, estas tenham como missão principal a defesa da pátria e aquelas a segurança pública.

Conquanto tenham correlação, quando se está diante de um quadro que afete a segurança nacional e também pelo fato de a própria Constituição da República indicar que as polícias militares e os corpos de bombeiros militares constituem forças auxiliares e reserva do exército, deve se destacar que as suas missões e características são bem distintas.

Logo, tentar infligir a uma corporação policial que lida diariamente com os mais diversos problemas sociais no seu dia a dia uma educação militar voltada para a guerra é um absurdo, quando se busca um estado democrático de direito.

Se não bastasse o crescente interesse que vem assumindo, diante da sociedade organizada e dos estudiosos do direito, em virtude da relação direta que os militares possuem com os problemas que estão a permear a sociedade, bastaria apenas levar em consideração o efetivo militar existente no país para justificar a inserção da disciplina de Direito Administrativo Militar no currículo escolar da Academia Policial Militar do Cabo Branco.

Ressalte-se que a Corporação Policial Militar no Estado da Paraíba possui cerca de 11.000 integrantes na ativa excetuando-se, ainda, os bombeiros militares.

A Polícia Militar da Paraíba precisa urgentemente se adequar às exigências de mercado, seus policiais são profissionais da segurança pública, e como todo bom profissional precisa conhecer bem o produto que disponibiliza para a sociedade.

Antes de a segurança pública ser uma responsabilidade de todos, cabe ao Estado a obrigação de provê-la, por meio dos órgãos previstos na Constituição, no entanto; muitos são os que se interessam por ela com o objetivo de tirarem proveito financeiro; é o caso das empresas que vendem segurança de forma ilegal, exemplo das milícias do Rio de Janeiro, vigilantes organizados em grupos que vendem seus serviços a troco de uma contribuição mensal, etc.

Faz-se necessário que a Polícia Militar da Paraíba, juntamente com os demais órgãos responsáveis pela segurança pública se conscientizem da importância dos seus papéis no cenário estadual e nacional, ocupando com eficiência os espaços que legalmente lhes pertencem.

Assim como um bom vendedor que vende bem seu produto pelo fato de conhecê-lo bem, a milícia estadual paraibana necessita conhecer bem o produto que vende, a segurança pública, de forma a satisfazer os anseios da sociedade, procurando se modernizar, adaptando-se ao mundo globalizado e ao avanço tecnológico experimentado nos últimos anos.

Para acompanhar as constantes necessidades da sociedade, fruto do avanço tecnológico e das novas relações que surgem, faz-se necessário que o currículo de formação escolar dos futuros Oficiais da PM paraibana seja adequado às novas realidades.

O mundo moderno permeado pelo capitalismo e impregnado de doutrina democrática está a exigir do futuro Oficial uma conduta que se adeque a essas duas características da sociedade moderna.

A moderna atividade de segurança pública exige cada vez mais e mais conhecimentos por parte daqueles que serão os futuros líderes de uma instituição que oferece à sua clientela um produto que se mal manipulado poderá ocasionar sérios transtornos para todos.

Líderes sim, pois, o Oficial desde a sua formação nos bancos acadêmicos e ao longo da sua carreira, é preparado para funções de comando, chefia e direção.

E esta sociedade, movida por ideais democráticos, procura inserir a democracia nos bancos escolares civis como uma forma de possibilitar ao aluno uma autonomia capaz de levá-lo a uma autocrítica e a uma postura atuante diante

dos acontecimentos, deixando de ser um mero expectador, para tornar-se sujeito ativo da realidade social na qual está inserido, como bem afirma Paulo Freire (*apud* LUDWIG, 1998, p. 49) sobre a proposta democrática de educação:

Sua concepção enfatiza a importância de uma postura não ingênua perante os acontecimentos, e a necessidade de uma educação dialogal e ativa, orientada para a responsabilidade social e política caracterizada pela profundidade na interpretação dos problemas e livre de explicações mágicas.

Se a educação policial não for repensada e amoldada às novas realidades sociais e anseios da sociedade poderá produzir líderes alheios às suas responsabilidades sociais e políticas, meros executores de ordens, sem capacidade para pensar, raciocinar, ter iniciativa diante das diversidade de situações que a atividade policial exige, principalmente, daqueles que dentro do organismo policial são preparados para liderar e encontrar soluções para os problemas da segurança pública, que cada vez mais esta a exigir alternativas criativas e rápidas para possibilitar a convivência em sociedade.

Todavia, não basta que a educação militar seja apenas amoldada às novas realidades e anseios da sociedade, mas que também seja democratizada dentro dos quartéis. Não se quer com isso descartar a importância do ensino expositivo na Academia do Cabo Branco, mas ressaltar a importância do ensino democrático, no qual o instrutor, professor deixe de ocupar o lugar de figura central, passando a ser ocupado pelo Cadete, libertando este das amarras do autoritarismo que impera, ainda, na formação do futuro Oficial, possibilitando o pleno desenvolvimento das suas aptidões para que passe a enxergar o mundo e as suas realidades com os seus próprios olhos e seja sujeito ativo e atuante dentro dessa realidade social que, em cujo contexto encontra-se a sua profissão, a sua missão.

Para Ludwig, *é possível democratizar a instituição castrense*, e cita W.E. Campos, conferencista de diversas escolas militares, para quem: *a disciplina, viga mestra da instituição, é totalmente compatível com a liderança democrática, desde que a concepção de disciplina esteja devidamente assentada no conceito de moral.*

Faz-se necessário sair do modelo positivista, fayolista, herdado dos irmãos de farda (Forças Armadas), em que se procura impregnar na mente do Cadete um mundo extremamente ordenado, no qual tudo se encontra no seu devido lugar, baseado em uma teoria que Ludwig denomina de *teoria da reprodução* (1998, p. 33),

a exemplo da violência simbólica, destinada à conversão rápida do indivíduo nos moldes que se quer que ele seja formado, sem respeito às suas individualidades, liberdades e capacidades.

O Curso de Formação de Oficiais da Academia Policial Militar da Paraíba (Academia Policial Militar do Cabo Branco) é reconhecido como de nível Superior pelo Conselho Estadual de Ensino, e intitulado de *Bacharelado em Segurança Pública*; porém, pela leitura que se faz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, escapa da referida legislação a normatização do ensino militar, sendo admitida, no entanto, de acordo com o seu Art. 83, a equivalência de estudos no sistema civil de educação, desde que o currículo da Academia do Cabo Branco demonstre qualidades satisfatórias de conteúdo à área ou campo de conhecimento equivalente a de uma universidade civil.

Portanto, quando convier aos interessados, o registro de diplomas expedidos pelo sistema militar poderá ser realizado por uma universidade que atenda às exigências Conselho Nacional de Educação.

O aproveitamento de estudos nas diferentes ciências realizados no sistema militar ou no sistema civil poderá ser efetivado sempre que do interesse de ambos e respeitada as legislações e normas específicas de cada sistema.

Convém elogiar a iniciativa da SENASP, órgão de assessoramento do Ministério da Justiça, que assumiu a iniciativa na definição e implementação de uma política nacional de segurança pública, buscando modernizar o aparelho policial e capacitando os profissionais da segurança pública.

Com uma política congregacional, busca reunir todos: Governos federal, estaduais e municipais, bem como a sociedade civil na busca de soluções convergentes para a resolução dos problemas relacionados à segurança pública.

É uma forma de integrar as mais diversas ações atinentes à segurança pública, sejam elas na área do ensino, de operações ou de inteligência, entre governo federal, estados e municípios, entre todos os órgãos que compõem o sistema de segurança no país.

É sabido que muito pouco fora feito antes da instituição da SENASP, do Plano de Segurança Pública e do SUSP com relação a uma política única e com objetivos pré-determinados em relação à contenção da violência no país, uma vez que tal problema vem assumindo contornos nacionais.

O problema da violência, que antes estava restrito a pequenas localidades transmutou-se para espaços geográficos cada vez maiores, permitindo o aparecimento de redes organizadas do crime com atuação em vários Estados da Federação, obrigando os organismos policiais e os entes federados a se organizarem para combatê-lo, sob pena da vida em sociedade tornar-se insuportável devido à escalada da violência.

À reboque dessa pretendida integração nacional em termos de segurança pública, tem-se a questão do ensino militar, que diante da proposta da SENASP pretende integrar e uniformizar os procedimentos relacionados ao ensino das academias das corporações policiais, levando a efeito uma matriz curricular nacional que procura integrar conhecimentos, saberes e habilidades dos profissionais da segurança pública, respeitadas as peculiaridades regionais em que se insere o organismo policial.

Para a Matriz Curricular Nacional, o currículo acadêmico deve expressar princípios, metas do processo educativo, ser flexível e possibilitar a promoção do debate e interação entre os sujeitos do processo educativo, no caso em tela, instrutor/ professor e cadete.

A proposta da Matriz é a constituição de um sistema educacional único para todas as polícias estaduais e demais órgãos de Segurança Pública, constituindo-se referência, favorecendo a reflexão unificada sobre as diferentes demandas e contribuindo para a busca de respostas a problemas identificados na formação destes profissionais.

Como expressão de princípios e metas de um processo educativo, a Matriz Curricular Nacional para Formação de profissionais da segurança pública visa a proporcionar a todos estes profissionais instrumentos por meio dos quais, de maneira autônoma, consigam refletir criticamente sobre suas ações durante e após o processo formativo, com o objetivo de colaborarem ativamente na eficácia pretendida pela SENASP e pela sociedade com relação aos misteres desses profissionais.

Por isso que a Matriz Curricular Nacional é mais ampla que um currículo ou conjunto de conteúdos de ensino, na medida em que valoriza a capacidade de utilização crítica e criativa dos conhecimentos, não se restringindo ao simples acúmulo de informações, ao mesmo tempo em que oportuniza o respeito às diversidades regionais, sociais, econômicas, culturais e políticas existentes no país,

possibilitando a construção de referências nacionais que possam traduzir os *pontos comuns* que caracterizam a formação dos profissionais da segurança pública.

Se existem diferenças sociais e culturais, que determinam diferentes necessidades de aprendizagem, existe também o que é comum a todos.

Percebe-se que a Matriz Curricular Nacional proposta pela SENASP se enquadra dentro da teoria da democratização do ensino nas escolas de formação militares.

Este deve ser um objetivo a ser buscado pela academia de polícia militar da Paraíba, permitindo que o futuro Oficial, líder em fase de preparação tenha condições de agir de forma autônoma e responsável, que consiga refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho.

Cumprе ressaltar que, embora haja divergência na doutrina com relação à denominação do direito que está a reger as instituições militares, seus integrantes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado e fixados na Constituição Federal: a defesa da Pátria e a preservação da ordem pública, ora alguns o denominando de *Direito Militar*, ora outros o chamando de *Direito Administrativo Militar*, outros, ainda, confundindo aqueles com o *Direito Administrativo Disciplinar Militar*, crê-se que tal se deve ao fato de que, embora reconhecida a sua importância na sociedade moderna, ainda carece de mais estudiosos que sobre ele se debrucem, possibilitando a sua divulgação e delimitação em relação aos demais ramos do direito que lhe são afins, capaz de impossibilitar tal confusão.

É indiscutível que existe uma divisão dentro do direito castrense que delimita as fronteiras dos direitos atinentes à caserna, dividindo-o em Direito Militar, mais abrangente, Direito Administrativo Militar, inserido no anterior, e o Direito Disciplinar Militar, que é precedido pelos demais, apesar de todos eles pertencerem ao mesmo ramo da grande árvore do Direito, ou seja, o Direito Público.

Tanto o Direito Militar, como o Direito Disciplinar Militar se socorrem do seu congênere, o Direito Administrativo Militar, quando diante de situações fáticas e normativas com as quais se deparem.

Convém lembrar que o Direito Administrativo Militar é o direito que rege os órgãos, as atividades e os agentes militares no desempenho dos seus misteres; portanto, em todas as atividades perpretadas com base no Direito Militar e no Direito Disciplinar Militar, sem sombra de dúvidas, necessitará do auxílio do Direito

Administrativo Militar, sejam elas de cunho administrativo, sejam de cunho judiciais, pois onde houver um ato administrativo praticado por um agente militar ou por um órgão militar no desempenho da sua função, aí se fará presente o Direito Administrativo Militar.

Doutrinariamente falando, no que se refere aos princípios que os norteiam, praticamente não existe diferença entre o Direito Administrativo Militar e o Direito Administrativo Comum. A diferença restringe-se ao seu objeto e aos atores envolvidos no processo (militares ou civis), uma vez que aquele se aplica à Administração Militar e este à Administração Comum. Assim, o que se presta a uma como princípios para a aplicação do Direito Administrativo, serve à outra, resguardadas as peculiaridades de cada uma.

Ambos assemelham-se em seus conceitos, fontes. Os princípios constitucionais e outros que são aplicados ao Direito Administrativo Comum também são aplicados ao Direito Administrativo Militar; até em relação aos seus objetos há similitudes, uma vez que os dois aplicam-se à administração pública, embora uma seja militar e a outra possua caráter civil.

A Constituição Federal de 1988 trouxe importantes contribuições e inovações a toda sociedade brasileira. Não foi menos em relação à sociedade militar. Dentre essas contribuições e inovações pode-se ressaltar as garantias que devem ser observadas em um processo judicial ou administrativo a todos os acusados, sejam estes civis ou militares (Art. 5º, Inc. LV da CF/88).

Garantias essas que devem ser observadas pelas administrações, mesmo quando diante de processos administrativos disciplinares militares, sob pena de incorrerem em abusos e serem responsabilizadas pela não observância dos preceitos constitucionais estatuídos.

A onda de democratização experimentada pela sociedade brasileira, com o fim da ditadura militar e consolidada pela constituição cidadã chegou aos quartéis e deve ser cultuada como um importante avanço social.

Democracia e militarismo não são coisas opostas, como se a existência de uma fatalmente suprimiria a existência da outra, pelo contrário, as forças militares, sejam elas federais ou estaduais, com a introjeção do sentimento democrático serão mais conscientes dos seus papéis na sociedade e entenderão que as suas existências, antes de mais nada, objetiva a proteção à dignidade humana, a

harmonia no seio da sociedade e a defesa da Pátria, entendida esta como um estado democrático de direito.

Para a efetivação desse sentimento democrático e instauração do verdadeiro estado democrático de direito, faz-se necessário, também, a apreensão e compreensão de alguns princípios constitucionais e outros que estão contidos no ordenamento jurídico pátrio infraconstitucional, até não explícitos por parte dos militares do país, ainda durante o período de formação escolar.

Daí a importância, quando do tratamento do Direito Administrativo Militar, da apreensão e compreensão dos princípios administrativos aplicados ao referido direito: princípio da legalidade, do contraditório e da ampla defesa, da acessibilidade do Poder Judiciário, da presunção de inocência, da eficiência, do *non bis in idem*.

Além desse aspecto que diz respeito aos princípios administrativos aplicados ao direito objeto deste trabalho, outros não são menos importantes, a exemplo da importância que vem adquirindo o DAM no mundo jurídico, no seio da sociedade civil, até pelo aumento das questões relacionadas com a segurança pública, bem como pelo aumento dos efetivos militares no País.

Não se pode olvidar que o conhecimento do Direito Administrativo Militar, por parte dos militares, proporciona uma melhor manutenção da hierarquia e disciplina no seio da corporação militar, pelo fato de favorecer a todos os envolvidos (acusados e apuradores) em um processo administrativo militar um discernimento melhor quando diante de julgamentos efetuados em processos administrativos militares.

4.2 RELATÓRIO DOS QUESTIONÁRIOS

Nesta seção será elaborada uma análise e discussão dos dados obtidos por meio de 02 (dois) questionários aplicados a Oficiais da PMPB, sendo que 30 (trinta) questionários foram aplicados para Oficiais que foram formados na Academia de Polícia Militar da Paraíba e 01 (um) questionário foi destinado ao Corregedor da PMPB, órgão responsável pela confecção, coordenação e supervisão dos procedimentos administrativos *interna corporis*.

Dos trinta Oficiais pesquisados sobre a existência, nos seus respectivos períodos de formação, da Disciplina de *Direito Administrativo Militar* ou *Direito Disciplinar Militar* no Currículo do Curso de Formação de Oficiais, 29 (vinte e nove) afirmaram que não existia e 01 (um) alegou que não lembrava, o que representa percentualmente um total de 96,7% dos pesquisados que não tiveram oportunidade de estudar a referida disciplina durante os seus períodos de formação acadêmica, conforme Gráfico 1, abaixo.

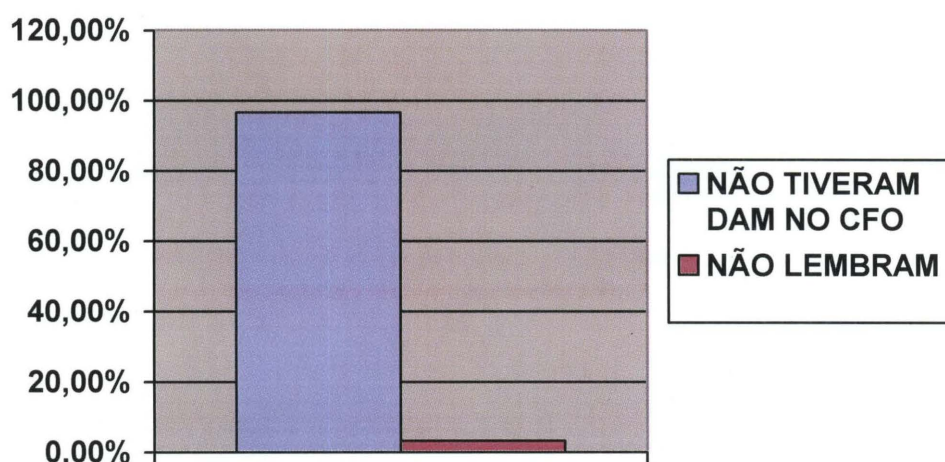


GRÁFICO 1 – PERCENTUAL DO PESQUISADOS QUE TIVERAM OU NÃO CONTATO COM A DISCIPLINA DE DAM NO CFO

Fonte: o autor.

Do mesmo universo pesquisado sobre se alguma vez na atividade profissional já haviam se deparado com um processo administrativo militar, no qual teve que atuar como presidente ou membro, 26 (vinte e seis) responderam afirmativamente e apenas 04 (negativamente), perfazendo um percentual de 86,7% dos pesquisados que participaram como presidente ou membro de um processo administrativo militar, conforme Gráfico 2, a seguir.

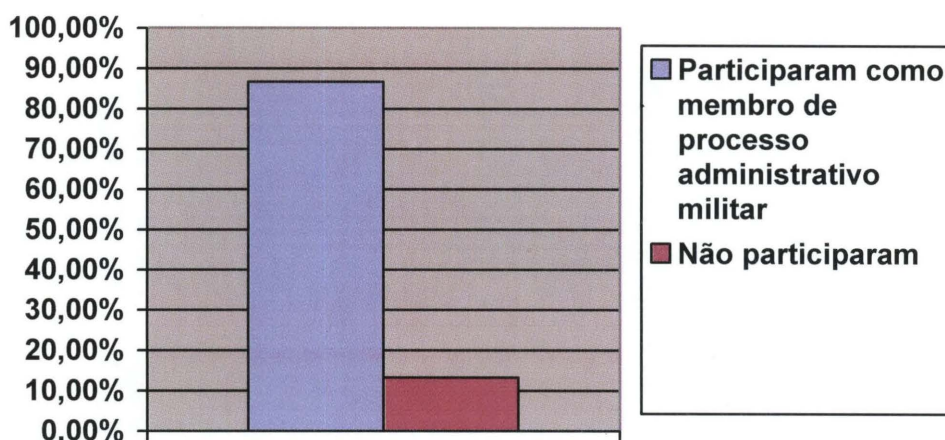


GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DO PESQUISADOS QUE PARTICIPARAM OU NÃO COMO MEMBRO DE UM PROCESSO ADMINISTRATIVO MILITAR

Fonte: o autor.

Perguntado aos 26 (vinte e seis) que participaram de algum processo administrativo na qualidade de presidente ou membro sobre o grau de dificuldade sentido por eles em termos de conhecimento teórico e prático para concretizar o processo, 16 (dezesesseis) responderam que o grau de dificuldade foi alto, equivalendo a um percentual de 61,5% dos pesquisados, 7 (sete) responderam que foi médio o grau de dificuldade experimentado, perfazendo um percentual de 26,9% e 3 (três) tiveram um grau de dificuldade baixo, perfazendo um total de 11,5%; logo, 88,4% afirmaram que o grau de dificuldades, por eles experimentado, variou de médio para alto com relação à concretização dos seus processos, conforme ilustra o Gráfico 3.

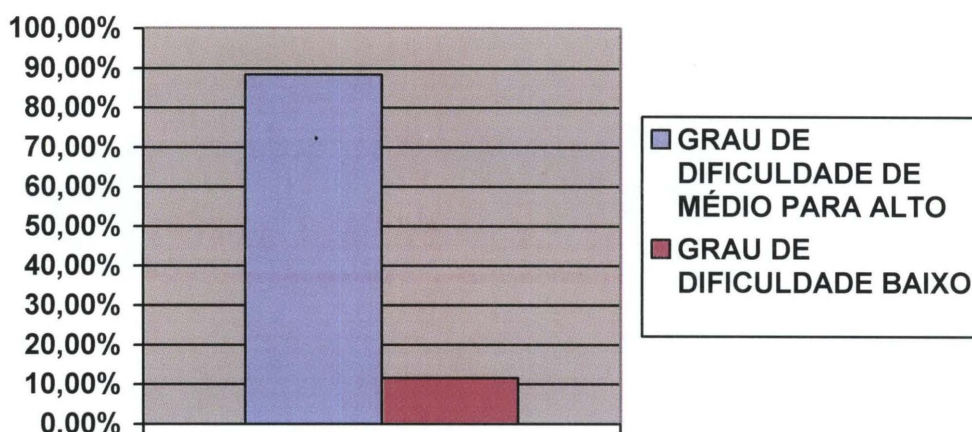


GRÁFICO 3 – GRAU DE DIFICULDADE QUANDO DA PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO MILITAR

Fonte: o autor.

Perguntado aos 26 (vinte e seis) que participaram de algum processo administrativo na qualidade de presidente ou membro quais foram os meios utilizados para a superação das deficiências em termos de conhecimento, dentre as três alternativas colocadas (pesquisou por conta própria, pediu ajuda a um outro Oficial mais experiente e seguiu como modelo um outro processo já concluído), nota-se que as respostas variaram entre os pesquisados, com a escolha de uma, duas e até as três alternativas por pesquisado, ficando da seguinte forma o percentual por alternativas escolhidas, ilustradas no Gráfico 4 e apresentadas abaixo:

1) *pesquisou por conta própria* foi assinalada 14 (quatorze) vezes, perfazendo um percentual em relação aos pesquisados de 53,8% de assinalações.

2) *pediu ajuda a um outro Oficial mais experiente* foi assinalada 12 (doze) vezes, perfazendo um percentual em relação aos pesquisados de: 46,1% de assinalações.

3) *seguiu como modelo um outro processo* foi assinalada 20 (vinte) vezes, perfazendo um percentual em relação aos pesquisados de 76,9% de assinalações.

Saliente-se que 14 (quatorze) dos pesquisados assinalaram mais de uma alternativa, perfazendo um percentual de 53,8%.

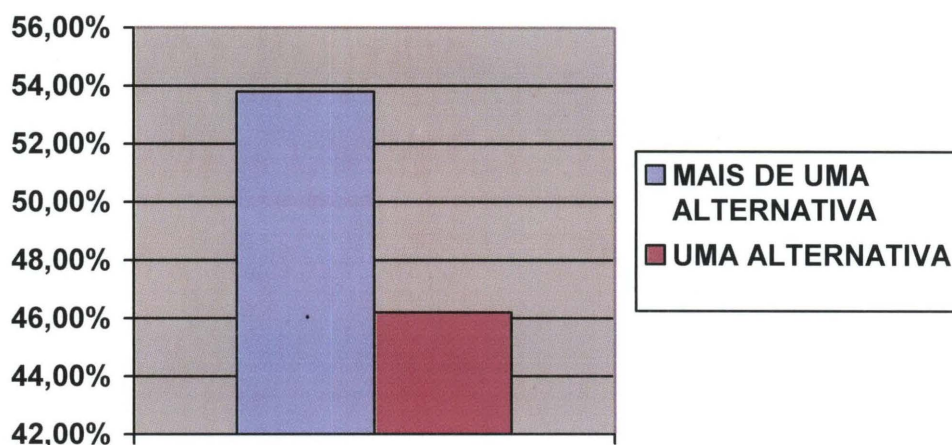


GRÁFICO 4 – PERCENTUAL DO TIPO DE AJUDA A QUE RECORRERAM OS PESQUISADOS (AUTODIDATISMO, AJUDA DE UM OUTRO OFICIAL MAIS EXPERIENTE OU SEGUIRAM UM OUTRO PROCESSO COMO MODELO)

Fonte: o autor.

Em seguida, foi pedido para serem citadas algumas dificuldades encontradas na concretização do processo administrativo disciplinar, tendo sido obtidas as seguintes respostas, dentre os 26(vinte e seis) que participaram de algum processo administrativo na qualidade de presidente ou membro:

- Dificuldade na nomeação de defensor;
- Dificuldades na execução de diligências;
- Falta de material, meios;
- Condutas protelatórias do investigado;
- Necessidade de harmonizar a lei nº 4.024/78 (dispõe sobre o Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado da Paraíba e dá outras providências) com a atual Constituição Federal;
- Falta de conhecimento quanto à elaboração do processo;
- Falta de formação jurídica, conhecimento específico sobre o assunto;
- Dificuldade no cumprimento dos prazos;
- Ausência de uma legislação compactada sobre o assunto;
- Legislação desatualizada;
- Acúmulo de funções por parte dos Oficiais designados para comporem os colegiados;
- Tempo reduzido para a conclusão do feito

Finalizando o primeiro questionário, foi perguntado qual a opinião dos pesquisados com relação à inserção da disciplina de Direito Administrativo Militar no Currículo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB, a qual foi respondida por todos os pesquisados, inclusive, aqueles que não tiveram a oportunidade de participar de algum processo administrativo na qualidade de presidente ou membro (totalizando trinta pesquisados), cujas respostas resume-se da seguinte forma: *Todos foram unânimes em afirmar a extrema importância da inserção da referida disciplina no Currículo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB, o que aumentaria o grau de conhecimento sobre o assunto, evitando com isso as falhas processuais administrativas na condução dos citados processos e auxiliando nas demais questões pertinentes à Administração Policial Militar, com a possibilidade, inclusive, de uma padronização dos feitos no interior da Corporação.*

Por fim, foi pesquisado o Corregedor da PMPB, por meio de um questionário distinto do anterior indagando, primeiramente, quais os processos administrativos militares que se sujeitavam ao crivo daquela Corregedoria, tendo o seu Corregedor respondido: *Sindicâncias, Conselhos de Disciplina, Processos Administrativos Disciplinares Para Licenciamento, Inquéritos-Policiais Militares, quando a Portaria é do Comandante Geral da PMPB, Inquéritos Técnicos e Recursos Administrativos.*

Em segundo lugar, foi-lhe perguntado se era comum os Oficiais responsáveis por processos administrativos, submetidos ao crivo daquela Corregedoria, apresentarem deficiências nas execuções dos referidos processos por falta de um conhecimento mais específico sobre o Direito Administrativo Militar, especialmente, no que tange a processos administrativos disciplinares, a exemplo do Conselho de Justificação e do Conselho de Disciplina, tendo sido obtida a resposta *mais ou menos*.

Em terceiro lugar, foi solicitada citação de algumas deficiências apresentadas pelos referidos Oficiais na execução de suas atividades processuais administrativas, tendo sido respondido da seguinte forma: *Desativação da legislação atinente em alguns aspectos conflitantes com a CF/88, escassez doutrinária, dificuldade na nomeação de defensor técnico para o investigado.*

Por fim, foi-lhe indagado sobre a sua opinião com relação à inserção da disciplina de Direito Administrativo Militar no Currículo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB e como ela poderia contribuir para a formação profissional do futuro Oficial, principalmente no que concerne ao seu desempenho com relação à

feitura de processos administrativos militares, tendo respondido da seguinte forma: *Diante da desatualização legislativa e da escassez de doutrinaria para o assunto, uma disciplina específica abordando o Direito administrativo disciplinar e militar só viria a engrandecer o aprendizado e a formação.*

*Todos os que meditaram a arte de governar os homens
se convenceram de que o destino de um país
depende da educação dos jovens.
Aristóteles*

5 PROPOSTA DE PROGRAMA PARA A DISCIPLINA DE DIREITO ADMINISTRATIVO PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA PMPB

Embora a Matriz Curricular Nacional tenha sido construída a partir de algumas disciplinas básicas, fundamentais para o processo formativo dos profissionais da segurança pública no país, cuja intenção é unificar o conhecimento e dotar tais profissionais de saberes mínimos indispensáveis ao desempenho dos seus misteres e ao funcionamento do SUSP, a sua concepção deve ser aplicada às demais disciplinas específicas que ficou a critério de cada ente federativo, no que concerne a sua doutrina formativa.

De acordo com a SENASP, os conhecimentos específicos e aprofundados de cada ramo do direito para as atividades formativas de ingresso, a exemplo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB, deverão ser realizados pelas disciplinas específicas do curso de formação de cada cargo que compõe o Sistema de Segurança Pública.

Entende-se por atividades formativas de ingresso aquelas que têm por finalidade qualificar os recursos humanos necessários para o desempenho das atividades típicas dos cargos iniciais das instituições de segurança pública de âmbito estadual e federal, que compõem o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.

Portanto, fica a critério do órgão de ensino, no caso específico, a Diretoria de Ensino da PMPB, em conjunto com as demais instituições envolvidas no Estado, e desde que observadas as Diretrizes para as atividades formativas para os profissionais da área de segurança pública elaboradas pela SENASP, a formulação de um programa para a disciplina objeto deste trabalho.

É importante, na construção do programa da disciplina, que ele contemple conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, cujo objetivo é a garantia de unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública no Estado da Paraíba, guardadas as devidas peculiaridades dos órgãos envolvidos nesse processo formativo.

De acordo com a SENASP, por competências entende-se:

a capacidade de mobilizar saberes para agir nas diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a “autonomia intelectual”, traduzida por ALTET (1992) como a capacidade de “agir em situações diferentes, de gerir incertezas e poder enfrentar as mudanças no exercício de sua profissão”.

Competências Cognitivas: São competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento. Habilita o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações.

Competências Atitudinais: São competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais: conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo. Capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.

Competências Operativas: São as competências que prevêm a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente.

5.1 PROGRAMA DA DISCIPLINA

Em virtude da sua área de abrangência e importância que tem no cenário administrativo militar, sugere-se a sua implantação a partir da unificação e reformulação dos conteúdos de duas outras disciplinas que fazem parte do currículo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB que são *Legislação e Regulamentos PM I* e *Legislação e Regulamentos PM II*, pelo fato dos seus conteúdos se relacionarem de forma íntima com os conteúdos a serem abordados por esta proposta, ficando a carga horária da disciplina de *Legislação e Regulamentos PM II* absorvida pela nova disciplina.

A nova disciplina passaria a ter uma carga horária de 60 (sessenta) horas-aulas, assim divididas dentro do Curso de Formação de Oficiais: 30 (Trinta) horas no segundo semestre do primeiro ano do CFO e 30 (Trinta) horas no primeiro semestre do segundo ano do CFO, cujas ementas e programas restariam assim:

DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR I

Disciplina: **Direito Administrativo Militar I**
Nº de Créditos: **02**

Carga Horária: **30**

EMENTA DO PROGRAMA DA DISCIPLINA

Legislação específica da Polícia Militar da Paraíba. Decretos.

OBJETIVO(S) GERAL(IS) DA DISCIPLINA

Proporcionar ao discente conhecimentos sobre a legislação vigente na corporação e sua aplicação.

PROGRAMA DA DISCIPLINA**1. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DA PM**

- 1.1 Estatuto da Polícia Militar
- 1.2 Lei de Organização Básica
- 1.3 Lei de Promoção de Oficiais
- 1.4 Lei de Remuneração
- 1.5 Conselho de Justificação
- 1.6 Conselho de Disciplina

2. DECRETOS

- 2.1 Regulamento de Promoção de Praças
- 2.2 Regulamento Disciplinar da PM
- 2.3 Regulamento de Uniformes

3. MANUAIS

- 3.1 Manual de Sindicância
- 3.2 Manual de Inquérito Técnico
- 3.3 Manual de Atestado de Origem

REFERÊNCIAS

ASSIS, Jorge César de. **Curso de Direito Disciplinar Militar: Da Simples Transgressão ao Processo**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

ASSIS, Jorge César de. **Direito Militar: Aspectos Penais, Processuais Penais e Administrativos**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

ASSIS, Jorge César de; NEVES, Cícero Robson Coimbra; CUNHA, Fernando Luiz. **Lições de Direito Para a Atividade das Polícias Militares e das Forças Armadas**. 6. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Brasília.

BRASIL. **Coletânea de Legislação Militar Federal**. Organização Álvaro Lazzarini. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

DUARTE, Antônio Pereira. **Direito Administrativo Militar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 13. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2005.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Resumo de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

LUZ, Egberto Maia. **Direito Administrativo Disciplinar: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de Direito Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 33. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

MANOEL, Élio de Oliveira; ARDUIN, Edwayne A. A. **Direito Disciplinar Militar: Teoria, Prática e Doutrina**. 1. ed. Curitiba: Associação da Vila Militar, Publicações Técnicas, v. 15, 2004.

OCTAVIANO, Enomar; GONZALEZ, Átila J. **Sindicância e Processo Administrativo**. 10. ed. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2002.

OLIVEIRA, Farlei Martins de. **Sanção Disciplinar Militar e Controle Jurisdicional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2005.

PARAÍBA. Constituição (1989). João Pessoa.

PARAÍBA. Consolidação das leis da PMPB (1981). João Pessoa.

PARAÍBA. Polícia Militar. **Manual de Sindicância da PMPB**. João Pessoa.

PARAÍBA. Polícia Militar. **Manual de Inquérito Técnico e Atestado de Origem da PMPB**. João Pessoa.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. **Direito Administrativo**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Direito Administrativo Militar: Teoria e Prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2005.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Processo Administrativo Disciplinar Militar: Forças Militares Estaduais e Forças Armadas – Aspectos Legais e Constitucionais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2007.

SILVA, José. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR II

Disciplina: **Direito Administrativo**
Nº de Créditos: **02**

Carga Horária: **30**

EMENTA DO PROGRAMA DA DISCIPLINA

O direito administrativo militar. A federação brasileira. Organização administrativa brasileira. Os serviços públicos. Órgãos e agentes públicos. Ato administrativo militar. Contrato administrativo militar. Licitação militar.

OBJETIVO(S) GERAL(IS) DA DISCIPLINA

Proporcionar ao discente a compreensão e aplicação do funcionamento dos órgãos e atividades administrativas policiais militares, bem como das normas, princípios e regras do Direito Administrativo Militar que estão a regê-los e aos seus agentes, necessários ao funcionamento da máquina administrativa policial militar.

PROGRAMA DA DISCIPLINA**1. O DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR**

- 1.1 Conceito
- 2.2 Fontes
- 3.3 Objeto
- 3.4 Relação com outros ramos do Direito
- 3.5 Princípios básicos aplicados à Administração Policial-Militar
- 3.6 Interpretação do DAM
- 3.7 Poderes administrativos

2. A FEDERAÇÃO BRASILEIRA

- 2.1 Conceito
- 2.2 Constituição

3. A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA BRASILEIRA

- 3.1 Organização do Estado
- 3.2 Organização da Administração

5. OS SERVIÇOS PÚBLICOS

- 5.1 Segurança Pública

6. ÓRGÃOS E AGENTES PÚBLICOS

- 6.1 Conceitos
- 6.2 Polícia Militar do Estado da Paraíba
- 6.3 Servidor policial-militar
- 6.4 Direitos, deveres e prerrogativas

7. ATO ADMINISTRATIVO MILITAR

- 7.1 Classificação dos atos administrativos
- 7.2 Revogação e anulação dos atos administrativos
- 7.3 Controle dos atos administrativos pela Administração e pelo Poder

Judiciário

8. CONTRATO ADMINISTRATIVO MILITAR

- 8.1 Conceito
- 8.2 Características do contrato administrativo
- 8.3 Execução dos contratos administrativos
- 8.4 Principais contratos praticados pela PM

9. LICITAÇÃO MILITAR

- 9.1 Conceito
- 9.2 Modalidades
- 9.3 Sanções

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Jorge César de. **Curso de Direito Disciplinar Militar: Da Simples Transgressão ao Processo**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2007.
- ASSIS, Jorge César de. **Direito Militar: Aspectos Penais, Processuais Penais e Administrativos**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.
- ASSIS, Jorge César de; NEVES, Cícero Robson Coimbra; CUNHA, Fernando Luiz. **Lições de Direito Para a Atividade das Polícias Militares e das Forças Armadas**. 6. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). Brasília.
- BRASIL. **Coletânea de Legislação Militar Federal**. Organização Álvaro Lazzarini. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- DUARTE, Antônio Pereira. **Direito Administrativo Militar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
- FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 13. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2005.
- FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Resumo de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.
- GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- LUZ, Egberto Maia. **Direito Administrativo Disciplinar: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de Direito Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 33. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.
- MANOEL, Élio de Oliveira; ARDUIN, Edwayne A. A. **Direito Disciplinar Militar: Teoria, Prática e Doutrina**. 1. ed. Curitiba: Associação da Vila Militar, Publicações Técnicas, v. 15, 2004.
- OCTAVIANO, Enomar; GONZALEZ, Átila J. **Sindicância e Processo Administrativo**. 10. ed. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2002.
- OLIVEIRA, Farlei Martins de. **Sanção Disciplinar Militar e Controle Jurisdicional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2005.
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. **Direito Administrativo**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Direito Administrativo Militar**: Teoria e Prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2005.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Processo Administrativo Disciplinar Militar**: Forças Militares Estaduais e Forças Armadas – Aspectos Legais e Constitucionais. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2007.

SILVA, José. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

Aquele que abre uma porta de escola fecha uma prisão.

Victor Hugo

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da evolução observada no processo ensino-aprendizado, no decorrer da história do ensino militar, é patente que algumas heranças herdadas do sistema de ensino das Forças Armadas e reforçadas no período da ditadura militar, ainda resistem à nova realidade social democrática que se instalou no país, principalmente, depois da Constituição de 1988.

Ao Cadete do Curso de Formação de Oficiais da PMPB deve ser dado um melhor preparo intelectual e uma maior autonomia, possibilitando uma capacidade crítica e reflexiva para enxergar os processos sociais que estão a sua volta e neles intervir, quando necessário, no desempenho do seu mister.

Para tal, faz-se imprescindível que o ensino seja democratizado, que o instrutor, professor deixe de ser a figura central, passando esta a ser o Cadete em formação, possibilitando o pleno desenvolvimento das suas aptidões para que passe a enxergar o mundo e as suas realidades com os seus próprios olhos e seja sujeito ativo e atuante dentro dessa realidade social, em cujo contexto encontra-se a sua profissão, a sua missão.

É possível democratizar o ensino sem afetar a disciplina, como bem salientou W.E. Campos (*apud* LUDWIG, 1998, p. 43), *a disciplina, viga mestra da instituição, é totalmente compatível com a liderança democrática, desde que a concepção de disciplina esteja devidamente assentada no conceito de moral.*

O aumento do número de ocorrências policiais, aliado ao aumento do efetivo da corporação policial-militar paraibana enseja uma gama de relações interpessoais dentro do órgão militar estadual e entre este e a sociedade, que conduz, fatalmente, a PMPB a uma revisão e atualização dos seus currículos formativos com o objetivo de melhor preparar os seus futuros Oficiais para o enfrentamento das diversas conseqüências advindas das citadas relações, a exemplo de instauração de processos disciplinares militares, sindicâncias, etc.

A sociedade paraibana clama por uma polícia militar eficiente, moderna, adaptada ao mundo globalizado, capaz de atender aos seus anseios.

Para tentar atender a esse anseio, a SENASP vem com a sua proposta de uma Matriz Curricular Nacional que objetiva a constituição de um sistema educacional único para todos os órgãos de segurança pública do país, favorecendo a reflexão unificada sobre as diferentes demandas e contribuindo para a busca de respostas a problemas identificados na formação destes profissionais.

Este deve ser um objetivo a ser buscado pela Academia de Polícia Militar da Paraíba, permitindo que o futuro Oficial, líder em fase de preparação tenha condições de agir de forma autônoma e responsável, que consiga refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho.

O Direito Administrativo Militar é o direito que rege os órgãos, as atividades e os agentes militares no desempenho dos seus misteres, portanto, quando houver um ato administrativo praticado por um agente militar ou por um órgão militar, no desempenho da sua função, aí estará o Direito Administrativo Militar, o que reforça o objetivo deste trabalho, ou seja, a sua inserção no Currículo acadêmico dos futuros Oficiais da PMPB, vez que atualmente inexiste (Anexo A).

As garantias constitucionais devem ser asseguradas em um processo judicial ou administrativo a todos os acusados, sejam estes civis ou militares (Art. 5º, Inc. LV da CF/88), por conseguinte, faz-se necessária a apreensão e compreensão deles e de outros que estão contidos no ordenamento jurídico pátrio infraconstitucional por parte dos futuros Oficiais da PMPB.

O conhecimento do Direito Administrativo Militar, por parte dos policiais militares, principalmente, dos futuros Oficiais, proporcionará uma melhor manutenção da hierarquia e disciplina no seio da corporação militar, pelo fato de favorecer a todos os envolvidos (acusados e apuradores) em um processo administrativo militar um discernimento melhor quando diante de julgamentos efetuados em processos administrativos militares, além de favorecer o desempenho profissional de todos.

Tal assertiva ficou comprovada diante dos resultados obtidos junto aos Oficiais pesquisados por meio de um primeiro questionário aplicado para um grupo de 30 (trinta Oficiais) formados na Academia Policial Militar da Paraíba, do que se conclui que praticamente, 100% (96,7%) dos pesquisados afirmaram que não tiveram a

referida disciplina durante os seus períodos de formação na Academia de Polícia Militar da Paraíba.

Dos trinta pesquisados, vinte e seis (86,7%) afirmaram que já tinham participado como Presidente ou membro de processos administrativos *interna corporis*, que requerem um conhecimento abalizado do direito objeto do presente estudo.

Destes vinte e seis pesquisados, 88,4% afirmaram que o grau de dificuldades, em termos de conhecimento teórico e prático sobre DAM, por eles experimentado, variou de médio para alto com relação à concretização dos seus processos.

Afirmando ainda que, para superá-las, valeram-se do *autodidatismo*, ou da *ajuda de um outro Oficial* mais experiente ou seguiram um *outro processo como modelo*. Sendo que 14 (quatorze) dos pesquisados assinalaram mais de uma alternativa, perfazendo um percentual de 53,8%.

Dentre as dificuldades experimentadas por eles encontram-se: a) Necessidade de harmonizar a lei nº 4.024/78 (dispõe sobre o Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado da Paraíba e dá outras providências) com a atual Constituição Federal; b) Falta de conhecimento quanto à elaboração do processo; c) Falta de formação jurídica, conhecimento específico sobre o assunto; d) Ausência de uma legislação compactada sobre o assunto; e) Legislação desatualizada.

Um outro questionário, aplicado ao Corregedor da PMPB, órgão responsável pela confecção, coordenação e supervisão dos procedimentos administrativos *interna corporis*, revelou também a deficiência por parte de alguns Oficiais quando diante da elaboração de processos administrativos.

Todos os pesquisados (os trinta oficiais, mais o Corregedor), sem exceção, foram unânimes em afirmar da importância da inclusão do Direito Administrativo Militar no Currículo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB, como forma de, pelo menos, minimizar os problemas por eles encontrados quando diante de situações que tenham que obrigatoriamente recorrer aos conhecimentos que são proporcionados pela citada disciplina.

Encerrando o presente trabalho, salienta-se que, apesar dos esforços despendidos para o seu desenvolvimento, algumas limitações foram observadas, tais como a escassa literatura sobre o ensino militar no Brasil; como também da doutrina sobre o Direito Administrativo Militar, apesar do crescente número de estudiosos interessados no assunto que vem se registrando ultimamente; foi

observada a ausência de trabalhos que versassem, especificamente, sobre a inclusão do DAM no Curso de Formação de Oficiais.

Além do mais, restou frustrada a tentativa de se conseguir o Currículo da Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul, que contém disciplina correlata com a disciplina proposta por este trabalho.

Ressalte-se, também, a limitação em termos de tempo para a pesquisa e elaboração da presente monografia que abrange duas áreas de extrema importância para a sociedade brasileira, destinatária final dos serviços de segurança pública: o ensino policial militar e o Direito Administrativo Militar.

O presente trabalho não teve a intenção apenas de incluir o DAM no currículo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB, mas também fomentar o estudo e o debate sobre a aplicação do referido direito na administração policial militar, com vistas ao seu aperfeiçoamento e uma melhor prestação de serviços.

Como propostas para estudos posteriores ficam temas não menos importantes, que se inserem no contexto do ensino policial-militar e se relacionam com o DAM, a exemplo da revisão de todo o currículo do CFO da PMPB, visando a adequá-lo aos novos ditames democráticos e a filosofia apregoada pela SENASP, que visa à unificação, uniformização e integração do ensino policial militar, por meio de um currículo mínimo necessário para todas as polícias militares estaduais; a exemplo de algumas universidades civis, a PMPB, por meio de convênios com entidades civis, poderá promover cursos de especialização na área do DAM com vistas ao aperfeiçoamento dos seus policiais.

Na verdade, a área do DAM é muito vasta e propícia ao desenvolvimento de vários temas de relevante interesse para a PMPB, conseqüentemente, para os seus componentes, a exemplo da aplicação do DAM diante das garantias processuais, que poderá ser abordado de forma mais específica; como também, o DAM e os princípios constitucionais que lhe são aplicáveis, que podem ser objeto de um estudo pormenorizado; um outro estudo poderá ser desenvolvido com relação ao uso dos poderes administrativos militares pela administração policial militar.

Partindo, especificamente, para área disciplinar, podemos citar como importantes temas, aqueles que se relacionam com a aplicação das sanções disciplinares militares e que dizem respeito ao regulamento disciplinar da PMPB; também de suma importância serão os temas desenvolvidos sobre a aplicação da legislação aos processos administrativos militares, a exemplo do Conselho de

Disciplina e do Conselho de Justificação que ainda carecem de um melhor entendimento.

Importante, também, seria o desenvolvimento de estudos e propostas para uma atualização da legislação que se relaciona com o DAM na Corporação Policial Militar Paraibana, a exemplo do seu Estatuto, Regulamento Disciplinar e as normas que dizem respeito aos Conselhos de Justificação e de Disciplina.

De suma importância é a estruturação da Corregedoria da PMPB e de seus Batalhões para o desenvolvimento de um trabalho técnico e eficiente, dotando-as de meios materiais suficientes e pessoal qualificado, com formação jurídica, comprometido, exclusivamente, com seu mister.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSIS, Jorge César de. **Curso de Direito Disciplinar Militar**: da Simples Transgressão ao Processo. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

ASSIS, Jorge César de. **Direito Militar**: Aspectos Penais, Processuais Penais e Administrativos. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

ASSIS, Jorge César de; NEVES, Cícero Robson Coimbra; CUNHA, Fernando Luiz. **Lições de Direito Para a Atividade das Polícias Militares e das Forças Armadas**. 6. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2006.

ASSIS, Jorge César de. **Considerações sobre aspectos essenciais do direito militar**. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/>> Acesso em: 22 abr 2008.

ALBUQUERQUE, C. L. de; MACHADO, E. P. **Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em: 07 mai 2008.

BUFREM, Leilah Santiago. **Organização e Estruturação da Pesquisa**. Curitiba: UFPR, 2008. (apostila dada pela Prof. Helena de Fátima Nunes Silva).

BRASIL. Exército Brasileiro. **Modernização do ensino: A evolução de nossas escolas**. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/>> Acesso em: 03 mai 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Diretrizes para as atividades formativas¹ para os profissionais da área de segurança pública no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP**. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages>> Acesso em: 02 set 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional**. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages>> Acesso em: 02 set 2008.

BRASIL. **Código Penal Militar. Código de Processo Penal Militar. Estatuto dos Militares. Legislação Penal Processual Penal e Administrativa Militar. Constituição Federal**. Organização Álvaro Lazzarini. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BECKER, Lauro da Silva. **Os Passos da Monografia: esquema básico**. Revisado e complementado por Helena de Fátima Nunes Silva (Apostila da disciplina Metodologia do Trabalho Científico, Universidade Federal do Paraná). Curitiba: 2008.

R. SILVA, Maria de Castro. **A Educação no Espaço Militar: uma abordagem**. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/>> Acesso em: 03 mai 2008.

CERVO, A. L. ; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

CORDEIRO, José Argemiro Fagundes. **Aplicação dos Processos Administrativos Disciplinares no Âmbito da PMPR e a Sua Constitucionalidade: Estudo Analítico**. São José dos Pinhais: Academia Policial Militar do Guatupê, 1997. 65 p. Trabalho Técnico Científico – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Paraná, São José dos Pinhais, 1997.

CANÇADO, Miguel Ângelo. A Importância da Formação. **Prática Jurídica**, Brasília, n. 54, p. 66, set. 2006.

CARVALHO, Marcos Aurélio de Araújo. **O Princípio da Acessibilidade ao Poder Judiciário e a Subordinação Prevista no Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Paraíba**. Revista da Escola Superior da Magistratura, João Pessoa, PB, ano 2, v. 3, p. 89-93, mai. 1998.

DUARTE, E. N.; NEVES, D. A. de Brito; SANTOS, B. de L. O dos. **Manual Técnico para a realização de trabalhos monográficos**. 4. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

DUARTE, Antônio Pereira. **Direito Administrativo Militar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

DIAS, Edna Cardoso. O ensino na Faculdade de Direito: O Direito Ambiental e a Perspectiva de Uma Educação Global Para a Paz. **Prática Jurídica**, Brasília, n. 33, p. 40-42, dez. 2004.

FROTA, Hidemberg Alves da. O Princípio Tridimensional da Proporcionalidade na Teoria Geral do Direito Público e Administrativo. **Prática Jurídica**, Brasília, n. 57, p. 14-18, dez. 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.

FREUA, Murillo Sales. **A Importância do Direito Militar no Curso de Direito**. Disponível em: <<http://academiadedireitomilitar.com/>> Acesso em: 03 mai 2008.

FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 13. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2005.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Resumo de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

GOMES, Luiz Flávio. Rompendo Barreiras do Ensino Jurídico. **Prática Jurídica**, Brasília, n. 70, p. 7-8, jan. 2008.

HACHEM, Daniel Wunder. As Funções do Ensino Jurídico Para a Formação do Pensamento Crítico e Problemizador do Estudante de Direito. **Prática Jurídica**, Brasília, n. 68, p. 48-50, nov. 2007.

J. SILVA, Almir Pereira da. **A Importância do Direito Militar no Curso de Direito**. Disponível em: <<http://academiadedireitomilitar.com/>> Acesso em: 03 mai 2008.

JESUS SILVA, Raimundo de. **O Impacto das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Processo Ensino-Aprendizagem Policial Militar**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/artigos/o-impacto-das-tic-no-ensino-policial-militar>> Acesso em: 03 mai 2008.

LUZ, Egberto Maia. **Direito Administrativo Disciplinar: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de Direito Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

LUDWIG, Antônio Carlos Will. **Democracia e Ensino Militar**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

LOBO, Jorge Luiz Farias; ZELINSKI, Cezar Renato; BONDARUK, Roberson Luiz. **Manual do Instrutor da PMPR**. 1. ed. Curitiba: Associação da Vila Militar Publicações Técnicas, v. XIX, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 33. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

MARTINS, Eliezer Pereira. **Direito Constitucional Militar**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3854>> Acesso em: 22 abr 2008.

MANOEL, Élio de Oliveira; ARDUIN, Edwayne A. A. **Direito Disciplinar Militar: Teoria, Prática e Doutrina**. 1. ed. Curitiba: Associação da Vila Militar, Publicações Técnicas, v. 15, 2004.

MELO, André Luís Alves de. Formação Jurídica. **Prática Jurídica**, Brasília, n. 13, p. 7-12, abr. 2003.

OCTAVIANO, Enomar; GONZALEZ, Átila J. **Sindicância e Processo Administrativo**. 10. ed. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2002.

OLIVEIRA, Farlei Martins de. **Sanção Disciplinar Militar e Controle Jurisdicional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2005.

PARAÍBA. Polícia Militar. **Currículo do Curso de Formação de Oficiais a Partir de 2000**. João Pessoa, 1999. 136 p.

PARAÍBA. Polícia Militar. **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar**. Disponível em: <<http://www.pm.pb.gov.br/>> Acesso em: 03 mai 2008.

PEREIRA, Demóstenes Luiz de Souza. **Processo Administrativo Disciplinar no Âmbito da Polícia Militar da Bahia e Sua Aplicabilidade, Face a Constituição Federal/88**. São José dos Pinhais: Academia Policial Militar do Guatupê, 1996. 146 p. Trabalho Técnico Científico – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Paraná, São José dos Pinhais, 1996.

PAES, José Eduardo Sabo. **A Eficiência e a Economicidade, Como Princípios Constitucionais Aplicáveis ao Terceiro Setor**. Disponível em: <http://www.funceb.org.br/revista12/a_eficiencia_eduardo_sabo.pdf> Acesso em: 02 ago 2008.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. **Direito Administrativo**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Direito Administrativo Militar: Teoria e Prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2005.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Processo Administrativo Disciplinar Militar: Forças Militares Estaduais e Forças Armadas – Aspectos Legais e Constitucionais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2007.

ROCHA, João Batista de Campos. Escola Ideal – Sala de Aula Para Competências!. **Prática Jurídica**, Brasília, n. 66, p. 50-55, set. 2007.

SERGIPE. Polícia Militar. **As Particularidades do Ensino Militar na PMSE em Relação à Educação Profissional**. Disponível em: <<http://www.pm.se.gov.br/pm.php?var=1193147295>> Acesso em: 03 mai 2008.

SOUZA, Reginaldo Canuto de. **Ensino Policial Militar**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/artigos/ensino-policial-militar-1>> Acesso em: 03 mai 2008.

SILVA, José. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo Teixeira. A Missão e os Compromissos da Universidade no Mundo Contemporâneo. **Prática Jurídica**, Brasília, n. 7, p. 66, out. 2002.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. O ensino Jurídico e a Resolução 9/04. **Prática Jurídica**, Brasília, n. 49, p. 24-26, abr. 2006.

VERAS, Frederico Magno de Melo. **Culpabilidade nos crimes propriamente militares**. 1 ed. São Paulo: Ed. Universitária de Direito, 2007.

VARGAS, Protásio de. **Parte IV – Direito Administrativo**. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/arte/protasiovargas/id/Texto%2057.htm>> Acesso em: 04 ago 2008.

APÊNDICES

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO A OFICIAIS EGRESSOS DA
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DA PARAÍBA**

APÊNDICE A – Questionário aplicado a Oficiais egressos da Academia Policial Militar da Paraíba

QUESTIONÁRIO

1. Durante seu período de formação na Academia de Polícia Militar existia a disciplina de “Direito Administrativo Militar” ou “Direito Disciplinar Militar”?

() Sim

() Não

2. Durante a sua carreira militar você já se deparou com um “processo administrativo militar”, denominado, também, de “procedimento administrativo militar” (Conselho de Justificação, Conselho de Disciplina) no qual teve que atuar como presidente ou membro?

() Sim

() Não

3. Se a sua resposta à questão anterior foi positiva, indique o grau de dificuldade por você enfrentado, em termos de conhecimentos teóricos e práticos, para concretizar o processo administrativo militar?

() Alto

() Médio

() Baixo

4. Que meio você utilizou para superar as suas deficiências, em termos de conhecimento, no processo administrativo militar no qual você atuou?

() Pesquisou por conta própria

() Pediu ajuda a um outro Oficial mais experiente

() Seguiu como modelo um outro Processo já concluído

5. Cite algumas dificuldades que você encontrou durante a concretização do processo administrativo disciplinar no qual você atuou:

6. Qual a sua opinião com relação à inserção da disciplina de Direito Administrativo Militar no Currículo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AO CORREGEDOR DA POLÍCIA
MILITAR DA PARAÍBA**

APÊNDICE B - Questionário aplicado ao Corregedor da Polícia Militar da Paraíba

QUESTIONÁRIO

1. Quais os processos administrativos militares que se sujeitam ao crivo dessa Corregedoria?

2. É comum, Oficiais responsáveis por processos administrativos, submetidos ao crivo dessa Corregedoria, apresentarem deficiências nas execuções dos referidos processos por falta de um conhecimento mais específico sobre o Direito Administrativo Militar, especialmente, no que tange a processos administrativos disciplinares, a exemplo do Conselho de Justificação e do Conselho de Disciplina?

- () Sim
() Não
() Mais ou menos

3. Cite algumas das deficiências apresentadas pelos referidos Oficiais na execução de suas atividades:

4. Qual a sua opinião com relação à inserção da disciplina de Direito Administrativo Militar no Currículo do Curso de Formação de Oficiais da PMPB e como ela poderia contribuir para a formação profissional do futuro Oficial, principalmente no que concerne ao seu desempenho com relação à feitura de processos administrativos militares?

ANEXOS

**ANEXO A – CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA
MILITAR DA PARAÍBA**

ANEXO A – Currículo do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Paraíba

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA

**DIRETORIA DE ENSINO
CENTRO DE ENSINO**



Comissão de Elaboração:

Maj Francisco de Assis Soares
1º Ten Roberto Alves da Silva

Colaborador:

1º Ten Fabiano Mendes de Medeiros

JOÃO PESSOA-PB

1999



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA DE ENSINO
CENTRO DE ENSINO
DIVISÃO DE ENSINO
SUBSEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO**

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS PM

1. OBJETIVO GERAL DO CURSO

Formar e preparar técnica e profissionalmente, o oficial subalterno para o exercício das funções de comandante e administrador até o posto de capitão.

2. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem e os tipos de medidas, serão empregadas conforme dispuser o **Regulamento Interno do Centro de Ensino Governador Antonio Mariz - CEGAM**, os programas de matérias das disciplinas e as normas administrativas do CEGAM.

3. METODOLOGIA DO CURSO

A metodologia do Curso deverá buscar uma filosofia técnico-profissional, voltada para a capacitação global do policial militar, de modo que este venha a desempenhar eficazmente as atividades relacionadas com a preservação da ordem pública.

4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares serão desenvolvidas em forma de palestras, visitas, atividades desportivas, recreativas, culturais e outras de interesse do Comando do Centro de Ensino, desde que atendam aos objetivos do Curso, e serão reguladas por nota de instrução ou serviço.

5. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES

Na programação dos conteúdos curriculares e complementares, deverá ser observada a distribuição equitativa das atividades, de modo que atendam ao trinômio tarefa-rendimento-descanso.

6. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado será de 180 (cento e oitenta) horas aulas, sendo distribuídas equitativamente ao final do 1º e 2º anos do Curso.

7. PERFIL DESEJADO PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA DO CIDADÃO

A adoção de um perfil desejado para os profissionais da área de segurança do cidadão é necessária para a construção de uma proposta curricular, pois encaminha o processo de delineamento do potencial profissional para atender as demandas expressas nos seus objetivos. Desse modo, nos remete à reflexão dos aspectos históricos e sociais inseridos nesta questão.

Como devem ser esses profissionais? Que papéis espera-se que eles desempenhem? Como é a sociedade em que irão atuar? Que competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) deverão ter ao final de sua formação?

Essas perguntas, entre outras, deverão ser respondidas de forma contextualizada por cada centro de ensino policial das diversas unidades federativas, diante do processo de seleção, formação, treinamento e aperfeiçoamento a que se propuser.

Com o objetivo de contribuir para esta discussão e estabelecer uma coerência entre a necessidade de adoção de perfil desejado e a base comum expressa na proposta curricular apresentada, este trabalho se norteará pelo modelo em destaque³, que entre outros, descreve as competências básicas que serão requeridas e desenvolvidas no processo de formação, envolvendo tanto conhecimento específico, como habilidades interpessoais, de comunicação, políticas, administrativas e valores e atitudes concernentes ao que se espera da sua atuação.

Acrescentar-se-á ao modelo, ainda:

O enfoque moral e ético que permitirá ao profissional da área de segurança compreender a seu papel de cidadão responsável pela segurança de outros cidadãos;

As especificidades a serem exigidas, dadas as atribuições que exercerá;

A necessidade de aprendizado contínuo;

Comportamentos requeridos pela inserção das novas tecnologias no ambiente de trabalho.

8. COMPETÊNCIAS BÁSICAS

- Facilidade de apreensão;
- Flexibilidade de raciocínio;
- Objetividade;
- Método / Senso de organização;
- Espírito de observação;
- Faculdade de expressão oral e escrita;
- Capacidade de interpretação;
- Caráter responsável;
- Capacidade para prevenir e adaptar-se a novas situações;
- Percepção discriminativas e diferencial;
- Reação rápida e estímulos;
- Estabilidade emocional;

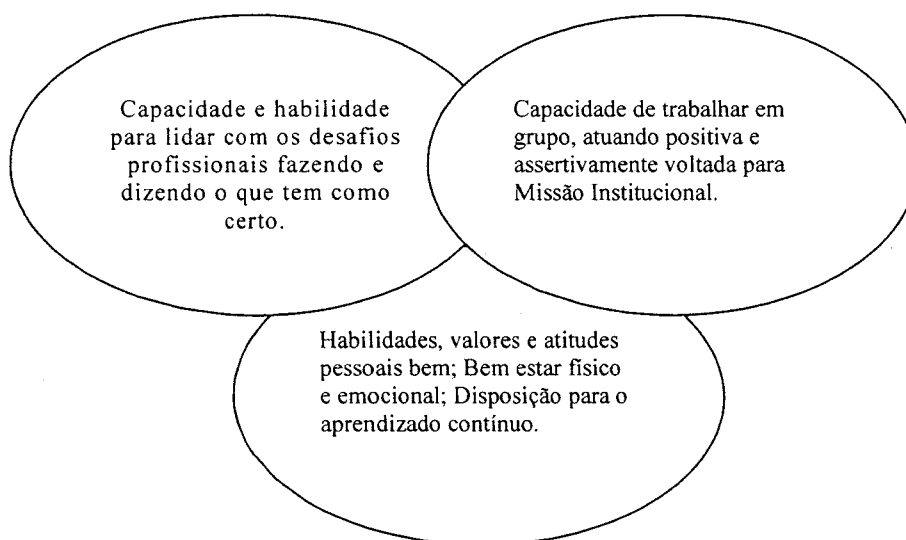
³ O modo em destaque (vide página seguinte) está baseado nos estudos de: RIBEIRO, Ana Paula P. Perfis Desejados Para Profissionais de Segurança Pública. (mimeo).

- Capacidade de direção / espírito de coordenação;
- Iniciativa;
- Sociabilidade;
- Memória associativa de nomes, fatos e fisionomias;
- Descrição acentuada em assuntos confidenciais;
- Vigor físico;
- Eficiência sob esforço físico intenso e prolongado;
- Entusiasmo profissional;
- Lealdade;
- Devotamento;
- Capacidade de compartilhar informações;
- Capacidade de trabalhar em equipe;
- Capacidade de resolver conflitos.

As competências do modelo apresentado estão fundamentalmente em três pontos: profissional, pessoal e institucional, representados pela seguinte Triologia:

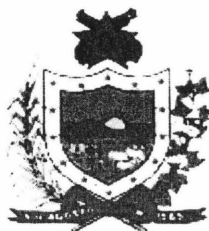
Profissional

Institucional



Pessoal

Essas áreas, apesar de possuírem características próprias, devem ser vistas no conjunto, pois só assim poderão contribuir para que o profissional desempenhe corretamente suas funções.



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA DE ENSINO
CENTRO DE ENSINO
DIVISÃO DE ENSINO
SUB-SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO

GRADE CURRICULAR DO CFO PM - 1º ANO

Nº	DISCIPLINAS	CH
PARTE CULTURAL		
	Comunicação Social	30
	História da PMPB	20
	Introdução à Administração	30
	Introdução à Psicologia	45
	Língua Estrangeira I	45
	Língua Portuguesa	45
	Metodologia do Trabalho Científico	30
	Introdução à Sociologia	30
PARTE JURÍDICA		
	Direito Constitucional	30
	Direito da Criança e do Adolescente	30
	Direito Penal I	45
	Direitos Humanos I	20
	Introdução ao Estudo do Direito	60
	Legislação e Regulamentos PM I	30
PARTE TÉCNICA		
	Administração Financeira e Orçamentária	30
	Armamento e Tiro Defensivo I e II	60
	Correspondência Militar	30
	Doutrina de Policiamento Ostensivo I e II	60
	Educação Física e Desportos I e II	120
	Emergências Pré-Hospitalares	45
	Judô I e II	90
	Operações de Choque I	20
	Ordem Unida I e II	60
	Policiamento Ostensivo de Guardas e Escoltas	20
	Policiamento Ost. de Praças Desp. e Eventos Especiais	30
	Telecomunicação Operacional	20
SUB-TOTAL		1.075
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		35
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO		90
CARGA HORÁRIA TOTAL		1.200

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA DE ENSINO
CENTRO DE ENSINO
DIVISÃO DE ENSINO
SUB-SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO

GRADE CURRICULAR DO CFO PM - 2º ANO

Nº	DISCIPLINAS	CH
PARTE CULTURAL		
	Estatística Aplicada	45
	Introdução ao Xadrez	30
	Língua Estrangeira II	45
	Psicologia Social	30
PARTE JURÍDICA		
	Direito Administrativo	30
	Direito Ambiental	45
	Direito Civil	60
	Direito Penal II	45
	Direito Penal Militar	30
	Direitos Humanos II	20
	Legislação e Regulamentos PM II	20
PARTE TÉCNICA		
	Administração de Recursos Humanos	30
	Administração Patrimonial e de Material	30
	Armamento e Tiro Defensivo III e IV	60
	Criminalística	45
	Defesa Civil	30
	Defesa Pessoal I e II	60
	Educação Física e Desportos III e IV	120
	Gerenciamento de Crises	30
	Operações de Choque II	20
	Ordem Unida III e IV	60
	Policciamento Ambiental e Florestal	20
	Policciamento Montado	60
	Policciamento Ostensivo de Trânsito I e II	60
	Prevenção e Combate a Incêndios e/ou Explosões	30
	Processo Decisório	20
	Segurança Física de Instalações e Dignitários	30
SUB-TOTAL		1.105
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		30
ESTÁGIO CURRICULAR		90
CARGA HORÁRIA TOTAL		1.225

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA DE ENSINO
CENTRO DE ENSINO
DIVISÃO DE ENSINO
SUB-SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO

GRADE CURRICULAR DO CFO PM - 3º ANO

Nº	DISCIPLINAS	CH
PARTE CULTURAL		
	Didática	45
	Ética Profissional	30
	Introdução à Microinformática I e II	60
	Língua Estrangeira III	45
	Oratória	30
	Psicologia da Personalidade	30
PARTE JURÍDICA		
	Criminologia	60
	Direito Eleitoral	30
	Direito Processual Penal I e II	60
	Direito Processual Penal Militar I e II	60
	Direitos Humanos III	20
	Medicina Legal	60
PARTE TÉCNICA		
	Armamento e Tiro Defensivo V e VI	60
	Atividade de Comando e Estado Maior	60
	Defesa Pessoal III e IV	60
	Educação Física e Desportos V e VI	120
	Inteligência Policial I e II	60
	Ordem Unida V e VI	60
	Policciamento Comunitário	45
	Operações de Choque III	20
SUB-TOTAL		1.015
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		30
CARGA HORÁRIA TOTAL		1.045

DEMONSTRATIVO DA CARGA HORÁRIA DO CFO PMPB

1º ANO	1.200
2º ANO	1.225
3º ANO	1.045
TOTAL	3.470

GRADE CURRICULAR DO CFO PM POR PERÍODO
1º ANO – 1º PERÍODO

Nº	DISCIPLINAS	CH
	Armamento e Tiro Defensivo I	30
	História da PMPB	20
	Introdução a Administração	30
	Língua Estrangeira I	45
	Língua Portuguesa	45
	Metodologia do Trabalho Científico	30
	Introdução ao Estudo do Direito	60
	Legislação e Regulamentos PM I	30
	Correspondência Militar	30
	Doutrina de Policiamento Ostensivo I	30
	Educação Física e Desportos I	60
	Judô I	45
	Operações de Choque I	20
	Ordem Unida I	30
	Telecomunicação Operacional	20
SUB-TOTAL		525
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		20
CARGA HORÁRIA TOTAL		545

GRADE CURRICULAR DO CFO PM POR PERÍODO
1º ANO – 2º PERÍODO

Nº	DISCIPLINAS	CH
	Comunicação Social	30
	Introdução à Psicologia	45
	Introdução Sociologia	30
	Direito Constitucional	30
	Direito da Criança e do Adolescente	30
	Direito Penal I	45
	Direitos Humanos I	20
	Administração Financeira e Orçamentária	30
	Armamento e Tiro Defensivo II	30
	Emergências Pré-Hospitalares	45
	Doutrina de Policiamento Ostensivo II	30
	Educação Física e Desportos II	60
	Judô II	45
	Ordem Unida II	30
	Policiamento Ostensivo de Guardas e Escoltas	20
	Policiamento Ost. de Praças Desp. e Eventos Especiais	30
SUB-TOTAL		550
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		15
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO		90
CARGA HORÁRIA TOTAL		655

GRADE CURRICULAR DO CFO PM POR PERÍODO
2º ANO – 3º PERÍODO

Nº	DISCIPLINAS	CH
	Estatística Aplicada	45
	Língua Estrangeira II	45
	Psicologia Social	30
	Direito Civil	60
	Direito Penal II	45
	Legislação e Regulamentos PM II	20
	Armamento e Tiro Defensivo III	30
	Criminalística	45
	Defesa Pessoal I	30
	Educação Física e Desportos III	60
	Operações de Choque II	20
	Ordem Unida III	30
	Policiamento Montado	60
	Policiamento Ostensivo de Trânsito I	30
	Segurança Física de Instalações e Dignitários	30
SUB-TOTAL		580
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		20
CARGA HORÁRIA TOTAL		600

GRADE CURRICULAR DO CFO PM POR PERÍODO
2º ANO – 4º PERÍODO

Nº	DISCIPLINAS	CH
	Introdução ao Xadrez	30
	Direito Administrativo	30
	Direito Ambiental	45
	Direito Penal Militar	30
	Direitos Humanos II	20
	Administração de Recursos Humanos	30
	Administração Patrimonial e de Material	30
	Armamento e Tiro Defensivo IV	30
	Defesa Civil	30
	Defesa Pessoal II	30
	Educação Física e Desportos IV	60
	Gerenciamento de Crises	30
	Ordem Unida IV	30
	Policiamento Ambiental e Florestal	20
	Policiamento Ostensivo de Trânsito II	30
	Prevenção e Combate a Incêndios e/ou Explosões	30
	Processo Decisório	20
SUB-TOTAL		535
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		15
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO		90
CARGA HORÁRIA TOTAL		615

GRADE CURRICULAR DO CFO PM POR PERÍODO
3º ANO – 5º PERÍODO

Nº	DISCIPLINAS	CH
	Introdução à Microinformática I	30
	Língua Estrangeira III	45
	Oratória	30
	Psicologia da Personalidade	30
	Criminologia	60
	Direito Processual Penal I	30
	Direito Processual Penal Militar I	30
	Direitos Humanos III	20
	Armamento e Tiro Defensivo V	30
	Defesa Pessoal III	30
	Educação Física e Desportos V	60
	Inteligência Policial I	30
	Ordem Unida V	30
	Operações de Choque III	20
	Policiamento Comunitário	45
SUB-TOTAL		520
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		20
CARGA HORÁRIA TOTAL		540

GRADE CURRICULAR DO CFO PM POR PERÍODO
3º ANO – 6º PERÍODO

Nº	DISCIPLINAS	CH
	Introdução a Microinformática II	30
	Didática	45
	Ética Profissional	30
	Direito Eleitoral	30
	Direito Processual Penal II	30
	Direito Processual Penal Militar II	30
	Medicina Legal	60
	Atividade de Comando e Estado Maior	60
	Armamento e Tiro Defensivo VI	30
	Defesa Pessoal IV	30
	Educação Física e Desportos VI	60
	Inteligência Policial II	30
	Ordem Unida VI	30
SUB-TOTAL		495
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		10
CARGA HORÁRIA TOTAL		505